Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

COLEÇÃO HISTÓRIA E CULTURA
DIRIGIDA PELO INSTITUTO DO CEARÁ

6

CARLOS STUDART FILHO
(DO INSTITUTO DO CEARÁ, DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS
E DO INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO)

Os Aborígines do Ceará



FORTALEZA — CEARÁ
1965

Raul Bittencourt.
Fortaleza, 29 de outubro de 1965.

ABORÍGINES DO CEARÁ

À memória dos velhos amigos,

Dr. Oriot Benites de Carvalho Lima

Major Heitor Cabral Ulysséia

Dr. Astrogildo Barreto da Fontoura

Dr. Eusébio Nery de Sousa

Dr. Demóstenes de Carvalho

Farm. Diógenes Celestino de Oliveira

e

Dr. Antônio de Góis Ferreira

de quem guardo tantas recordações amáveis.

COLEÇÃO HISTÓRIA E CULTURA

VOLUMES PUBLICADOS:

1 — *Tristão de Alencar Araripe*

HISTÓRIA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ — 2.ª ed.

2 — *Carlos Studart Filho*

ESTUDOS DE HISTÓRIA SEISCENTISTA

3 — *Correspondência do Senador Pompeu*

Organizado e anotado por J. AURÉLIO CÂMARA

4 — *Carlos Studart Filho*

A REVOLUÇÃO DE 1817 NO CEARÁ E OUTROS ESTUDOS

5 — *Raimundo Girão*

MATIAS BECK

6 — *Carlos Studart Filho*

OS ABORÍGINES DO CEARÁ

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

COLEÇÃO HISTÓRIA E CULTURA
DIRIGIDA PELO INSTITUTO DO CEARÁ

6

Carlos Studart Filho

DO INSTITUTO DO CEARÁ, ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS E INSTITUTO GENEALÓGICO BRASILEIRO

Aborígines do Ceará

Renato Nicolai

EDITÔRA "INSTITUTO DO CEARÁ"
1965

7

PUBLICAÇÕES DO MESMO AUTOR

1 — **"Contribuição para o Estudo do Apêndice Íleo-cecal no Homem"** — Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Tip. Leuzinger, Rio, 1918).
2 — **"O uso dos Metais na América pré-histórica"** — Folheto (Tip. Minerva, Fortaleza, 1924).
3 — **"Notas para a história das fortificações no Ceará"** — Folheto de 72 págs. (Ramos e Pouchain, Fortaleza, 1937).
4 — **"Descoberta e conquista de novas plantas"** — Folheto (Edit. Instituto do Ceará, Fortaleza, 1954).
5 — **"História do Ceará Holandês"** — Folheto de 40 págs. (Imprensa Oficial, Fortaleza, 1954).
6 — **"Estudos de História Seiscentista"** — Livro de 198 págs. Col. História e Cultura (Tip. Minerva, Fortaleza, 1958).
7 — **"Fundamentos Geográficos e Históricos do Estado do Maranhão e Grão-Pará"** — Livro de 360 págs. (Ed. Biblioteca do Exército, Rio, 1959).
8 — **"Antigo Estado do Maranhão e suas Capitanias feudais"** — (Reedição do trabalho precedente) — Livro de 362 págs. Col Estudos e Pesquisas (Imprensa Universitária do Ceará, 1960)
9 — **"As famílias Studart e Pereira"** — Livro de 156 págs. (Sao Paulo, 1960).
10 — **"A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos"** — Livro de 2C4 págs. — Coleção História e Cultura (Tip. Minerva, Fortaleza, 1961).
11 — **"Meu Pai"** — Folheto de 48 págs. (Tip. Minerva, Fortaleza, 1962).
12 — **"O Padre Gomes de Araújo e a Revolução de 1817 no Ceará"** — Folheto de 76 págs. (Tip. Minerva, Fortaleza, 1962).
13 — **"As Histórias-em-quadrinhos e seus malefícios"**, Folheto (Tip. Minerva, Fortaleza, 1965).
14 — **"Os aborígines do Ceará"** — Livro de 162 págs. — Col. História e Cultura (Ed. Instituto do Ceará, Fortaleza, 1965).

A PUBLICAR

1 — Páginas de História e Pré-História
2 — Elementos de Arqueologia Geral
3 — Artigos de Podestá Ribeiro

8



Carlos Studart Filho

PREFÁCIO

Carlos Studart Filho é hoje, indubitàvelmente, a mais fecunda expressão da historiografia cearense.

Se há mais de quarenta anos vem ilustrando, com luminosa e perseverante colaboração, os periódicos e as revistas especializadas de dentro e fora do Ceará, intercalando-a com a publicação de livros de real valor histórico, mais se tem ampliado, no último decênio, êsse labor admirável.

É que o afastamento das lides professorais que lhe impunha o Magistério Militar do Exército, onde, por tantos anos, honrou com brilho e eficácia as cátedras de Geografia e História, veio presenteá-lo com as despreocupadas horas de meditação, estudo e pesquisa que são o sonhado anelo de todo intelectual militante.

"Herdeiro de um nome glorioso, escrevi alhures sôbre o operoso historiador patrício, juntando às tradições da linhagem o largo acervo de um patrimônio intelectual robusto e brilhante, poucos têm, neste vasto escaninho da cultura cearense, realizado obra mais expressiva e mais perseverante que o Dr. Carlos Studart."

Dia a dia mais justas e oportunas se vão tornando estas palavras.

Em mui curto período podemos anotar, ùltimamente, de sua lavra, além de numerosos e fundamentados artigos na imprensa, alguns livros da mais alta significação para a riqueza cultural de nossa terra.

Fundamentos Históricos e Geográficos do Estado do Maranhão, *já com duas edições, foi obra de mestre, recebida com louvor pela crítica autorizada, na qual se pode incluir, de início, a do próprio prefaciador, o erudito historiador Artur César Ferreira Reis.*

Em Estudos de História Seiscentista, *que se seguiu àquele, publicado em 1959, trouxe o autor contribuição valiosa e indispensável à elucidação de pontos pouco conhecidos da formação social e histórica do Ceará, ali abordados com pletora de notas e documentos penosamente coligidos.*

A êstes seguir-se-ia A Revolução de 1817 no Ceará e Outros Estudos, *publicado, como o anterior, nesta Coleção. Pela importância dos temas estudados, pela opulência da documentação e profundidade das pesquisas, pelos aspectos novos com que analisou a repercussão que, na capitania cearense, teve a rebelião pernambucana, é obra fadada a privilegiada posição na literatura histórica do Ceará.*

Carlos Studart, se pesquisa com paciência e analisa com inteligência, nunca deixou de expressar suas conclusões com realismo e coragem, contrariando erros sedimentados ou tradições inconsistentes, sem preocupação polêmica mas nunca recusando aos fatos seu adequado julgamento. Como o Padre Lebret, êle poderia dizer: — "O problema não consiste em acumular informações, mas em julgar bem a realidade."

Juntando às qualidades inatas de historiador tão marcantes atributos pessoais, sua obra haveria de apresentar características inconfundíveis, o que levaria Raimundo Girão a dizer com muito acêrto ser hoje Studart "o mais forte e aparelhado cérebro a trabalhar e produzir no campo dos temas e problemas da historiografia cearense".

O livro que agora vem a lume representa mais um esfôrço e uma contribuição da inteligência e da cultura de um intelectual que dispensa apresentações. Por êle falam os livros e ar-

tigos que escreveu, as pesquisas que realizou, os documentos que interpretou e publicou, a perenidade e o vulto do trabalho que sempre desenvolveu no Instituto do Ceará, objeto da sua entranhada estima e dedicação sem limites.

Os indígenas do Ceará não constituem preocupação nova para Carlos Studart. Já na Revista do Instituto do Ceará, de 1931, escrevia êle erudito estudo sôbre os nossos silvícolas, a que deu o nome de Notas Históricas Sôbre os Indígenas Cearenses.

Dando predominância, no tratamento do problema, como se vê do próprio título, ao aspecto histórico, naquele estudo trata da distribuição das tribos indígenas no território cearense, das guerras que a elas moveu o conquistador e das que desenvolveram entre si, das alianças, das reduções, do trabalho heróico da catequese.

Não era a vez primeira que o tema inspirava aos estudiosos da História do Ceará trabalhos que viriam a lume naquela Revista. Pode-se, entretanto, afirmar que até o momento não fôra o assunto tratado com a clareza e a ordenação com que o fêz Carlos Studart naquela ocasião, o que, aliás, não constituiu fácil tarefa. Um dos sérios tropeços enfrentados para recompor a história dos indígenas cearenses, dizia então,

"é andarem as notícias, que a êles se referem, tão esparsas que só à custa de ingentes trabalhos pode alguém aproveitá-las convenientemente".

Volta êle agora ao assunto com redobrado interêsse e maior amplitude de perspectiva, precedendo as considerações de ordem histórica de outras de ordem antropológica, o que veio emprestar ao seu trabalho uma fundamentação científica profunda e atual.

O concurso das pesquisas e estudos de vários mestres, quer estrangeiros, como Martius, Metraux, Rivet, Ehrenreich e Louktka, de cuja obra se revela seguro conhecedor, quer nacionais, como Batista Caetano, Rodolfo Garcia ou Pompeu Sobrinho, permitiu-lhe realizar esta coisa tão rara no trato do aborígine brasileiro: a judiciosa e racional utilização, no seu estudo, daqueles princípios e conceitos da antropologia que, aprisionados nas generalidades dos tratados, raramente descem ao terreno das aplicações e dos confrontos.

Para tal sucesso muito valeu a Carlos Studart a sua dupla condição de historiador e de antropólogo.

Com método, com penetração e com a intuição do pesquisador, pôde firmar as análises e conclusões, que realiza e expõe neste livro, por um lado nos mais criteriosos mestres da ciência

antropológica, e por outro nos próprios conhecimentos, de longa data fartamente acumulados sôbre os indígenas do Ceará.

Daí resultaria um trabalho que, sôbre ser básico e indispensável à abordagem do assunto, é apresentado de modo que, malgrado sua complexidade, a êle se tem fácil acesso e dêle se tem uma clara compreensão.

Quer o tipo morfológico, a procedência, as sugestões ligadas à famosa calota de Uruburetama e ao homem canastrense, quer a densidade demográfica do território cearense na época do descobrimento são aqui bem descritos e estudados, não deixando o autor de ter presente às suas eruditas considerações aquilo que Pompeu Sobrinho chamou de "o drama do povo pré-colombiano da América" e a distribuição dos 13 tipos étnico-culturais nas cinco correntes imigratórias que ocuparam o Nôvo Mundo, desde os Láguidos, da primeira corrente, até os Ândidos, da quinta e última.

De tudo pôde concluir êle, fundamentadamente, que os indígenas cearenses se incluem nos cinco seguintes grupos: Tupis, Cariris, Tremembés, Tarairiús e Jês.

Cada um dêsses recebeu de sua parte acurado estudo, quer projetado nos contornos geográficos do Ceará, quer se es-

praiando, por fôrças de determinantes históricas ou geográficas, nos territórios vizinhos.

Além daqueles cinco grupos julga o autor "lícito considerar ainda um sexto conjunto humano sem denominação especial em que seriam enfeixadas as tribos de filiação lingüística duvidosa e de imprecisa ligação cultural", das quais algumas são aqui citadas.

Destacando, no estudo do grupo Tupi, o fato de que, no Ceará, representavam-no apenas os dois agregados nativos dos Tabajaras e Potiguaras, o autor traz a lume as freqüentes e sangrentas rixas que, nos primeiros anos da colonização, resultaram da animosidade dêstes, amigos dos franceses, contra os portuguêses, que tinham naqueles os seus poderosos aliados. Esta tomada de posição dos dois grandes agregados tupis em face dos alienígenas luso e francês levaria Capistrano de Abreu a incluí-la como um dos fatôres da "lentidão da investida colonizadora para o Norte".

"Enfim, escreve o grande mestre da nossa historiografia, por incidentes embuçados no limbo da história, dos dois grandes grupos inimigos em que se repartiram os índios que falavam a língua geral, um, o dos Tupiniquins, foi aliado quase constante dos Portuguêses ou Perós, *outro, o dos Tupinambás,*

identificou sua causa com a dos Franceses, ou Mairs. *Ora, os Tupinambás, sob diversos nomes, como Petegoares etc., se prolongavam do Norte de Pernambuco até quase o Jaguaribe, com grandes reservas acampadas no sertão; dominavam no Maranhão, desde a ilha que deu o nome à terra até quase a embocadura do Amazonas; os Tupiniquins (Tabajaras), em todo êste territorio, ficavam afastados do mar e só na Ibiapaba se apresentavam em massa compacta. Assim, enquanto os Franceses defrontavam desde logo seus aliados naturais, quase por tôda a parte os Portuguêses tinham de ir buscá-los ao interior — nôvo círculo vicioso."*

A habilidade dos lusos haveria de conseguir, por fim, a cooperação dos Potiguaras. Se não deviam ser dos maiores os contingentes que, ainda no comêço do século XVII, seguiam para o Maranhão nas armadas de Jerônimo de Albuquerque e Alexandre de Moura, no fim do século já participavam da Guerra dos Bárbaros sob as ordens do Mestre-de-Campo Matias Cardoso e tinham seu "grande valor e fidelidade" exaltados pelo Governador Câmara Coutinho.

A participação, positiva ou negativa, que a cada um dos cinco grupos teve na colonização cearense, sua localização, aldeamento, lutas e alianças são aqui minuciosa e eruditamente

estudadas à base de uma documentação alentada, cuja referência vai constituir-se no indispensável roteiro dos estudiosos do assunto.

Esta breve introdução não permite a real avaliação do que, para a historiografia cearense, representa mais esta contribuição do Dr. Carlos Studart Filho. É preciso lê-la, e outra melhor paga não terão o autor e o leitor. Aquêle, pelos aplausos que a leitura, forçosamente, lhe carreará; êstes, pela soma enorme de conhecimentos novos que ela lhes permitirá adquirir sôbre tema de tão alta significação para a história da nossa terra e da nossa gente.

Fortaleza, fevereiro de 1965.

JOSÉ AURÉLIO SARAIVA CÂMARA

I PARTE

GENERALIDADES

TIPO MORFOLÓGICO — Os indígenas, que, na época do descobrimento e da conquista, senhoreavam o Ceará, eram robustos, bem dispostos e constituíam, sob o ponto de vista dos caracteres físicos, dois grupos humanos perfeitamente distintos.

A um grupo de naturais compunham indivíduos altos, robustos e selváticos; (1) ao outro, homens de mediana estatura, baços de côr e não menos bravios. Êstes, à maneira dos tupis em geral, com os quais seriam posteriormente identificados, deviam "mostrar face cheia, amplas mandíbulas e malares proeminentes, nariz curto e achatado". Teriam "olhos pequenos e oblíquos, feições efeminadas, pêlos raros, membros grossos e pesados, espáduas e peitos largos", caracteres, todos, atribuídos pelos antropólogos àquele agregado brasílico.

A existência de gentios de elevada estatura, vivendo ao longo da costa leste-oeste, é, aliás, assinalada por aventureiros e piratas, lusitanos ou não, que por ela transitaram em diferentes épocas. Confirma-a, também, o testemunho de Gaspar Paraupaba, nativo cearense que parece haver desempenhado papel de relêvo nesses enevoados tempos de nossa formação histórica.

Respondendo às indagações do Sr. Killian de Rosenlaer, a respeito de compatrícios seus de tribos adversas, o brasiliense foi categórico: "Les Tapuyas cearenses sont de très haute taille, leurs armes sont des dards, les hommes portent les chaveux longs, les femmes un bandage par le devant." (2)

No mesmo sentido, dispõem as informações prestadas por cronistas batavos, particularmente Elias Herckman, que, bem de perto, conheceu os silvícolas nordestinos. Em sua "Memória sôbre a Paraíba", documento que, na opinião dos entendidos, avulta pela abun-

---

(1) Falam viajantes espanhóis da existência de indivíduos agigantados vivendo ao longo da costa leste-oeste do Brasil.

(2) «Declaration de Gaspar Paraoupaba de Siara... Notée par le sieur Killian de Resenlaer, le 20 mars de l' an 1629, à Amsterdam.» R. do Instituto do Ceará, Tomo XXVI. Ano XXVI. Fortaleza, 1912.

dância de detalhes e fidelidade dos informes, o aventureiro não é menos taxativo ao aludir a certos gentios, de tipo semelhante ao dos cearenses, moradores na vizinha capitania levantina: "Êste povo de Tapuias é, diz êle, robusto e de grande estatura, seus ossos são grossos e fortes, a cabeça grande e espêssa, a côr natural atrigueirada, e cabelo prêto e de ordinário o trazem pendente sôbre o pescoço, mas por diante, até acima das orelhas, cortam-no igualmente, o que faz parecer um boné sôbre a cabeça." (3)

—:—

PROCEDÊNCIA — A origem, ou procedência remota, dos ameríndios encontrados pelos europeus na zona costeira do Ceará, onde viviam precàriamente dos recursos havidos do solo e das águas,

---

(3) A caracterização dos silvícolas cearenses, tal como acabamos de levar a efeito com a ajuda de velhos depoimentos, e a divisão dos mesmos em dois grupos mostram-se, sem dúvida, sumaríssimas. Elas serão, por isso, seguramente havidas pelos antropologistas, ainda os menos exigentes, como primárias, vagas, quiçá até sem consistência alguma.

Impossível fazê-las, no momento, mais completas. A isso nos impede não só a carência de dados, a tal respeito, senão também a necessidade de expor o assunto de maneira corredia. Recordemos que aqui estamos apenas a dar em síntese, a impressão experimentada pelos brancos — que primeiro nos visitam — ao entrarem em contato com os filhos da terra. Mais tarde, voltaremos ao assunto para aprofundá-lo. A êste propósito, recordemos, ainda, já agora com Tomás Pompeu Sobrinho, que a somatologia dos grupos ameríndios continua pràticamente desconhecida e, assim, pretender ir muito longe, no campo da antropologia física dos silvícolas cearenses, seria correr o risco de cair no fácil domínio da fantasia.

Em 1942, afirmava o citado especialista, com tons de melancolia: «O nosso interêsse pelos estudos antropológicos das populações amerícolas sempre foi e continua sendo fraco, resulta disso que o material documentário da somatologia indígena, recolhido aos museus ou ao alcance dos investigadores, é extremamente escasso.»

E prossegue: «O conhecimento da antropologia racial dos índios entre nós está ainda na sua fase embrionária e o da paleontologia humana apenas esboçada, e isto há cêrca de um século, desde o sábio dinamarquês Peter W. Lund.

No Nordeste brasileiro, os cuidados nessa questão empenhados são ainda mais reduzidos; ficavam apenas limitados ao achado de uma calota craniana no Ceará, que, levada ao Museu Nacional, mereceu um rápido estudo, há mais de 60 anos publicado.

Ao que sabemos, pois, a nossa antropologia ameríndia é apenas pouco mais do que nada.

Seria curioso ressarcir o tempo perdido com uma bem orientada e ativa recrudescência de investigações nesse setor dos problemas nacionais, antes que seja tarde demais (T. Pompeu Sobrinho «Os crânios da Gruta da Canastra». Revista do Instituto do Ceará, Tomo LVI, Ano 1942, pág. 153).

Parece que os votos de Pompeu Sobrinho foram, de certo modo, ouvidos mas apenas no que diz respeito aos nativos de outras partes do Brasil.

Tanto que, fazendo a resenha, em nota ao pé da página, dos trabalhos sôbre a antropologia física dos aborígines brasileiros, em geral, o Prof. Estêvão Pinto escreve: — «Nos últimos dez anos, foram os seguintes os estudos mais valiosos

não está bem elucidada. Sabemos, todavia, com absoluta segurança, não serem êles autóctones, como não o eram aquêles nativos que dominavam os amplos sertões da Capitania. (4)

Das cabildas que, na região litorânea, representavam o grupo tupi, algumas — como se verá em tempo — por ela transitavam acidentalmente; eram, portanto, na terra, apenas hóspedes de passagem. As outras, porém, ali tinham fixado morada e o fizeram em época relativamente recente, pois o movimento migratório, que levou até àquelas praias os mais distantes enxames de brasilienses, seria contemporâneo da chegada ao Nôvo Mundo dos primeiros imigrantes portuguêses. Premidos pelos alóctones recém-vindos ao Nordeste Oriental, os nativos haviam abandonado o primitivo *habitat*, buscando, no Ceará, novos domínios.

---

publicados a respeito dêsse assunto: E. Bioca & F. Ottenscoser, «Estudos etnico-biológicos sôbre os índios da região do Alto Rio Negro», Arq. de Biol. XXVIII, São Paulo, 1944; L. Tomás Reis, Expedição ao Rio Rômulo, etc., pub. n.º 90 da ant. Comissão Rondon, 1945; A. A. Mendes Corrêa, «Crânes des Sambaquis du Brésil», L'Antropologie, L. Paris, 1946; Pedro E. de Lima, «Os índios Tenetehara: nota de uma pesquisa de Antropologia Física». Rev. do Inst. Hist. e Geog. Brasileiro. CXC, Rio, 1946; id., «Impressões digitais dos índios Tenetehara», Bol. do Mus. Nac., n.s., «Antropologia» n.º 7, Rio, 1947, E. Willems, «Contribuição para o estudo antropométrico dos índios Terecô», Rev. do Mus. Paul. n.s., L., São Paulo, 1947; E. M. da Silva, «Verificações sôbre a incidência do siclema», cit; J. C. M. Carvalho, Pedro E. de Lima & Eduardo Galvão, «Observações geológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu», Rio, 1949; T. D. Stewart & Marshall T. Newman, «Anthropometry of South American Indian Skeletal Remains». Hand. of S. Amer., Ind., VI, Washington, 1950; Morris Steggerda, «Anthropometry of South American Indians» e «The pigmentation and hair of South American Indians», cit; J. Bastos d'Ávila, «Anthropometry of the Indians of Brazil», cit.»

Há outrossim que citar o importante ensaio de L. de Castro Faria, «Pesquisas de Antropologia Física no Brasil-História Bibliográfica», pub. no Bol. do Mus. Nac., n.s., «Antropologia», n.º 13, Rio, 1952, etc.

Releva também notar que nunca houve, entre autores antigos, perfeita uniformidade na maneira de definir o hábito externo do aborígine, nem julgar os mais caracteres antropológicos que lhes eram próprios.

Anchieta, Lery, Gandavo, Gabriel Soares e tantos outros escritores que, à maneira dos citados cronistas poderíamos igualmente considerar os clássicos das nossas letras para o assunto em debate, são, quase sempre, personalíssimos no respeitante às apreciações que fazem acêrca do indígena.

Para êles, os amerincolas, ainda os que mais privaram com os brancos, seriam, conforme observa E. Pinto, ora «vermelhos ou basanés, ora côr muito baça, castanha ou atrigueirados» etc.

Variando, dêsse modo, de cronista para cronista, a descrição do tipo morfológico do indígena brasileiro, em geral, como, pois, formular a respeito dos caracteres físicos do nativo cearense, hoje quase inteiramente desaparecido, conceitos mais precisos e abundantes?

(4) A autoctonia do homem americano continua sendo, ainda nos dias que correm, questão das mais empolgantes e discutidas. Sábios de sucessivas gerações a têm ventilado, tentando, em vão, equacioná-la e corretamente resolvê-la.

Os homens altos, robustos e de tez escura, de que falamos acima, eram bem mais antigos do que os tupis, na faixa oceânica, que senhoreavam em grande parte.

Derramavam-se, conforme se verificou mais tarde, também pelo interior, cuja conquista haviam realizado quase de um extremo ao outro.

Não obstante serem os tapuios velhos habitantes do nosso território, também êles não podem ser considerados os seus primeiros povoadores. Nas lutas empreendidas para alcançar o domínio das rudes glebas sertanejas, tiveram, como predecessores, outros homens igualmente incultos e bravios, mas de padrões antropológicos inteiramente diversos e ali chegados havia séculos ou talvez milênios.

—:—

O HOMEM DA URUBURETAMA — Em meio dos restos deixados pelos gentios que viveram em nosso interior, surge, com efeito, uma peça óssea, a chamada Calota da Uruburetama, como um documento capaz de atestar a grande anciania daqueles pioneiros e a singularidade de seu tipo étnico.

Recolhido, por ignorados participantes da Comissão Científica que, sob a chefia do Conselheiro Dr. Francisco Freire Alemão Cisneiros, estêve no Ceará, (5) em 1859, ou a êles presenteado, foi o fragmento ósseo remetido para o Rio de Janeiro e incorporado ao patrimônio do Museu Nacional. (6)

Também o problema da transladação de povos do Velho Continente para as terras americanas é apaixonante e controverso. A literatura que versa os dois assuntos tornou-se, por isso mesmo, amplíssima e variada. O estudo dêles não cabe, porém, no âmbito do presente trabalho. Não o abordaremos, pois.

(5) Recordemos que, em outubro de 1860, estiveram na Uruburetama os Drs. Freire Alemão Cisneiros e Manuel Freire Alemão, respectivamente chefe e adjunto da Seção Botânica. Em novembro do mesmo ano por lá transitou o Dr. Guilherme Schüch Capanema, chefe da Seção Geológica.

Os preciosos apontamentos, fotografias e notas de viagem do Dr. Capanema, como é do conhecimento geral, perderam-se com a sua bagagem no naufrágio do iate Palpite. (Abreu, Silvio Fróis — «A Comissão científica de 1859» Revista do Instituto do Ceará, Tomo XXXIII. Fortaleza, 1919 — págs. 198 — 207.)

(6) O Prof. Renato Braga, que longa e percucientemente estudou a gênese, vida e realização da Comissão Científica, sôbre ela publicando alentada e erudita monografia histórica, não crê houvesse sido a calota da Uruburetama achada por qualquer dos membros daquela comissão. Acredita, antes, que a descoberta tenha sido obra casual de ignorado morador da serra, que a cedeu a um dos integrantes do douto grupo e êste, por sua vez, a trouxe para Fortaleza.

Reputado, pelos Drs. Lacerda e Peixoto, dos objetos mais curiosos e interessantes de quantos então existiam naquela casa de estudo, a sua valia pareceu tão grande aos olhos do Prof. Van Beneden, que, dizem pessoas bem informadas, dêle mandou o sábio "tirar uma fotografia e levou-a consigo para a Europa, como uma raridade antropológica".

Do precioso achado teria êle feito, outrossim, cuidadosas mensurações.

A prioridade, na realização de estudos sistemáticos referentes à calota cearense, cabe, todavia, ao que supomos, àqueles dois ilustres antropólogos brasileiros, que, em trabalho publicado nos "Arquivos do Museu Nacional" (7), no-la descrevem aproximadamente nos têrmos seguintes:

Constituída do frontal e dois parietais fraturados, representa, a peça óssea em aprêço, uma porção assaz considerável da abóbada craniana de um indivíduo adulto. Está quase inteiramente reduzida a pura substância calcária e muito friável; o seu díploe é muito poroso e a lâmina interna fina é cortada de sulcos profundos, correspondentes aos seios venosos, começa a destacar-se com o díploe em pontos diferentes. As suturas fronto-parietal e sagital estão solidificadas. Há perfeita simetria em todos os pontos dêsse fragmento do crânio e nenhum sinal existe de compressão ou deformação artificial. As arcadas superciliares são mui salientes e espêssas e, logo acima delas, nota-se um sulco profundo, descaindo ràpidamente a fronte para trás. A depressão da fronte é caráter que se reproduz ainda hoje, pôsto que de maneira menos nítida, nas cabeças dos Botocudos.

—:—

Estaria, portanto, o homem da Uruburetama vinculado, também, ao homem da Lagoa Santa e, assim, ligado à chamada raça paleamericana, outrora espalhada não apenas no Brasil, mas em todo o Nôvo Continente, e que tão considerável influência exerceu na formação de alguns dos nossos grupos indígenas, antigos e modernos.

---

(7) Lacerda Filho e Rodrigues Peixoto — «Contribuição para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil», Arquivos do Museu Nacional, Vol. 1.º — Rio — 1875.

Representantes dêsse agregado étnico de fato foram descobertos, em estado de pureza quase absoluta, entre *Botocudos*, cujos últimos sobreviventes vegetam, ainda hoje, em extrema pobreza, na bacia do Rio Doce (Lacerda e Peixoto), no seio da extinta tribo dos *Paricus*, da Baixa Califórnia (Rivet e ten Kate), e na Argentina (R. Lehman Nietche). (8)

Alterados pela mestiçagem, aparecem entre patagões dos nossos dias (Verneau) e em meio dos habitantes pré-históricos do Equador. Aí foram, com efeito, encontrados em relativa freqüência por Paulo Rivet, nas sepulturas de Paltacolo.

Ainda na cordilheira andina, mestiços da raça paleamericana apontaram-se entre *Tunebos*, do alto *Arauca*, na Colômbia (Rivet).

Indivíduos portadores dos caracteres craniométricos próprios à raça em análise surgem, igualmente, entre construtores dos sambaquis brasileiros e nos velhos cemitérios da Terra do Fogo e da Patagônia (Verneau).

—:—

Interessa recordar que, embora o Prof. Van Beneden não haja, êle próprio, utilizado para estudos as medidas precisas a que procedera no crânio cearense, nem a fotografia dêle, que consigo levara para a Europa, êsse material não ficou inaproveitado. Serviu a despertar a curiosidade de outros especialistas do Velho Mundo e de ponto de partida para as indagações bem orientadas que iriam realizar. Antropólogos houve que, tendo em vista seus caracteres específicos, julgaram-se autorizados a colocá-lo em paridade com o crânio de Pontimelo ou, antes, de Fontezuelos, encontrado, em 1881, por Santiago Roth, nas margens do pequeno afluente do Prata, chamado Rio dos Arrecifes (Rivet).

Estudando, por seu turno, o crânio do Sumidouro, ten Kate concluiu ser êle o representante mais remoto da raça paleamericana. Êste autor, bem como Rivet e Verneau, nêle descobriam, conforme já o haviam feito os sábios brasileiros Lacerda e Peixoto, também acentuadas semelhanças craniométricas entre aquela raça americana e a raça hipsestenocéfala, dominante na Malásia e Austrália.

---

(8) As sepulturas dos índios norte-americanos da tribo dos **Paricus**, jaziam, diz-nos Rivet, em grotas ou abrigos e os ossos estavam pintados de vermelho. Os exemplares recolhidos por êsses dois americanistas encontram-se, hoje, em sua quase totalidade, em Paris, onde uma parte está no Museu do Homem e a outra na Sociedade de Antropologia.

Indo além, Rivet ligou êsses dois agregados humanos a um tronco comum, perdido em ilhas do Novíssimo Continente.

É certo que Hrdlicka, opinando em contrário ao americanista francês, proclama possuírem os crânios descobertos por Lund os traços típicos da raça americana, e se um parentesco, dêles com qualquer dos povos oceânicos, na realidade existisse, só poderia ser excessivamente remoto. Esta se nos afigura, outrossim, a maneira de pensar dos que admitem, em princípio, a unidade da raça americana e sua procedência asiática.

A tese monogenista é defendida pela chamada escola de Washington, à qual poderíamos, de certo modo, filiar Imbelloni, Toung Dakin e todos aquêles que localizam ùnicamente na Ásia as raízes culturais e os focos de de irradiação dos enxames humanos que, através do Bhering, vieram povoar a América. Segundo ela, "o protótipo do indígena do Nôvo Mundo se encontraria entre populações atuais da Sibéria, da China Ocidental, da Mongólia, do Tibet, da Coréia e do Japão. Êsses povos asiáticos, se bem que pertencendo à mesma raça fundamental, não eram, todavia, absolutamente homogêneos do ponto de vista étnico; corresponderiam antes a diversos subtipos da raça amarela, falando línguas e tendo civilizações diferentes".

Em que pêse ao parecer do eminente antropologista ianque e de seus partidários, poucos recusariam, hoje, aceitar as conclusões de Rivet, expressas em numerosos trabalhos sôbre as origens do homem americano.

Observações, de cunho etnográfico, lingüístico e antropológico, cada vez mais copiosas, tendem, efetivamente, a estabelecer, de modo definitivo, a realidade da migração de numerosas massas humanas da Oceânia para a América pré-colombiana, quando esta já possuía os contornos atuais. Propendem, outrossim, a mostrar o verdaleiro papel que os povos não asiáticos desempenharam no povoamento do Nôvo Mundo.

—:—

Tudo o que ficou dito nos leva à fácil conclusão de que o homem da Uruburetama não era filho da terra.

Impossível, com efeito, descobrir na calota cearense sinais de vetustez capazes de autorizar alguém a apontá-la como parte do esqueleto de um antepassado autóctone do homem americano, ou mesmo de qualquer dos grandes troncos étnicos que povoaram o Brasil.

O fato de ser mais moderna do que os crânios da Lagoa Santa repele desde logo qualquer ilação neste sentido.

Além disso, o meio cearense jamais apresentou as condições naturais teòricamente indispensáveis ao aparecimento da espécie humana ou, simplesmente, ao surgimento do proto-americano.

O homem da Uruburetama integrava, pois, ao que tudo indica, um grupo invasor, emigrado de qualquer ponto da costa do Pacífico, e cujos remotos ancestrais seriam parte de uma raça primeva vivendo em ilhas do citado oceano.

Tangidos do bêrço originário para chãos do continente colombiano, representantes daquele tronco comum ter-se-iam multiplicado ativamente em seu nôvo *habitat,* formando densas massas humanas, muitas das quais, ainda em estado de relativa pureza étnica ou já mestiçadas, acabaram dominando enormes tratos de solo americano.

Uma dessas hordas conquistadoras, atravessando o Brasil por incertos caminhos, foi ocupar, há vários milênios, os sertões mineiros, enquanto outras se perdiam em terras amazônicas. A que alcançou o Ceará, deve tê-lo feito também em época muito recuada, quando as condições de existência eram aqui diversas das atuais.

—:—

Embora a capacidade craniana de um indivíduo não possa servir de critério para avaliar-se com segurança a sua inteligência (Ried, Mulligan, Pearson, Macdonell, etc.), o aspecto maciço e pesado do crânio cearense e a sua constituição morfológica sugerem ter êle pertencido a um ser de baixo nível intelectual.

Colateral dos *Botocudos* antigos e modernos, a imaginação criadora do morador da Uruburetama devia ser, porém, inferior à dêsses nativos brasileiros, uma vez que, a separá-los no tempo, existe efetivamente um período de muitas centenas de anos de evolução social.

Plausível é, também, admitir-se serem trogloditas aquêles remotos habitantes do nosso interior, ou que de cavernas e lapas se serviam como túmulo. As descobertas de peças esqueléticas de igual tipo, feitas, de ordinário, em grutas e abrigos-sob-rochas em tôda a América, insinuam tais deduções. Deve-se, porém, ter em mente, desde logo, que a hipótese, ora aventada, é bastante audaciosa, pois a ausência de informações referentes ao conteúdo dos sedimentos que constituíram o solo da gruta cearense, está a pô-la de remissa.

O cavernícola da Uruburetama, sem dúvida parte dos primeiros enxames a se destacarem das vagas pioneiras que chegaram ao Brasil, foi talvez contemporâneo dos grandes mamíferos extintos, cujos restos ficaram presos no massapê das nossas lagoas. A teoria é perfeitamente plausível, uma vez que seus parentes mineiros conheceram, ainda com vida, alguns dos espécimes fósseis desenterrados por Lund das cavernas da Lagoa Santa.

Tenha-se ainda em vista o alto grau de fossilização apresentada pelo fragmento craniano, oriundo da Uruburetama, e a exumação, na Argentina, de ossos do mesmo tipo e em igual estado de conservação, jazendo sob a carapaça de um gliptodonte.

Constituída de indivíduos cujo tipo somático era diferente do daqueles aqui encontrados pelos primeiros viajantes lusitanos, ao grupo invasor coube, pois, a grave missão de trazer à nossa hinterlândia a nota final da criação bíblica, ou seja, aquela que coroou a obra do Senhor: — a presença do homem.

—:—

O CANASTRENSE — Menos recuado no tempo do que o homem da Uruburetama, mas, ainda assim, bem mais antigo, em solo cearense, do que os gentios nêle encontrados pelos conquistadores, eram os indivíduos cujos despojos mortais foram descobertos na gruta da Canastra.

Mensurações cuidadosas, levadas a efeito por Tomás Pompeu Sobrinho, em 12 dos 15 crânios dali exumados, permitiram-lhe apenas concluir que as peças examinadas pertenciam a um conjunto humano assaz uniforme a que êle denominou CANASTRENSE.

Sendo, porém, de tipo BRAQUI-HIPSI-MÉTRIO-CRÂNIO ou BRAQUI-HIPSI-ACROCRÂNIOS, os canastrenses não podem, portanto, rigorosamente, ligar-se a qualquer dos grupos étnicos, vivendo em chãos cearenses quando os primeiros luso-brasileiros começaram a colonizá-los. Gentes mestiças, resultaram, segundo aquêle etnólogo cearense, do cruzamento dos povos BRAQUI-ORTO-TAPINO-CRANIOS, de baixo módulo cefálico, habitando especialmente na bacia do Orenoco, com os DÓLICO-HIPSI-ACROCRÂNIOS, de alto módulo cefálico, que dominavam terras situadas ao sul do Ceará e para além do Rio S. Francisco.

—:—

DENSIDADE DEMOGRÁFICA — Os indígenas, radicados no Ceará, quando do alvorecer da nossa história, deviam ser bastante

numerosos, pois até as porções mais agrestes do litoral eram incessantemente percorridas por tribos selvagens que ali ocupavam os pontos, onde os recursos naturais se mostravam menos escassos (9).

As serras interiores, por sua vez, e o sertão, malgrado as circunstâncias desfavoráveis do seu clima áspero, não apresentariam menor densidade demográfica. Abrigo seguro para as tribos, alhures vencidas e desbaratadas nas rudes pelejas contra o invasor estrangeiro, era também, a hinterlândia cearense, o refúgio preferido dos nativos que as aperturas da concorrência vital tangiam das vizinhas capitanias do levante.

Êsse movimento migratório, iniciado antes mesmo da época da conquista da Paraíba pelos lusitanos, não esmoreceu com o passar do tempo. Tomou mesmo maior incremento depois que os holandeses foram expulsos do Nordeste, pelos heróis da restauração pernambucana. Vitoriosos êstes, levas copiosas de gentios, amigos dos invasores escorraçados dos campos nativos pelo terror de cruéis represálias lusitanas, cruzaram os chãos da nossa hinterlândia ou nêles buscaram refúgio temporário ou definitivo.

Nôvo afluxo de gentios iria ocorrer durante a chamada Guerra-dos-Bárbaros, quando os "indígenas, acossados no Piancó e no alto Piranhas pelas bandeiras preadoras de Jorge Velho e de Ledo, refluiram, principalmente para o norte, superpopulando os sertões do Salgado e Vale do Cariri".

Aliás, os cronistas antigos confirmam a suposição aventada, de serem os indígenas cearenses bastante numerosos. O primeiro a fazê-lo foi o próprio Pe. Luís Figueira, quando, em 26 de agôsto de 1609, ao descrever as dificuldades da missão que lhe coubera, esclareceu: "Do Rio Grande, que é a última povoação dos portuguêses, ao Maranhão são passantes trezentas léguas tôdas de tapuias selvagens que são tantos que não tem conta, e andam em magote de 50, 80 e 100 casais correndo sempre os campos, buscando caça de que se sustentam..."

Já na "Relação do Maranhão", por êle escrita um ano antes e enviada ao Geral dos Jesuítas, Pe. Cláudio Aquaviva, dissera o heróico inaciano: "O Rio Maranhão de que se denomina todo aquêle sertão dista de Pernambuco trezentas e tantas léguas por terra pouco mais ou menos, com tôda esta região e comarca do Maranhão aonde há inumeráveis almas e muitas castas de gentio."

O depoimento de Martim Soares não é menos peremptório. Dando notícias, na "Relação do Ceará", das amizades que fizera com

---

(9) Ver T. Pompeu Sobrinho, «Os tapuias do Nordeste e a monografia de Herckman» — Rev. do Inst. do Ceará. Tomo XLVIII Ano 1934, pág. 16.

"as três castas de Tapuia" que viviam nas cercanias do fortim, anota cuidadosamente: "Tem o Ceará, em 70 léguas de circuito, 22 nações de tapuias de diferentes línguas." (10) Em outro passo do mesmo documento, registrara o fundador do Ceará: "Sendo de pouca idade passei ao Brasil por soldado em companhia do Governador Diogo Botelho logo que cheguei a Pernambuco fui com o Capitão-mor Pêro Coelho de Sousa a descobrir e conquistar a Província de Jaguaribe e Seará e Mel Redondo, servindo de soldado, onde tivemos muita guerra com aquêles índios que *eram infinitos* e tinham muitos franceses em sua companhia."

—:—

A êsse tempo também a Serra Grande regurgitava de nativos de variada filiação étnica. Derramadas por sôbre o dorso do grande platô, sem dúvida o primeiro trato do interior cearense franqueado ao europeu — viviam, porém, de preferência, tribos tapuias, algumas das quais de parceria com gentios da nação tabajara.

Quando, em 1603, Pêro Coelho cruzou o altiplano em demanda à ilha de S. Luís, com sua bandeira, estavam êstes albergados em 70 aldeias, perfazendo, segundo conjetura Pompeu, 60.000 pessoas. (11)

"Indo nos cinquo léguas da Aldea nos alcanssou hu mancebo que trazia novas de como erão vindo hus poucos de índios reliquias do 70 aldeas que cõ medo dos brancos e p. se verem livres delles fugirão e forão acabar no Maranhão as mãos dos tapuias e frãceses, e outra gente do mesmo Maranhão q' cô os franceses lhe fizerão guerra, ajudando-os também, a peste que lhes deu", regista o Pe. Figueira na "Relação do Maranhão."

Noutro trecho do mencionado escrito insiste o missionário: "Nesta grande serra havia ha dois ou tres anos mais de 70 aldeias de gentio q' nos contarão por seus nomes de depois de os brancos lá irem e os receberem no princípio com guerra se foram todos para

---

(10) A propósito da grande densidade populacional do Ceará nos tempos da Colônia, comenta Pompeu Sobrinho — (op. cit. pág. 110): «Por nossa parte conseguimos colecionar o nome de 75 tribos diferentes de tapuias a maioria das quais da nação **CARIRI**. Calculando que cada tribo contasse, em média, apenas quatro aldeias ou malocas, o número de índios não podia ser inferior a 150.000. Ora a relação que compusemos é evidentemente incompleta.»

(11) T. Pompeu Sobrinho, «Povoamento do Nordeste Brasileiro» Revista do Instituto do Ceará. Tomo LI Ano 1937.

o Maranhão cõ medo dizendo que se os brãcos tinham destruído todos os moradores do Jaguaribe sendo recebidos delles com paz muito melhor os destruirão se elles q' no princípio receberão com guerra, e estes pobres por derradeira."

O Pe. Cláudio d'Abbeville, na "História da Missão dos Padres Capuchinhos na ilha do Maranhão e suas circunvizinhanças", eleva a 200 o número de aldeamentos situados na Ibiapaba, tanto que, referindo-se àquele platô, adianta: "Além disto é uma excelente morada por ser a temperatura do ar nem quente nem fria o que faz com que seja esta montanha (Ibiapaba) muito habitada e por isso nela existiam quando da chegada ali (de Pêro Coelho) mais 200 aldeias de índios."

—:—

TUPIS E TAPUIAS — Primeiros ensaios de sistemática — Ampliando os reinóis a conquista da terra brasileira, com a incorporação aos seus domínios do litoral cearense, cujas tribos indígenas lhes pareceram extremamente numerosas, sentiram êles a necessidade premente de agrupar essas mesmas tribos em quadros sistemáticos. Dividiram-nas, por isso, desde logo, em dois grupos, a que denominaram, respectivamente, tapuias e tupis. Atendiam, em princípio, aos caracteres lingüísticos e, de certo modo, também às dissemelhanças culturais observadas de relance.

O grupo tupi abrangia, muito naturalmente, as tribos que manejavam idioma semelhante ao falado ao longo da costa oriental e tinham costumes e hábitos idênticos aos indígenas que, em maior número, habitavam aquêle trecho da marinha brasileira.

O grupo tapuia incluía, por sua vez, as hordas que, vivendo de preferência nos chãos interiores da Capitania, usavam a "língua travada". (12)

Agindo dêsse modo, seguiam os bisonhos classificadores lusitanos os mesmos processos simplistas já empregados pelos seus maiores, os descobridores e colonos reinóis do século XVI, processos dis criminativos imitados, segundo tôda a evidência, dos próprios nativos praieiros, com que tinham convivido em primeiro lugar. O vocábulo tapuia é, como sabem todos, aquêle de que se serviam os tupis para designar os seus inimigos, dêles muito distanciados tanto do ponto de vista étnico, quanto lingüístico.

---

(12) Não eram êstes, porém, como se pretende, mais hostis ao conquistador, nem se faziam notados pela sua maior fereza de ânimo. Apenas apresentavam civilização material diferente senão inferior à dos tupis.

Êsse rude método de sistemática foi primeiramente pôsto em curso entre civilizados pelos jesuítas. (13) Usaram-no, a seguir, os viajantes e cronistas brasileiros dos séculos XVII e XVIII, em geral, e, de maneira ampla, todos os que, registrando fatos ligados à evolução social, política, econômica e religiosa da terra cearense, careciam de aludir mais longamente aos seus habitantes nativos. Tão grosseiras normas taxionômicas permaneceram em vigor entre nós durante largo tempo, pois em nada influíram para melhorá-las as observações cada vez mais numerosas e elucidativas que, a respeito de muitos agregados humanos não tupis, se iam acumulando com o passar do tempo.

Igualmente improdutiva ficou, dêsse modo, a documentação deixada sôbre os *Tarairijus* e *Cariris,* do extremo nordeste brasileiro, por cronistas e escritores flamengos ou como tais reputados (Elias Herckman, Rouloux Baro, Piso e Marcgrave e Barleus, etc.) Melhor sorte não tiveram as notas que, a propósito dos *Tremembés,* escreveram o Pe. Ivo d'Evreux e numerosos outros itinerantes que, de passagem, cruzaram a costa leste oeste.

Também não seriam levados em consideração, pelos que se ocupavam em estudar o aborígine, em sua generalidade, os reparos de cunho etnológico sôbre êles colhidos, pelos entradistas de todos os recantos do País, e referidos pùblicamente por êsses desbravadores quando retornavam de suas grandes peregrinações sertanejas.

Todo o enorme acervo de informações, reunido no correr das duas primeiras centúrias e que, assim, se quedava inaproveitado, estava a indicar claramente o absurdo de ser mantida a classificação dual e coeso o grupo tapuia. As tribos que a êste constituíam não formavam uma massa coerente, nem no ponto de vista étnico, nem lingüístico, nem antropológico.

Aliás, já Frei Vicente do Salvador, o Pe. Fernão Cardim e outros cronistas de igual vulto, proclamando a pluralidade dos idiomas tapuias, apontavam implìcitamente tal impossibilidade.

"O que de presente vemos, registrava aquêle frade escritor, em 1627, é que todos são de côr castanha e sem barba, e só se distinguem em serem uns mais bárbaros que outros (pôsto que todos o são, assaz). Os mais bárbaros se chamam IN-GENERE tapuias, dos quais há muitas castas de diversos nomes, e *diversas línguas* e inimigos uns do outros."

As palavras do jesuíta não são menos conclusivas:

---

(13) Empregou o têrmo, grafando-o **Tapuza**, o Pe. Aspilcuelta Navarro; **Tapuya** escreveu Luís Figueira, enquanto Fernão Cardim e outros preferiram **Tapuya** ou **Tapuia** conforme a grafia hoje corrente. Frei Vicente do Salvador usou a forma **Taphuia**.

"Em tôda esta província, proclamava êle pelos idos de 1584, há muitas e várias nações de *diferentes línguas*."

Foi, todavia, necessário chegarmos ao século XIX para que os estudiosos, de uma e outra banda do Atlântico, se lembrassem de repudiar a distribuição do nativo em dois grupos antagônicos.

Os que, primeiro, a isso se abalançaram, fizeram-no substituindo, porém, a divisão dual por outras, em maioria, também impróprias, porque destituídas das bases científicas hoje julgadas imprescindíveis à realização da difícil tarefa.

A Etnologia e a Lingüística comparada dos povos americanos estavam no nascedouro e as informações, consignadas a respeito dos grupos indígenas pelos escritores dos primeiros séculos, não haviam sido ainda convenientemente coordenadas, nem divulgadas.

—:—

"No século XVIII, diz um estudioso do assunto, o material etnográfico avolumara-se, é certo, em proporções enormes à medida que se alargava o âmbito das explorações geográficas, mas tão complexo, tão enredado, não raro, tão inacessível, que dominá-lo, determinando a situação de cada tribo ou grupo sôbre as coordenadas etnográficas, foi tarefa só iniciada em princípios do século seguinte..."

Assim, tiveram os especialistas, em geral, de basear os seus tímidos ensaios de sistematização no conhecimento, muitas vêzes perfuntório, dos hábitos e costumes dos mesmos índios, nas dissemelhanças mal apuradas de suas falas ou, ainda, no simples exame de alguns caracteres físicos mais salientes.

A primazia da idéia revisionista cabe, sem favor, a Alcides d'Orbigny, etnólogo e viajante francês, que, em princípios do século passado, explorou a América Meridional. Entre nós a prioridade pertence, indubitàvelmente ao General Couto de Magalhães. (14)

O primeiro, separando os habitantes desta parte do Nôvo Continente em 3 grupos, ou raças, incluiu a quase totalidade dos indígenas brasileiros naquele que dominou brasílio-guarani e cujos traços gerais resume dêste modo: "côr amarela ligeiramente misturada de vermelho muito pálido, estatura mediana (1,62), formas maciças, face quase circular, fronte não fugidia, nariz curto e estreito, narinas estreitas, bôca mediana pouco saliente, lábios finos, olhos geralmente oblíquos rasgados no ângulo externo, malares pouco salientes, feições efeminadas e fisionomia doce."

Às outras chamou Pampiana e Andoperuana.

---

(14) Gen. Couto de Magalhães «O selvagem» 4.ª edição Brasiliana. Vol. 52, pág. 111.

Na raça pampiana é descrita como apresentando côr moreno-oliva ou castanho escura, estatura mediana, 1,688m, formas hercúleas, testa alta, rosto largo esparramado e oblongo, nariz curto e muito chato, de narinas largas e abertas, bôca muito grande, lábios grossos e muito salientes, olhos horizontais e, às vêzes, rasgados no ângulo anterior, malares salientes, traços pronunciados de masculinidade, fisionomia fria e, amiúde, feroz. Nela incluiu d'Orbigny os *Guaicurus*, como seu ramo mais setentrional.

Couto de Magalhães, tendo dedicado largo tempo ao estudo dos nossos gentios, com quem privou ìntimamente em Goiás, Mato Grosso e na Amazônia, julgou-se autorizado, quarenta anos mais tarde, a agrupá-los em três tipos fundamentais:

1.º) — índio escuro grande

2.º) — índio mais claro de estatura média

3.º) — índio mais claro de estatura pequena, peculiar à bacia do Amazonas

O primeiro, por êle também denominado *abaúna*, seria o tronco primitivo; os dois últimos conhecidos por *abajus*, seriam raças mestiças, filhas do cruzamento daquele grupo com o alienígena branco, fato ocorrido centenas de anos antes do descobrimento da América. (15)

Como d'Orbigny, Couto de Magalhães tomou, pois, por base de sua classificação, os caracteres corporais. Usou, assim, um critério que, apesar de relativamente estável para cada grupo, foi considerado, mais tarde, de pouca relevância quando tomado isoladamente. (16)

---

(15) Não esquecer que Lineu e Morton incluiram todos os indigenas americanos numa única raça, o mesmo fazendo Herdlicka e sua escola.

(16) Ehrenreich, autor que prefere o critério lingüistico por julgá-lo mais bem seguro e produtivo, só admite tal norma no caso de coincidirem os tipos antropológicos determinados com os grupos lingüisticos conexos e também afins de sangue. O critério lingüistico, já empregado por Martius e Van den Steinen como base para sua classificação foi, no dizer de R. Garcia, seguida também por Lucien Adam, Brinton, Raul de la Grasserie, Kock Grúenberg, Beuchat, Rivet, Créqui Montfort, Schüller, etc.

Contrariando, de certo modo, êsse ponto de vista, escrevem Maks Portugal e D. E. Ibara Grasso («Antropologia fisica de los indios bolivianos», Rev. Khana pág. 18. Ano IV. Vol. III La Paz, out. 1956).

«El hombre, o los hombres, debem ser tratados y descritos como si fuese una eespcie de la História Natural, no en base a los caracteres de su cultura y lenguas. De una descripción hecha asi, sobre sus caracteres fisicos, es de donde salen las classificaciones propriamente de las raças humanas.»

Essas incipientes tentativas de sistemática e, em particular, a do militar e sertanista brasileiro, eram, todavia, de medíocre alcance científico e, por isso, tiveram vida efêmera. Note-se, porém, que os estudos e investigações de d'Orbigny vieram a exercer acentuada influência sôbre os trabalhos de investigadores hispano-americanos, tais como Schervin, G. Rauma e outros.

—:—

A von Martius, que, no justo conceito de Fróis Abreu e de todos os que lhe conhecem a obra, "foi o mais operoso dos naturalistas estrangeiros que se ocuparam de estudos brasileiros, e dos mais iluminados", a von Martius, dizíamos, "coube, porém, o mérito de haver apresentado uma classificação que, durante muito tempo, seria considerada aceitável pelos melhores especialistas no assunto". (17)

Tendo viajado longamente pelo interior das então províncias de S. Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas, colheu, de suas andanças sertanejas, numerosas observações no tocante à diversidade de condições culturais e lingüísticas que apresentavam os grupos nativos.

Pôde, dessa forma, guiado, sobretudo, pelo exame de *palavras fios,* alicerçar o trabalho em bases perfeitamente seguras e distinguir nove grupos línguo-culturais, a saber:

1.º) Tupi e Guarani

2.º) Jé ou Cran

3.º) Guck ou Côco

4.º) Cren ou Gueren

5.º) Pareci ou Poragi

6.º) Goitacá

7.º) Aruaque ou Aroaquis

8.º) Leguá ou Guaicuru

9.º) Índios em transição para a cultura e língua portuguêsa

---

(17) «Carlos Frederico Filipe von Martius foi um notável naturalista bávaro. Veio ao Brasil em 1817, na comitiva da Imperatriz Leopoldina, arquiduquesa da Austria. Fêz uma longa peregrinação pelas províncias de S. Paulo, Rio, Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Piauí, Maranhão, e daí seguiu para a Amazônia

Apenas os três primeiros conjuntos humanos abrangiam os selvagens cearenses.

Aos *Cariris* incluiu Martius entre os *Gucks* ou *Côcos,* idéia contra a qual protestaria Batista Caetano, estribado em estudos pessoais. Pesquisas posteriores, realizadas, principalmente, por etnólogos germânicos, vieram, porém, evidenciar numerosas falhas no trabalho de von Martius. Êste se deixara sugestionar demasiadamente pela inexata idéia, que fazia, do exagerado tamanho da área de expansão dos povos tupis e da preponderante influência dêsses gentios no desenvolvimento cultural das outras tribos brasileiras.

Empolgava-o, outrossim, o falso julgamento de estarem, já então, baralhadas e confundidas quase tôdas as culturas nativas. Foi, pois, necessário retificar-lhe os erros.

Surgiu, dêsse modo, a classificação de Carlos von den Steinen, antropologista que tivera a sorte de descobrir, nas margens do Xingu e, portanto, em pleno coração da selva sul-americana, "representantes das principais tribos do Brasil em estado cultural quase pré-colombiano".

"Divulgada, entre nós, por Paulo Ehrenreich, a classificação de von den Steinen difere sensìvelmente do quadro sistemático elaborado por von Martius, pois nela aparecem grupos não assinalados antes e a fusão e desaparecimento de outros que o cientista bávaro separara."

Lembra Taunay, em artigo intitulado "Resistência à Conquista do Nordeste", haver von den Steinen provado peremptòriamente que os *Caraíbas* nada tinham de comum com os *Tupis,* como pensavam d'Orbigny, Martius e o próprio Batista Caetano.

Recorda ainda o saudoso historiador que Steinen identificou outro agregado étnico, a que atribuiu o nome de Nuaruaque, êste já pressentido por Latham em 1850.

"A constituição do grupo *Nuaruaque,* afirma, por sua parte, Capistrano de Abreu, dissolveu o grupo *Guck* ou *Côco,* de Martius, e suscitou, pela primeira vez, a questão dos *Cariris,* não resolvida pelo ilustre explorador germânico, malgrado todos os seus esforços, como êle próprio confessa."

(1817-1820). Esta viagem, levada a efeito em companhia de João Batista Spix, zoologista, permitiu a colheita de tal acervo científico, que criou uma glória imperecível, para ambos.

Martius é o etnógrafo de valor e inigualável autor da **Flora Brasiliensis.** Spix é o zoologista operoso que a morte prematura não permitiu brilhar, tanto quanto o companheiro, no cenário das Ciências Naturais.» (S. Fróis Abreu.) As suas «Beitrage zur Ethnographie und Sprachenkund Amerika's Zumal Brasiliens» (Lipsia, 1876) constituem, observa R. Garcia, os primeiros lineamentos para a organização da etnografia brasileira.

Com Steinen, as famílias indígenas passaram a ser apenas oito, assim denominadas:

I — Tupi
II — Jé ou Zé
III — Caraíba
IV — Nuaruaque ou Maipure
V — Goitacá (Waitaka)
VI — Pano
VII — Miranha
VIII — Guaicuru (Waikuru)

Embora fruto de estudos e observações que iriam "lançar muita luz sôbre o complexo problema dos agrupamentos indígenas", a relação apresentada, de von den Steinen, em essência, nada alterou a situação, até certo ponto dúbia, dos nativos cearenses não tupis. A maioria dêles permaneceu indevidamente integrada na família Jé, mantida pelo ilustre homem-de-ciência.

Os outros, que haveriam de constituir o grupo ainda não definido dos Cariris, estavam pràticamente sem lugar certo na sistemática do conjunto.

Mais uma revisão foi esboçada, tempos depois, por Ehrenreich, o companheiro de Steinen em sua 2.ª viagem etnográfica pela Amazônia.

Elaborada com base em abundante material, tanto lingüístico como antropológico, a nova taxionomia, vinda a lume em 1904, manteve íntegros os grupos principais de von den Steinen.

Nela aparecem, assim, os:

Tupi-guarani
Aruaque
Caraíba
Zé ou Jé

Completavam o quadro, mas, em plano secundário, os:

Cariri ou Quiriri
Pano
Goitacá
Guaicuru
Bororó, etc.

Com Ehrenreich, que, aliás, dividira também as terras sul-americanas em três províncias etnográficas, passaram os *Cariris* a ter o lugar que lhes faltava na distribuição geral dos silvícolas brasileiros. As posteriores pesquisas de Capistrano de Abreu e as acuradas indagações de Rodolfo Garcia e Artur Ramos tiveram, como resultado, alterar, ainda uma vez, a classificação dos nossos ameríndios, no que se refere aos grupos secundários. Não ventilaram, nem resolveram, porém, as dúvidas que existiam no que tange à grande maioria dos nativos do Nordeste, não participantes do grupo cariri.

Nesse meio tempo, surgira, porém, o magnífico trabalho do investigador germânico E. von Eickstedt (*Rassenkunde und Rassengeschichte der Menscheit,* Stutgart, 1934), que iria ser a fonte inspiradora das monografias de José Imbelloni (*Fuegidos y Laguidos, Posicion de la raza Paleo Americana e de Lagoa Santa*). (Man. do Museu Art. Cienc. Nat. Buenos Aires, XXXIX, 1937); *El problamiento primitivo de América, in* Revista Geográfica americana, n.º 7. Buenos Aires, 1939, *Tres Capitulos sobre sistematica del hombre americano, in* Atualidad Médica Peruana Vol. II Lima, 1937 etc) e do volumoso trabalho de Salvador Canals Frau, denominado "*Prehistoria de America*" (Sudamericana, Buenos Aires, 1950) e de outros trabalhos etnográficos. (18)

Visando todos a dar ao problema do ameríndio uma solução consentânea, a um só tempo, com os dados da Lingüística, da Culturologia e da Antropologia Física, eram verdadeiras obras de síntese. Buscavam enfeixar, num todo, os resultados colhidos, de seus perquirentes estudos, pelos indianologistas mais credenciados em cada um daqueles ramos de Antropologia Geral.

Para o Prof. Canals Frau — que se filia, como é natural, à corrente imigracionista e toma por base de seu sistema o que chama realidade paleográfica, etnográfica, lingüística — quatro teriam sido as correntes pré-históricas povoadoras da América ou, melhor, quatro seriam os grandes ramos étnicos alóctones de onde se originaram todos os indígenas americanos.

Ei-los:

1.º — dolicóides primitivos de cultura inferior

2.º — canoeiros mesolíticos

3.º — braquióides de cultura média

4.º — polinésios de alta cultura

---

(18) A classificação de von Eickstedt teve, dizem Maks Portugal e Ibara Grasso, muita difusão nos meios científicos sul-americanos, não, porém, em sua forma original, mas através de adaptação que dela fêz o doutor Imbelloni, em 1947.

Para atingir o Continente Americano, os grupos humanos invasores seguiram, em princípio, rotas diversas, embora mais de um trilhasse ocasionalmente trechos dos mesmos caminhos. Isso teria ocorrido, porém, em épocas entre si muito distantes.

Do ponto de chegada ao Nôvo Mundo, até alcançar os centros de caracterização e dispersão, tôdas percorreram, de ordinário, veredas mais ou menos exclusivas.

Dos enxames conquistadores, o terceiro tem particular interêsse para a etnografia brasileira; pois dêle procedem "as populações mais ou menos braquióides de cultura média" que, com os dolicóides primitivos, ocuparam quase a totalidade da área central e setentrional da América do Sul, o que vale dizer grande parte do território nacional. (19)

Modificação profunda na maneira de estender os aborígines nordestinos e sua filiação línguo-cultural e antropológica, devia, porém, verificar-se com o aparecimento, na "Revista do Instituto do Ceará" e em outras publicações do mesmo tipo, dos trabalhos de Tomás Pompeu Sobrinho. (20)

Particularmente valiosa é, nesse sentido, a monografia que intitulou "Pré-história cearense" porque, também ela, segue as modernas diretrizes traçadas por von Eickstedt.

Na obra em aprêço, alicerçada, aliás, nas mais recentes publicações que, a respeito do assunto, surgiram no Velho Mundo e na América, o autor, tendo em vista os caracteres culturais e as peculiaridades do falar de certas tribos sertanejas até então incluídas no grupo cariri, reuniu-as num todo independente a que chamou *Tarariju* ou *Tarairiú*.

---

(19) «As famílias lingüísticas Aruaque, Caribe e Tupiguarani, além de grupos como o **Pano, Tucano, Jivaro** e outros menores, igualmente procedem desta terceira corrente de povoamento pré-histórico.»

(20) Na Revista publicou Pompeu Sobrinho, Tomás, visando ao estudo do indígena, os seguintes trabalhos:
«As origens dos índios Cariris» Tomo LXIV, 1950, pág. 314.
«Os Tremembés» Tomo LXV, 1951, pág. 257.
«Os índios fulnioes» Tomo XLIX, 1935, pág. 31.
«Lendas Mehin» Tomo XLIX, 1935, pág. 189.
«Sistema de parentesco dos índios cariris» Tomo LI, pág. 309.
«Tapuias do Nordeste» Tomo LIII, 1939, pág. 221.
«Tapuias do Nordeste e a monografia de Elias Herckman» Tomo XLVIII, 1934, pág. 7.
«Topônimos indígenas» Tomo LIX, 1945, pág. 156.
«Contribuição para o estudo das afinidades dos Cariris» Tomo XLII, 1928, pág. 3.
«Etimologia de algumas palavras indígenas» Tomo XXXIII, 1919, pág. 1999.
«Índios Merrime» Tomo XLV, 1931, pág. 45.
«Significação de algumas palavras indígenas» Tomo XLVII, 1933, pág. 179.
«Vocabulário dos índios Jamundás» Tomo L, 1936, pág. 69.

Correntes migratórias	Origens (1) Época (2) Caminho (3) Lugar de acesso (4)	2.º Estabelecimento (1) 2.º Estabº. (2)	CARACTERÍSTICAS SOMATICAS	CULTURAIS
I	(1) N-E da Sibéria (2) 28 a 20 milênios (3) Terrestre (4) Bering	Rio Yukon Alasca (1) Grandes Planícies Norte-Americanas (2)	Estatura elevada; Dolicocefalia; Hipsicrania; Tipo australóide	Paleolítica superior; primária; Economia coletora Lança de arremêsso Pontas de pedra, machado tôsco
II	(1) Sibéria (2) 20 a 15 milênios (3) Terrestre (4) Bering	Yukon Alasca (1) Grandes Planícies Norte-Americanas (2)	Estatura elevada, mas inferior a I Dolicocefalia; Camecrania moderada; Tipo parassiberiano	Paleolítica sūperior; primária Economia coletora Propulsor? Machado lítico com cabo flexível? Cêstos
III	(1) Norte da Ásia (Sibéria) (2) 10 a 9 milênios (3) Marítimo costeiro (4) Bering	Costa N-W da Am. do Norte (1) Costas do Pacífico (2)	Estatura: (a) baixo (b) média Dolicocefalia moderada; Tipo: (a) Mongolóide paleossiberiano (b) Paramongolóide	Mesolítica Cerâmica do pente; navegação rudimentar; largo uso do osso; domesticação do cão Casa semi-subterrânea, cupuliforme. Ostreiro.
IV	(1) Indonésia e Polinésia (2) 7 a 6 milênios (3) Marítimo ou marítimo-costeiro (4) Pacífico	Istimo do Panamá e adjacências (1) Várias regiões das 3 Américas	Estatura baixa Braquicefalia mesorrínia Tipo mongolóide	Neolítica ou média Agricultura, cerâmica, tecidos Direito matrilinear Avunculato Navegação, canoas monóxilas. Arca e flecha Zarabatana Cabeça-troféu, Animismo, Shamanismos, Canibalismos, rituais, Mounds
V	(1) Polinésia (2) 4 a 3 milênios (3) Marítima (4) Pacífico	Costas W. da Am. do Sul (1) Andes, Colômbia, Am. Central e México	Estatura baixa Braquicefalia exagerada; Tipo mongolóide ou paramongolóide	Alta cultura Construções megalíticas, Templos Fortaleza, Agricultura rom irrigação Domesticação de animais Classes sociais. Cidades e Estados. Metais. Grande parte dêstes elems. desenv. na América

Correntes ou contingentes imigratórios	Características étnico-culturais	Tipos étnicos americanos	
		Na América do Norte	Na América do Sul
I corrente	Dolicóide, hipsicrânio. Estatura elevada. Cultura paleolítica, primária	Sílvido	Láguido Huárpido Patagônido
II corrente	Dolicóide, camecrânio. Estatura menos elevada. Cultura paleolítica, primária	Sonórido Califórnido	?
III corrente	Dolicocefalia mais ou menos moderada. Tipo mongolóide. Cultura mesolítica	Esquímido Pacífido	Fuéguido Nordéstido
IV corrente	Braquióide de estatura baixa. Cultura neolítica	Sudéstido	Brasílido
V corrente	Braquióide. Baixa e média estatura. Alta cultura	Centrálido	Ândido

A autonomia lingüística dos *Tarairiús* já fôra, é certo, proclamada pelo próprio Pompeu, em 1935, e por Louktka em 1952; o primeiro deu-lhe, porém, como dissemos, mais a necessária base etnográfica.

Ao erudito cearense deve-se também, em grande parte, a emancipação dos *Tremembés*.

Tomás Pompeu admite, ademais, terem sido 5 e não 4 as correntes humanas que conquistaram o Nôvo Mundo.

Estas geraram 13 tipos étnico-culturais diversificados, no próprio Continente, no decorrer de um longo período de muitos milênios.

Os dois quadros seguintes dão, 1.º, o resumo daquilo que o autor chama "o drama do povoamento pré-colombiano da América", e o 2.º a distribuição dos 13 tipos raciais nas 5 correntes imigratórias.

* * *

SISTEMÁTICA DOS NATIVOS CEARENSES — Hoje, podemos, pois, com relativa segurança, incluir os indígenas cearenses nos grupos seguintes:

Tupi
Cariri
Tremembé
Tarairiú
Zé, Jé ou Jê

É lícito considerar ainda um sexto conjunto humano sem denominação especial em que seriam enfeixadas as tribos de filiação lingüística duvidosa e de imprecisa ligação cultural.

Nêle catalogar-se-iam, outrossim, as cabildas a respeito das quais pouco ou nada sabemos além do nome que ficou perpetuado nas crônicas da terra. (21)

Entre essa *gentium incerta affinitate* ficariam colocados, desde logo, os *Itanãs* ou *Itanhás*, apontados por Louktka como um grupo

(21) Em 1952, constituiu-se, graças aos estudos de Rivet e Louktka, mais uma família lingüística, autônoma, a dos Socós, que seria falada pelos indígenas do mesmo nome.

lingüístico independente, vivendo em Monte-Mor (22). Von Martius já os citara e Rodolfo Garcia afirmara terem sido êles aldeados naquela localidade. Nenhuma informação encontramos, porém, a respeito dêsses silvícolas nos anais históricos do Ceará que nos caíram sob as vistas.

Na rubrica apontada enquadrar-se-iam ainda os:

Acimis ou *Azimins* moradores prováveis da Ibiapaba;

Acocis, senhores da bacia do ribeiro do mesmo nome;

Aconguaçus, da Ribeira do Acaraú;

Acriús, da bacia do Acaraú;

Anaperus ou *Anapurus,* divididos em *Anaperuaçus* e *Anaperumirins,* que eram encontrados mui provàvelmente nos chapadões da Serra Grande;

Apujarés que, segundo parece averiguado, alastravam os sertões de Canindé (23);

Calabaças, ripículas do Salgado;

Candandus;

Carcuaçus, cujo *habitat* desconhecemos;

Chibatas, da margem do Riacho Chibata e tributários do Bastiões;

Icós, vivendo entre o Salgado e o Rio do Peixe e Piranhas, da Paraíba;

Icòzinhos, que trilhavam as mesmas terras ocupadas pelos seus parentes, os Icós;

Jaguaribaras, espalhados na ampla nesga de terra que vai da margem esquerda do Choró e Rio Mundaú até a Serra de Baturité. Êstes silvícolas iriam ter acentuada atuação na vida dos primeiros povoadores do Ceará;

---

(22) Não precisa qual dos Monte-Mores.

(23) Pompeu, aventando a hipótese um tanto vaga de que algumas dessas tribos — **Wanacé** ou **Anacé**, **Jaguaribara** e **Apujaré** — seriam láguidas, pensa que se deve admitir (pág. 121), provisòriamente, hajam chegado ao Ceará, logo depois dos **Tarairiús**, vindos, através da serra da Ibiapaba, da região maranhense.

Jaguaruanas que habitavam entre o Curu e o Acaraú;

Jucás ou *Iucás*, antigos habitantes das cabeceiras do Jaguaribe e parte da região de Arneiroz (24);

Peba, Pega, Perga ou *Peiga* que, embora marginais do Piranhas e Rio Sabugi, marcavam, não raro, com seus rastos os chãos do Ceará. (25)

Tocoiús, que viviam nas imediações da atual cidade do Icó;

Vidaes, moradores dos chapadões da Serra Grande;

Wanacés ou *Anacés*, que, divididos em Anaceguaçus e Anacemirins senhoreavam a plaga situada entre as praias e a Uruburetama;

Xixirós, que pervagavam os chãos interiores da Capitania. (26)

GRUPO TUPI

A cultura material, crenças, línguas e somatologia dos povos tupis, bem como as caprichosas migrações que empreenderam por terras do Nôvo Mundo, hão sido motivo para demoradas e profícuas indagações por parte dos nossos mais credenciados indianólogos. Serviram e servem ainda, também, de tema a dissertações maçudas e sábias de especialistas estrangeiros que lhe estudaram as peculiaridades lingüísticas, raciais e etnográficas.

Amplíssima é, por isso, a literatura que versa êsses indígenas e quase tôda de acesso relativamente fácil. Não nos sendo possível

(24) Pompeu Sobrinho, contrariando a Louktka, inclui os Jucás entre **Tarairiú**.

(25) Citados por Nimuendaju e aceitos por Louktka, e Rivet como sendo **Cariris**.

(26) Devemos considerar ainda as tribos indígenas cuja existência, apesar de proclamada por autores de responsabilidade, julgamos duvidosa. Nada encontramos, com efeito, em documentos, relativos ao Ceará, que provasse a sua realidade no território desta antiga capitania. São elas: **Xoró**, citados por Nélson de Sena, **Cabinda, Jurema, Jururu** e **Akirá** citados pelo Barão de Studart, em sua «Geografia do Ceará», **Guaió, Jaburu, Palié, Mandavá, Naporá, Aquigiró, Campéo** mencionadas por Théberge. Segundo êste autor, o primeiro dos grupos apontados empregava flechas ervadas e o último cortava a cabeça de seus inimigos e a conduzia consigo como um sangrento troféu. Semelhavam, pois, sob êste ponto de vista, a tantos outros povos primitivos da América, Ásia, África e Oceânia que, por terem tais hábitos, são chamados caçadores de cabeças.

Paulino Nogueira no «Vocabulário indígena» alude também aos **Aquirás**, ou **Akirás**. Diz êle: «Folheando-se os antigos registos da Câmara Municipal do Aquirás, nêles encontramos repetidas vêzes **Akirás** e **Akirazes**, gentios da terra.»
Citam-se ainda os **Panaticuremas**.

apresentar a matéria sob qualquer ângulo nôvo, nem lhe trazer inédita contribuição científica, julgamos preferível abstermo-nos de abordá-la, enviando às fontes bibliográficas, quem dela se queira inteirar detalhadamente. (27)

POTIGUARES — Representavam o grupo tupi, no Ceará, apenas dois agregados nativos: os *Tobajaras* e os *Potiguares,* chamados, ainda, *Potiguaras, Potiuaras, Potigaras, Pitigares, Pitigoares,* ou *Pitiguaras.* (28) Integrantes da grande família tupinambá, senhoreavam o baixo Jaguaribe e, possìvelmente, outros pontos da costa.

Dominadores antigos também do litoral do Rio Grande do Norte e trechos da Paraíba, foi com os *Potiguares* que ocorreram os mais remotos atritos havidos no Nordeste entre os colonizadores reinóis e os primitivos donos do País.

Nação forte e poderosa, inimiga dos *Tobajaras,* já aliados dos portuguêses, aproximaram-se naturalmente dos franceses, que andavam pirateando ao longo das nossas águas territoriais, e, estimulados por êles, moveram durante quase cem anos uma guerra de extermínio à parcialidade luso-tobajara, que se lhe tornara adversa.

* * *

Localizados, conforme dissemos, na zona do baixo Jaguaribe e, talvez, em mais alguns trechos das nossas lindes oceânicas, ressurgiam, depois de larga interrupção, na faixa praiana que vai das

---

(27) Julgamos, todavia, interessante lembrar, com Estêvão Pinto, que «os elementos culturais de distribuição setentrional e oriental, característicos dos **Tupinambás**, eram a maloca, a rêde, o escabelo, a mandioca amarga, o mosaico de palha, a flecha de várias pontas, a cerâmica com verniz e impressões digitais, a tipóia de carregar crianças, o «bastão de ritmo», a urupema, a raspadeira, o tipiti à feição de manga, o pilão de madeira, o **boucan** ou **moquém**, os mantos de plumas, as penas coladas ao corpo, a tinguijada, o abano de **tatapecuá**...

Entre os elementos culturais de distribuição noroeste figura apenas a paliçada e o escudo.

No conjunto dos elementos culturais de vasta distribuição e origem mal determinada, figuram a pescaria de barragem, a canoa talhada ou cavada num tronco de árvore, a jangada, a tonsura, o botoque, ou tembetá, o fuso do tipo bacairi, os crânios — troféus, o maracá, o diadema de plumas, a cultura do algodão, o chuço de pau para cavar a terra, a macana e o arpão.

Eram características dos Tupinambás a **acangatara** ou **acanitara** (a **Kanittara** de Hans Staden) e as rodelas de pena de ema (a **araroye**, de Lery) a covada, a saudação lacrimosa e a antropofagia ritual faziam parte, ainda, do acervo cultural dessa vasta família túpica (Estêvão Pinto «Etnografia Brasileira»).

(28) Pitiguar, escrevem Frei Manuel Calado in «Valeroso Lucideno», pág. 109, Ed. São Paulo, e Fernão Cardim, na edição inglêsa do seu «Tratado da Terra e Gentes do Brasil».

margens do Parnaíba até muito além do gólfão maranhense. Nessa parte da costa se haviam estabelecido em fins do século XVI, ou início do seguinte, e eram conhecidos pelo nome genérico de *Tupinambás.* (29)

Métraux demonstrou, com efeito, que, até 1587, data da publicação do livro de Gabriel Soares de Sousa, não existiam, na mencionada região, indígenas tupis de qualquer parentela.

* * *

É, também, um episódio relativamente recente, nos anais das migrações dos povos tupis, o movimento expansionista que, partindo dos chãos norte-rio-grandenses no rumo do poente, iria propiciar aos *Potiguares* o domínio da porção mais oriental da marinha cearense.

Por sua vez, a retomada da marcha que, dali, os levaria até à barra do Rio Ceará e mesmo um pouco ao poente dêsse curso d'água, teria ocorrido em pleno alvorecer da nossa era histórica. Seria, talvez, contemporânea das primeiras incursões que, pelo Meio-Norte, realizaram expedicionários portuguêses.

Há quem pretenda que, muito antes da chegada ao Ceará dos colonizadores reinóis, já os *Potiguares* estendiam os seus domínios até os contrafortes orientais da Ibiapaba, onde tiveram os passos embargados pelos *Tobajaras*.

Os que dêsse modo consideram, baseiam seus pontos de vista, de preferência, nas indicações contidas no mapa de Jacques de Vandeclaye, desenhado em 1579 e reproduzido no Atlas de Rio Branco. O referido cartógrafo nêle faz figurar, com efeito, um semicírculo entre o Rio São Domingos, ou Paraíba, e o da Cruz, ou Camucim, e neste inscreve — lembra-o Capistrano — dez mil índios dispostos a combater os portuguêses.

Atente-se, porém, que tal indicação sugere, desde logo, a dúvida seguinte: pretendeu Vandeclaye, referindo-se "a índios dispostos a combater os portuguêses", aludir, realmente, aos *Potiguares* e sòmente a êles?

---

(29) Rivet e Louktka separam os tupis da costa brasileira apenas em dois grandes grupos: **Tapes** e **Tupinambás**, êstes abrangendo as tribos cujos domínios iam de Sta. Catarina às terras amazônicas. Nossos especialistas consideram, ainda, um terceiro grupo de não menor importância, qual seja, o dos **Tupiniquins.**

Solucionada a objeção afirmativamente, o que não parece fácil, resta a considerar o fato de ser Vandeclaye de nacionalidade francesa e, portanto, propenso a exagerar o número e alargar a zona de influência dos brasilienses com o apoio dos quais poderiam contar os seus patrícios, contrabandistas contumazes de nossas mercancias.

Digno de reparo é, outrossim, o ter sido o documento confeccionado em 1579, época em que as hordas potiguares bem poderiam ter iniciado os seus deslocamentos para o oeste, como contingentes vanguardeiros da tribo em movimento. De 1579 a 1603, ano da chegada ao Ceará de Pêro Coelho, decorrem vinte e quatro anos apenas, tempo demasiado exíguo para invalidar a afirmativa segundo a qual *Potiguares* eram moradores recentes das costas cearenses.

É verdade que, em favor da opinião daqueles que fazem recuar de muitas e muitas décadas o início da marcha para o oeste da cabilda de que nos estamos ocupando, e conseqüentemente a sua fixação em vários pontos do litoral cearense, milita o fato de alguns antigos documentos dividirem a faixa praiana do nosso Estado em três províncias, assim denominadas: o País do Jaguaribe, Mel Redondo e Buabava.

A clara procedência tupi dos referidos nomes e o aparecimento de outros topônimos da mesma origem na zona apontada, levam, com efeito, à suposição de que os *Potiguares* a senhoreavam de longa data.

No mesmo sentido parece depor o trecho seguinte da "Relação do Maranhão", da autoria do Padre Luís Figueira (pág. 135):

"Vendo eu que os mais não queriam vir, procurei então de os ajuntar todos porque em todo aquêle sertão do Jaguaribe aonde dantes havia grandíssimo número de aldeias agora serão por todos grandes e pequenos como oitocentas almas, as quais estavam em sete ou oito aldeotas de tôdas ajuntei os principais e os persuadi se ajuntarem a roçar em certa parte mais acomodada traçando-lhe as casas, levantando-lhe uma formosa cruz, de cedro lavrada com seu tto cousas que êles estimam muito e lhe pus nome a aldeia de S. Lourenço por ser em seu dia levantada cruz..." (30)

A afirmativa do missionário de os ter a todos ajuntado em uma grande aldeia — que não podia, é claro, ter sido ereta nas margens do Jaguaribe — não prova, todavia, que os *Potiguares* fôssem senhores do nosso litoral. Indica simplesmente que êles se achavam então

---

(30) Ver Revista do Inst. do Ceará, Vol. XVII. Ano XVII, 1903, págs. 135-136.

debandados pelas praias, situação criada em virtude da ação profundamente subversora da bandeira de Pêro Coelho de Sousa.

O Capitão-mor exterminara pràticamente as tribos potiguares do baixo do Jaguaribe, matando a uns, aprisionando a outros, e levando os demais a passarem às terras interiores ou fugirem na direção do poente. O flagício, forçando-os a abandonarem em grande número os lugares onde viviam, obrigara-os, ao mesmo passo, a invadir, em condições precárias, o domínio dos tapuias, seus inimigos tradicionais.

Não havendo, pois, indícios seguros da fixação de *Potiguares* em terras cearenses antes do terceiro quartel do século XVI, podemos concluir que os primeiros deslocamentos em massa dêsses aborígines, no sentido do grande vale amazônico, sobrevieram já em pleno período histórico e ocorreram sob a pressão dos ádvenas brancos.

Coincidiu, pode dizer-se, com as mais remotas tentativas de integração do nosso território na área colonial portuguêsa. (31)

Que na época acima não tinham os *Potiguares* o domínio integral das nossas praias, podemos afirmar baseados também em Capistrano de Abreu que, em 1918, escrevia, nos "Prolegômenos do Livro I, de Frei Vicente do Salvador", referindo-se aos *Cariris*:

"Os primeiros habitantes da grande extensão do litoral, onde ainda os portuguêses os encontraram *em parte* do Maranhão e do Ceará e a esquerda do baixo São Francisco, alhures já repelidos para o sertão antes da chegada de europeus (32)."

Pacificados por Martim Soares Moreno, e trazidos das terras do baixo Jaguaribe, aonde algumas de suas cabildas haviam certamente regressado depois da volta de Pêro Coelho à Paraíba, para as margens do Rio Ceará, os *Potiguares* aí se fixaram definitivamente.

Foi graças a êles que os portuguêses se puderam estabelecer em chãos cearenses.

* * *

TOBAJARAS — Aliados fiéis e colaboradores prestantes dos portuguêses, desde os seus contactos iniciais com os chãos americanos, os *Tobajaras* muito concorreram para que êsses alienígenas se firmassem duradouramente em terras do Brasil Norte-Oriental.

---

(31) Parte da escolta de Pêro Coelho era constituída de **Potiguares** vindos com êle da Paraíba.

(32) Sôbre os caminhos percorridos pelos remotos ancestrais dos **Tupis** até chegarem à América do Norte e, daí, ao Brasil e ao Nordeste, veja-se o que adiante vai escrito a respeito dos **Cariris**.

Entre suas gentes, encontrariam os reinóis os elementos indispensáveis à miscigenação de que nasceriam os mestiços irrequietos e briguentos, fatôres por excelência da expansão da Colônia no rumo da hinterlândia nordestina e glebas amazônicas.

No Ceará, os *Tobajaras* ou *Tabajaras, Tobaiaras* e *Tabaiaras* habitavam a serra da Ibiapaba, de onde eventualmente desciam até às praias.

Vivendo, como dissemos, entre hordas tapuias, que em parte dominavam, eram ali recém-vindos, quando os primeiros europeus alcançaram o nosso litoral.

Embora sendos dos nativos brasileiros que mais intimamente convieram com os colonizadores no Nordeste, relativamente exíguos e, de certo modo, confusos são os dados que a respeito dêle nos restaram.

Sua filiação lingüística (33), procedência e época provável da chegada ao grande platô da Serra Grande não estão, por isso mesmo, bem elucidadas. Até a verdadeira grafia do nome, com que êles próprios se nomeavam, permanece duvidosa. Assim, não sabemos ao certos se devemos escrever *tabajara* ou *tobajara,* nem qual o sentido real da palavra. Alguns tupinólogos, decompondo-a em seus elementos formadores, pretendem que tobajara significaria "senhores da frente" (C. F. Teodoro Sampaio "O Tupi na Geografia Nacional", 3.ª ed. Bahia, 1928, págs. 311 a 326) ou, ainda, "senhores do rosto da terra". "Rosto da terra" seria, consoante esclarece Loreto Couto, a expressão que os gentios usavam para designar as terras marítimas de tôda a costa (Loreto Couto, "Desagravos do Brasil e glórias de Pernambuco", em Anais da B.N.R.J., pág. 34). Tobajara significaria, portanto, donos das praias ou do litoral.

O jesuíta Simão de Vasconcelos, que igualmente dá preferência à grafia tobajara, dêste modo explica ("Notícias Curiosas e Necessárias sôbre o Brasil", pág. 154) a sua origem e formação: "*Tobajaras* são índios principais do Brasil, e pretendem ser êles os primeiros senhores da terra. O nome, que tomaram, o mostra porque *ara* quer dizer senhores, *tobá* rosto, e vem a dizer que são senhores da terra que êles têm pela fronteira marítima, em comparação do sertão, e na verdade como tais foram sempre reverenciados entre os índios por primeiro grão senhorio, e por valentes e fiéis."

---

(33) Rivet e Louktka recusam-se a incluir os **Tobajaras** no grupo tupi, alegando carência de dados lingüísticos capazes de autorizar tal inclusão, assim dizem: «Les langues parlées par ces grupes indiens (os autores referem-se aos Tobajaras e a várias outras tribos) étant inconnues, nous préferons mentionner ici, sans anteciper, sur la classification (op. cit.).

Outros especialistas inclinam-se para a forma tabajara, que decompõe em *taba* — aldeia e *jara* — senhor —, e interpretam como querendo dizer senhores das tabas ou aldeias.

Com a publicação da "História dos Jesuítas no Brasil" do Padre Serafim Leite, surgiu mais uma original interpretação para o vocábulo e dada, segundo informa o padre historiador, pelos próprios nativos serranos que o usavam. Tobajara, segundo êles, deveria entender-se por "senhores do rosto" ou, antes, "donos dos seus rostos".

"A razão do nome, acentua a Carta ânua, citada pelo Padre Serafim Leite, é a singularidade, com que, entre todos os tapuios e a maior parte das nações ainda de língua-geral, êles conservam os rostos limpos de lavôres artificialmente perpétuos." (33a).

Metraux ("Migrations históriques des tupi-guarani") embora não faça o estudo explícito dos componentes morfológicos do vocábulo, julga, em nosso entender com muita razão, que tobajara significa, na realidade, inimigo ou contrário.

Seria, pois, um têrmo de acepção vaga, semelhante a tapuia, voz indígena que, interpretada por alguns filólogos como tendo o sentido de adversário ou inimigo, acabou, no julgamento de outros especialistas não menos doutos, sendo simplesmente a palavra tupi em sua forma primitiva, ou originária. (34)

A hipótese, aventada por Métraux, para explicar a grafia e significado da palavra tobajara parece-nos, conforme dissemos, assaz

---

(33a) Alguns autores, não chegando a uma explicação satisfatória para o problema da duplicidade de grafia da palavra, pretendem servirem as duas formas a designar tribos distintas, porventura até rivais irreconciliáveis.

Nélson de Sena, assim pensando, adverte, em seu trabalho sôbre indígenas brasileiros, que se não deve cometer o êrro de confundir **Tobajaras** — nome que traduz por «cunhados», quase irmãos dos **Tupis** ou **Tupis** quase parentes — com **Tabajaras** ou «senhores da aldeia». Êstes «povos tupis, explica êle, extintos da antiga Capitania de Pernambuco, onde eram inimigos dos **Caetés**, estenderiam os seus domínios até a cordilheira da Ibiapaba, no Ceará».

Inexplicàvelmente afirma, porém, logo a seguir, que os **Tobajaras**, do Ceará, fizeram uma guerra de morte aos **Tacarijus**, no século XVII. Dizemos inexplicàvelmente porque, segundo o testemunho da história, foram na realidade os **Tobajaras** «da cordilheira da Ibiapaba» que «fizeram guerra» e aniquilaram os **Tocarijus** por haverem trucidado o venerável Padre Pinto. Uns e outros eram, portanto, os mesmos gentios.

(34) Ver «La langue tapihiya dite tupi ou neegatu», pág. 11 e seguintes, P. C. Tastevin, Viena, 1910. Consultar também Miguel Tenório d'Albuquerque — «Lingua Geral», in Anais do XX Congresso Internacional de Americanistas.

defensável. Podemo-la, com efeito, decompor em *toba,* fronte, rosto, e *ará* ou *jará,* senhor, dono, ou seja, senhores ou donos da frente, ou homens que fazem frente e, assim, inimigos ou contrários. (34a)

Aliás, Cláudio d'Abbeville, que muito privou com a grei tobajara, sustenta que a palavra quer dizer: "grandes inimigos" e Hans Staden lhe dá, exatamente, a mesma explicação aventada por Métraux.

Os *Tobajaras,* convém recordar, foram sempre adversários decididos dos *Potiguares* pernambucanos, com quem viviam em constantes e porfiadas lutas.

Visando a justificar tão ferrenha animosidade, alegam os historiadores que os *Tobajaras* ligavam-se aos *Tupiniquins* e os *Potiguares* aos *Tupinambás,* agrupamentos tribais de longa data inimigos irreconciliáveis.

A explicação é, sem dúvida, simples e sugestiva, mas deve ser revista em face da maneira de interpretar a palavra tobajara, conforme ficou estabelecida acima. (35) Assim, qualquer tribo tupi podia ser tobajara em relação ao tronco de que se destacara, tudo dependendo apenas de fatôres meramente ocasionais.

* * *

De que setor das terras brasileiras procediam os *Tobajaras,* que senhoreavam a Ibiapaba, e em que época aí teriam êles tomado pé?

(34a) A explicação que, à primeira vista, parecerá extramamente ousada, quiçá até gratuita, não o é, porém. A apoiá-la há, com efeito, numerosos fatos mencionados pelo americanista francês em seu trabalho sôbre «Migrations historiques des tupi-guarani», que devem ser conhecidos dos interessados.

(35) A digressão em tôrno das variantes **tobajara** e **tabajara** não é despicienda. Tenha-se em vista que o conhecimento do verdadeiro significado de um vocábulo indígena leva, por vêzes, à elucidação de problemas ligados à história e à própria vida da tribo em aprêço. Ora, o significado de um nome pode modificar-se inteiramente pela simples alteração de sua pronúncia ou mudança de uma letra. Tomemos, por exemplo, a palavra **Abaeté**. Tem, segundo Batista Caetano (tomo VII, dos A. da Biblioteca Nacional) vários significados possiveis, que são: 1.º **aba-eté** «homem real, verdadeiro, positivo» literalmente, e «ilustre, distinto, honrado», por translação: 2.º **aba-ité** «homem desfigurado, feio, decomposto, horrível, temeroso». Êste vocábulo, segundo supomos, pode ser também assim interpretado: **a-bai-eté** ou **a-mbai-eté**» pessoa má muito, homem muito ruim. Cumpre-nos afinal notar que não só neste, como em muitos outros vocábulos, podem e parecem existir duas significações antitéticas, dependendo apenas do tom com que se pronuncia o vocábulo, a determinação do sentido, que se lhe atribui.

Tomás Pompeu Sobrinho, autor a que tantas vêzes nos temos reportado, acredita "terem êles alcançado o planalto uma ou duas centúrias antes do descobrimento do Brasil. Quando, no comêço do XVII século, os colonizadores europeus vieram pela primeira vez àquela região serrana, encontraram êstes tupis sòlidamente instalados e perfeitamente adaptados às condições locais, tendo numerosas tabas disseminadas na chapada, e dominavam superiormente os tapuias (*Tarairiús*) vizinhos que certamente haviam expulsado dos melhores sítios da serra".

E esclarece:

"Tais condições, tratando-se mesmo de um povo guerreiro e agressivo, como eram os tupis, requerem pelo menos um século de ajustamento ao meio. Talvez os *Tobajaras,* da serra da Ibiapaba, fôssem dos primeiros tupis que, sob a pressão dos colonos portuguêses de Pernambuco, emigraram para o interior."

No julgamento dos jesuítas, que os missionaram, seriam êles oriundos da Bahia, o que contraria frontalmente o parecer de Pompeu.

"Procedem êstes da Bahia, adonde, os primeiros *Tabajaras* se começaram a propagar, e daí se estenderam pelo Rio de São Francisco arriba, tendo o domínio daquela fertilíssima ribeira até as Serras do Rariguaçu, que há poucos anos conquistaram os paulistas.

Desta Serra do Rariguaçu se partiram quatro principais com as suas Aldeias, por diferenças que tiveram com outros principais mais poderosos da mesma nação, e, atravessando os sertões do Rio São Francisco e do Rio Ipiagui,defendendo-se com suas armas das nações bárbaras que os habitam, vieram a parar em esta Serra de Ibiapaba, em a qual residem há mais de duzentos anos, segundo o cômputo que se pode fazer pelos principais que por direita sucessão há havido nesta serra, e as idades de que morreram segundo se acha em os anais de suas próprias memórias."

Há, porém, que ter presente o fato de os domínios dos *Tobajaras,* fora do Ceará e litoral baiano, serem excessivamente disseminados e amplos.

Imperaram, é certo, nas cercanias do Recôncavo, onde seriam os primeiros invasores de raça tupi, mas viviam igualmente "no território encravado entre os lindes setentrionais da extinta capitania de Itamaracá e Rio Paraíba" e, segundo Métraux ("La civilisation materielle", págs. 15 e 16), no litoral do Espírito Santo e São Vicente, no Rio Mearim e alto Gurupi. (35a)

(35a) Os **Guajarás**, no dizer de Martius, seriam os remanescentes degradados dos **Tobajaras.**

No interior brasileiro, os *Tobajaras* tinham por morada ainda as margens de São Francisco e terras pernambucanas, a oeste dos *Potiguares*. Qualquer das áreas apontadas poderia, portanto, ser o lugar de origem dos nossos *Tobajaras* serranos. Não está, portanto, solucionada a questão de sua procedência.

Baseado, em parte, no fato de servir a palavra tobajara apenas a designar um grupo tupi inimigo, Métraux explica a chegada dêsses silvícolas à Ibiapaba, dizendo serem êles uma fração dos *Tubinambás* que, saídos dos sertões de São Francisco, desceram o Parnaíba antes daquela que tomou o caminho do Mearim.

Reforça, em nosso entender, a afirmativa, aliás perfeitamente plausível do americanista francês, o fato de terem êles enfrentado de armas nas mãos a bandeira de Pêro Coelho, quando os outros *Tobajaras*, da costa de Pernambuco, eram amigos tradicionais dos portuguêses, e, assim, não os teriam hostilizado.

* * *

A rota que percorreram desde o ponto de partida até seus domínios serranos é duvidosa.

A reconstituição, feita com a ajuda de dados históricos registrados pelos antigos cronistas, ou, simplesmente, através das tradições orais que os próprios indígenas conservaram, é quase impossível, por serem ambas desencontradas e fragmentárias, e não sabermos, ao certo, de onde seriam originários.

GRUPO CARIRI

Os *Cariris* ou *Quiriris*, com os quais, no pensar de Capistrano, os portuguêses só amiudaram contacto no século XVII, possuíam idioma próprio e, na Bahia, se fizeram grandes amigos dos primeiros colonizadores que para lá se transladaram. O jesuíta Fernão Cardim, ao assinalar o fato, diz claramente: "Outros do mesmo sertão da Bahia, que chamam *Cariris*, têm língua diferente; estas três nações (*Goiana*, *Taicuju* e *Cariri*) e seus vizinhos são amigos dos portuguêses." ("Tratado da terra e gente do Brasil", Rio, 1925, pág. 200.)

Tais são, ao que tudo indica, as mais antigas referências explícitas aos citados silvícolas, que andavam, no relato dos autores mais antigos, incluindo-se sem denominação especial no confuso grupo tapuia.

Cardim escreveu, como se sabe, o interessante trabalho a que denominou "Princípios e Origem dos Índios do Brasil e seus Costumes e Cerimônias", em 1584, mas só veio a lume quarenta e um anos mais tarde (1625), publicado em língua inglêsa. Divulgou-o, juntamente com outro escrito do mesmo autor, o britânico Samuel Purchas, sob o título genérico de "Treatise of Brazil written by a Portugal which had long lived there".

Nesta primeira edição, conforme se pode ver das notas de Batista Caetano, que ilustram a edição de 1881, se alude apenas aos *Cariús*, nome que viria a ser, nas republicações brasileiras, alterado para *Cariris*.

Só duas décadas depois do aparecimento do livro de Cardim, começam, porém, realmente, a surgir dados concretos acêrca dos *Cariris*, conhecidos, até então, através dos informes necessàriamente tendenciosos dos *Tupis*, seus inimigos de todos os tempos.

São as notícias contemporâneas da invasão holandesa em Pernambuco e devemo-las, em grande parte, à diligência de aventureiros batavos. (36) Viajando pelo interior nordestino com o fito de mais bem esclarecer os dirigentes neerlandeses acêrca das singularidades e riquezas da região conquistada, ou capitaneando grossos contingentes indígenas a serviço dos invasores, êles puderam inteirar-se das coisas brasileiras, e, assim, melhor conhecer o modo de vida, comportamento, pugnacidade e as normas sociais que regiam êsses filhos da terra.

Divulgadas oralmente ou lançadas no papel pelos próprios entradistas, ou pelos chefes militares, que dirigiam os silvícolas aliados, tais observações iriam constituir valiosa fonte de informações para os modernos estudiosos do assunto. Sôbre os *Cariris* escreveram ou lhes registraram as singularidades étnicas, também cronistas, sábios e até pintores estipendiados pela Companhia das Índias Ocidentais.

Dentre os escritos da era holandesa, que do assunto cuidaram, avulta, conforme se disse em outra parte, pela abundância de detalhes e fidelidade dos informes, a "Memória" de Elias Herckman sôbre a Paraíba. Êste trabalho, escrito em 1639, no Recife, e publicado na Crônica do Instituto de Utrecht, foi depois, lembra-o Pompeu Sobrinho, traduzido pelo esforçado historiógrafo o Dr. José Higino, que o fêz inserir na "Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco", relativa ao ano de 1886. Daí o transladou Pompeu para as páginas da "Revista do Instituto do Ceará" fazendo-o preceder de um largo estudo explicativo.

---

(36) Roulox Baro, cujo nome verdadeiro é Rodolfo Baron, é dêsse tipo.

Referindo-se aos *Tapuias* em geral, afirma o batavo que compreendiam várias nações. Cita, porém, apenas as quatro seguintes: *Cariris,* que habitavam transversalmente Pernambuco e cujo rei chama Kerioukeion; *Caririwasis,* vivendo mais para o interior e tendo como soberano Kurupato; *Careryouws,* cujo chefe e morada não assinala, e, por fim, *Tarayriou,* evidentemente não aparentada das três primeiras (36a).

* * *

Depois da expulsão dos invasores flamengos, aparecem novas e mais preciosas informações a respeito dos *Cariris,* já agora registados pelos catequistas de diferentes ordens religiosas que militavam no Brasil. Entre êstes incluem-se alguns de origem luso-brasileira, como o jesuíta João de Barros que, pelos meados do século XVII, teria, no dizer de Lourenço Hervas, fundado as aldeias da Cana Brava (Pombal), Natuba (Soure) e Saco dos Morcegos (Mirandela) na bacia do Itapicuru baiano.

A êsse tempo, o desejo de incrementar a propagação da fé católica fizera com que os catequistas, imitando a obra de pioneirismo dos desbravadores da terra, alargassem, cada vez mais, o âmbito dos trabalhos apostólicos.

O domínio dos *Cariris* foi, assim, devassado e nêle se criaram várias missões católicas. Além das mencionadas, surgiram as do Rio São Francisco, onde assistiam "capuchinhos franceses enviados ao Brasil em 1656, por D. João IV. Cêrca de 30 anos depois, do Juàzeiro para baixo já se contavam as missões *Oracapa, Cavalo, Pambu, Amariús, Rodelas* e *Paquim.*

Mais tarde ainda, outras foram instaladas, como a de N. S.ª dos Remédios, Pilar, N. S.ª da Piedade, Santo Antônio, São Félix, etc.

As melhores noções que temos acêrca das gentes cariris são, pois, quase exclusivamente de fonte missionária. Uma das mais importantes contribuições a êsse cabedal de conhecimentos é o estudo da língua dos *Quipeas,* feito pelo missionário italiano Luís Vicente Mamiani, que a respeito dela nos legou uma gramática. Escreveu tam-

---

(36a) Completa o autor a sua monografia com notícias abundantes acêrca dos nativos, de que se ocupa. Umas verazes, outras despropositadas, elas parecem dizer respeito, em maioria, dos Tarairiús com os quais os holandeses mais privaram durante a sua estada no Brasil.

bém um "Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica da Nação Cariri", obra segundo Pompeu raríssima de que a Biblioteca Nacional possuiu um exemplar pelo menos até 1903, quando êle a teria consultado algumas vêzes.

Digno de nota é, igualmente, o "Catecismo da Língua Cariri" composto pelo Padre Frei Bernardo de Nantes, publicado em 1709, depois daquele, e cuja edição é de 1698. "Bernardo de Nantes, continua o mesmo autor, catequizou os *Dzubukuas*, das margens do Rio São Francisco; precedeu-o neste afã outro clérigo francês da mesma estirpe, o ilustre missionário Martin de Nantes, chegado ao Brasil em 1671, onde ficou até 1678. O catequista que teve de lutar tenazmente contra os seus poderosos senhores da Casa de Tôrre, em defesa dos seus tutelados, escreveu a célebre "Relation succinte et sincère de la Mission du Père Martin de Nantes", em que dá interessantes notícias a respeito dos *Cariris* da Serra da Borborema, na Paraíba, onde missionava outro catequista francês igualmente versado na língua dos *Tapuias*, o Padre Teodoro de Lucê" (Pompeu).

* * *

Eram os *Cariris*, consoante a lenda tribal inserta no prefácio do "Catecismo da Doutrina Cristã na Língua Brasílica da Nação Cariri", do Padre L. V. Mamiani, oriundos de um lago encantado existente para as bandas do setentrião, lago que na opinião de Capistrano bem poderia ser o próprio Amazonas.

A identificação levou o historiador cearense a admitir terem os gentios dali migrado, seguindo pelas praias até colidirem com os *Tupiniquins*, que, também, pela marinha, marchavam em direção contrária. Batidos e desviados da rota primitiva para a retroterra, alcançaram êles, mais tarde, em lenta caminhada, os sertões maranhenses (37).

Da ampla distribuição de topônimos, de índole francamente *cariri*, derramados pela hinterlândia, desde Paraguaçu, ou São Francisco, até o Parnaíba, infere o mesmo historiador que o grupo indígena cobria a grande área sertaneja, metida entre os citados cursos d'água.

---

(37) «As tradições dos **Tupinambás**, quais foram colhidas na Bahia e em Pernambuco, apresentam êstes tapuias como os primeiros moradores do nosso litoral.» (Capistrano de Abreu, «Descobrimento do Brasil», págs. 244 e segs.)

Afirma Gabriel Soares de Sousa, que o litoral da Bahia era ainda povoado

Da Paraíba ao Ceará, os nomes *Siridó* (sibiró), *Siará, Choró* (Siaró), *Sitiá*, etc., crismando rios do interior ou do litoral, seriam, igualmente, índices certos de sua presença nessas terras nordestinas.

A larga expansão das gentes *Cariris* para o sul, em eras mais recuadas, seria atestada pelas denominações características de *Orobó*, na costa do Espírito Santo, e as de *Teremembé* e *Quirim* em São Paulo (37a).

O historiador insinua, até, a hipótese segundo a qual os *Papanás, Goitacás* e *Guaianás*, gentios antigos da costa centro-brasileira, seriam seus rebentos meridionais (37b). A sugestão é, aliás, difícil de comprovar, ante a confusão e deficiência de dados (38).

Em direção do norte, disseminaram-se os *Cariris* em terras de além Parnaíba. Que por aí andaram, se apuraria da "Memória" de Maurício de Heriate sôbre o Maranhão.

* * *

Segundo o Prof. Estêvão Pinto, que muito bem estudou o assunto, "a agricultura dos *Cariris* era bem desenvolvida (mandioca, feijão, milho, etc.) e superior à dos *Jés*, embora menos avançada que a dos

---

por Tapuias quando chegaram os **Tupiniquis** cue os enxotaram para o **hinterland**.

Os **Tupinambás**, por sua vez, repeliram os **Tupiniquis** ou **Tupinas**. «Um dos galhos dos **Tupinambás**, apertado entre os **Tupiniquis** e os **Tapuias**, transpôs o Rio S. Francisco e ficou se chamando **Amoipiras**. Ora, sabendo-se que os **Amoipiras** habitavam no S. Francisco, entre as fronteiras da Bahia e Pernambuco, estendia-se até o Piauí e procurando-se saber quais eram os **Tapuias** que habitavam nesta secção, vemos que eram os Cariris ou antes **Quiriris**, como os chamavam na Bahia.

Nada o prova melhor que as aldeias fundadas depois de 1650, pelo Padre João de Barros, que foram as de Canabrava, Saco dos Morcegos, Natuba e Juru, como diz Hervas («Catálogo de las linguas». Madrid, 1800, pág. 153).

(37a) Não havia sido ainda estabelecida a autonomia do grupo tremembé, daí a confusão de Capistrano.

(37b) Capistrano encontra também afinidades entre **Cariris** e os **Maipures**.

(38) Neste caso, observa Almeida Prado (pág. 140), talvez se aparentassem à imensa rêde guaianá na zona do Capricórnio, hipótese custosa de elucidar com os dados de que dispomos. Tanto é possível que os **Guaianás** tenham subido, como os **Cariris** descido os rios do Sul. A primeira versão tem mais verossimilhança pelo número de **Guaianás** que existiram nas proximidades de S. Paulo, como se aí fôsse o seu **habitat** e pela tendência geral do gentio dessa região em se dirigir do Sul para o Norte, quando em grandes migrações.

Pode, entretanto, ter havido muitas exceções.

Tupis. Na sua maior parte, os índios dessa família, usando um tear primitivo, faziam rêdes, onde dormiam; fabricavam também um tipo de cerâmica rudimentar, semelhante à de algumas tribos amazônicas ou correspondente à dos *Sucurus*, de Cimbras.

Os *Cariris* não praticavam a antropofagia, nem usavam o tacape de guerra, sendo sua arma especial a "prancheta de jogar", a que davam o nome de *hyhytè*. A pintura com urucu ou jenipapo era comum e, já para os fins do século XVII, alguns dêsses índios ornavam-se com metaras ou botoques (nos lábios e nas orelhas). Permitiam-se a poligamia, mas as mulheres exerciam uma espécie de matriarcado. A autoridade do morubixaba tinha caráter mais nominal do que efetivo, exceto em tempo de guerra. Vestígios dos ritos de passagem, para ambos os sexos, são inferidos de certas práticas: as môças, por exemplo, a fim de tornarem-se boas fiandeiras, sofriam escarificações (nos noviços do sexo masculino as sarjaduras, ou incisões, eram feitas com dentes afiados, colocando-se, em seguida, nas chagas abertas, pó de ossos queimados de animais e de peixes, o qual era misturado a uma bebida).

Durante o período da iniciação, os jovens caçadores iam às matas; mas o produto de seu labor distribuía-se pelos mais velhos da tribo, contentando-se os jovens apenas com um pouco de milho ou caça. À noite, durante o tempo dêsse jejum, os mesmos dançavam e cantavam até à exaustão.

Mamiani enumera algumas práticas mágico-religiosas dos *Cariris*: curar o doente como sôpro ou cantigas, ou pintar-lhe a pele com tinta de jenipapo ("para que não seja conhecido do diabo"); espalhar cinza à roda da casa do defunto ("para que o diabo daí não passe a matar os outros"); pôr cinza no caminho, quando se carrega pessoa doente ("para que o diabo não vá atrás dela"); banhar a criança com aluá ("para que, quando fôr grande, seja bom caçador e bom lutador").

Evita-se a bexiga, deixando-se de sair à noite ou pela madrugada ou, ainda, varrendo o adro da casa. Havia pássaros muito agoureiros; a pessoa acusada de feitiçaria podia ser condenada à morte. A dieta da parturiente era vegetariana, — até que nascessem dentes à criança.

Essas práticas mágico-religiosas são denunciadas pela etimologia de certas palavras: *bidzamu*, "pajé" (*bi* "tocar levemente"; *dazamui* "desterrar"); *niêwo*, "diabo" (*ñia*, "morrer, morte"; *wo*, errante"); *kluniêwo*, "cabeça" (*"klu"* "o que tem algo vivo"; *niêwo* "espírito da natureza").

Segundo informações de Frei Bernardo de Nantes, os povos cariris, que guardavam as velhas crenças, eram chamados *Chuminis;* a mitologia dos *Chuminis*, entretanto, já estava entremeada de catolicismo

(a trindade divina; os dois irmãos, filhos de Deus, que brigam entre si, morrendo um dêles). Ao tempo de Mamiani, os *Cariris* tinham choças de barro e serviam-se de cordões nodados, para a enumeração. Havia, entre êsses índios, o divórcio e a prostituição (os índios pagam os amôres com peixes, os negros com gado ou carne e os brancos com tecidos ou pérolas de vidro).

Nimuendaju, em um dos seus mss., trata do culto da jurema, que o mestre do cerimonial, brandindo o maracá adornado de penas, serve aos circunstantes. A bebida sagrada proporciona maravilhosas visões e sonhos, que se relacionam com rochedos enfeitiçados, ou pássaros desprendendo relâmpagos de um enorme tufo existente no alto da cabeça.

Conhecem-se alguns mitos dos *Cariris*. Em um dêles, Tupar (Toupart) manda um velho amigo à Terra, para viver com os índios, que lhe chamam de avô. Êsse "avô" transforma os filhos dos *Cariris* em porcos do mato. Os filhos, assim transformados, escalam o céu por meio de uma árvore, que depois é destruída ou abatida pelas formigas.

Em vão, os pais tentam levantar novamente a árvore e, não o conseguindo, suplicam ao "avô" que lhes restitua os filhos; mas o "avô", em lugar de retornar à Terra, envia em seu lugar *Badzé* o deus do fumo.

Rodolfo Garcia lembra as coincidências, que Carlos von den Steinen encontrou entre os *Cariris* e *Camacan-Massacarás*, salientando uma das suas características, — eram êsses índios pouco tagarelas, ao contrário dos outros, "palradores incoercíveis". Uma carta do Padre Jacó Cócleo, até há bem pouco tempo ainda não divulgada em português, revela mais algumas informações a respeito da índole dos *Cariris*, da Canabrava, isto é, o seu temperamento pacífico e, ao mesmo tempo, melindroso e infenso ao castigo. As relações jesuíticas desvendam ainda fragmentos da cosmogonia (já com evidente influxo cristão), assim como alguns dos seus costumes e ritos religiosos. Nas festas do *Uariquidzam*, os *Cariris*, mascarados ou pintados, com os seus instrumentos musicais, dirigiam-se a uma cabana sagrada, de onde, ao acabar a cerimônia, os dançarinos saiam, frenéticos, a fustigar violentamente todos os que se achavam do lado de fora. Eram as festas, onde havia cantilenas, bailes, músicas, fumigações e consumo de bebidas, celebradas periòdicamente, uma ou duas vêzes ao ano e nelas os índios pediam saúde, bom tempo e fartura de mantimentos.

Os *Motitises*, provàvelmente um ramo cariri, que viviam em Juru, Natuba, Saco dos Morcegos e outras regiões do São Francisco, contavam os anos pelo nascimento das Plêiades, ocasião em que se metiam no rio à procura do peixe. Costumavam tais índios lavar os filhos recém-nascidos na água em que tinham cozido a caça, "para

que saíssem bons caçadores"; os mortos eram inumados em potes. Uma das suas mágicas consistia em espalhar cinza em redor da casa do defunto. O viúvo, após o entêrro, dortava o cabelo e escondia-se, por algum tempo, no mato; quando retornava à aldeia, os companheiros, medrosos, fugiam da sua presença.

Usava-se o chôco, ou covada, por ocasião do primeiro parto da mulher. As festas do *Uariquidzam* eram praticadas pelos *Moritises,* assim como pelos *Paiaias,* em Geru, território sergipano. Numa cabana, adrede preparada, colocava-se uma cabaça ôca, com vários orifícios, à feição de cabeça humana, debaixo dêsse fruto acendia-se fogo com lenha verde e, em seu derredor, orientados pelo pajé, os índios fumavam e aspiravam o fumo saído dos orifícios. Nesse momento, em tôrno da choça fechada, dançavam os guerreiros moços, ao som de maracás e flautas. As festas duravam três ou quatro dias.

Uariquidzam, ao que parece, era um dos gêmeos místicos, irmão de *Peditã*; ambos habitavam a constelação do Órion e dêles dependiam as chuvas e os alimentos. Porque o culto, todavia, se limitasse ao primeiro, é bem provável que *Uariquidzam* fôsse o mano bom, ou uma espécie de herói civilizador. Em Mamiani, a palavra *Warakdizá* significa "sonho". Como se sabe, entre alguns índios do Brasil, tais como os *Tapirapés,* o contato com os espíritos verifica-se nos sonhos. Os sonhos tinham enorme influência nas operações bélicas dos *Tupinambás* (38a).

* * *

C. H. Goeje, dos autores que mais intimamente penetraram a psique dêsses indígenas, assim se manifesta a respeito dêles, depois de paciente estudo dos seus dialetos, particularmente o *dzubucuá* ("O Cariri do Nordeste Brasileiro", Rev. do Inst. do Ceará, tomo LXIV — 1950, pág. 211): —

"Não é de se admirar que o Mundo, para as condições anímicas demonstradas por esta língua, apareça, diz êle, como conjunto de potências que devem ser levadas constantemente em consideração pelo Homem, e não como conjunto de objetos com os quais êle possa fazer o que deseje.

Encontramos vestígios insofismáveis de concepção mágica, con-

---

(38a) Tudo o que atrás se lê, relativo à cultura cariri, é da autoria do Professor Estêvão Pinto.

Transcrevemo-lo, embora sem a necessária autorização, por nos parecer das melhores sínteses sôbre a matéria, até hoje publicadas.

tinua o nosso informante, no *u* e nas palavras-categoria. O "Catecismo" (págs. 68, 113, 128, 130, 176, 194, 211, 212, 262, 290, 294, 328 e 357) relata que eram pertinentes à velha crença; 1) pintura ou fricção de urucu ou jenipapo na pele; 2) confessar-se na mata (*mo liedse;* a palavra *leidse* significa talvez; *le, re* caráter, viril; *idse,* entidade, real, muito); 3) as libações festivas (*Ka, sapoñiu; ka* dizer, denominar-se; *so-tscho*-homem?; *p-oñe* volúpia?); 4) soprar os enfermos; 5) espalhar cinzas em tôrno do leito do enfêrmo, a fim de espantar o diabo; 6) vaticínios pelo pajé (médico-feiticeiro). Neste sentido são ainda interessantes as seguintes palavras: *bidzamu,* pajé (*bi* tocar levemente; *dzamui* desterrar); *niêwo,* diabo; possìvelmente: espírito da Natureza (*ñia* morrer, morte; *wo* errante; *Kluniêwo* cabaça); provàvelmente alusão à cabaça usada no ritual mágico (*klu* o que contém algo vivo ou mágico; *niêwo* espírito da Natureza).

O Padre Bernardo de Nantes denomina a velha crença *hemumu-te wania* (*homu* céu; conseqüentemente: o céu celestial dos pagãos?). Os povos que possuíam esta crença, denomina êle *Chuminis,* "vossos parentes, homens vermelhos como vós"; *d seho hemu-mu* povos dos céus? Pode ser que a palavra também se relacione com *Sumé,* o nome de um Salvador dos *Tupis.*

Os *Chuminis,* ou *Cariris,* acreditavam na existência de três deuses: o pai *Badze,* o filho *Politão* e o companheiro ou amigo *Wanaguidze;* além disso criam que Deus tivesse dois filhos, que brigaram entre si. O mais jovem foi embora. Muitos anos depois o irmão mais velho foi procurá-lo na Terra, para o que tivera permissão do pai; o irmão mais jovem, porém, e seus descendentes, ofenderam-no e o amarraram numa árvore. Êle morreu de sêde e sua mãe chorou muito. Após sua morte apareceu-lhe várias vêzes até ascender ao céu e não mais ser visto.

Reconhece-se, aqui, a história de Cristo. Os dois irmãos lembram Caim e Abel ou a história do filho pródigo. Poderá, entretanto, também ser a fábula indígena dos sóis semideuses e, talvez, aí exercessem sua influência outras crendices primitivas dos indígenas.

Badze é, aparentemente, a mesma palavra *pedzu,* pai ou senhor. *Wanaguidze,* talvez: *wana* invisível; *idze* muito ou entidade; e poderá muito bem significar: Espírito (santo). Compare-se ainda: *wanadzi* medicamentos. *Politão* é empregado também, na acepção de adolescente; entretanto não me foi possível, assegura Goeje, encontrar a origem desta palavra, e é provável que tenha sido, originàriamente, o nome de um herói do culto indígena. É que se acreditava que Politão distribuía a sorte na caça e pescaria, e exige o uso de batoque entre os índios.

Opinava o Padre B. de Nantes que os indígenas primitivos estavam familiarizados com as verdades cristãs e que estas lhes haviam sido talvez transmitidas pelo apóstolo São Tomé (Cat. pág. 177).

Os *Cariris* criam terem seus ancestrais surgidos de grande mar que ficava situado ao Norte. Compare-se, quanto a isso, *dzu* água; *tso dso* ser derramado e *dzo* chuva; *tscho* ser, ser criado; *dzoho* ser sadio; *dscho K ksoho homem; hi* — (a - di) *didziho* eu (tu, êle) pessoalmente.

Como já foi dito, é provável que o cariri se sentisse como que passivamente carregado e perceptìvelmente sentido quanto ao Mundo; ou poderia, talvez, ser que êle considerasse êste Mundo por assim dizer materno-feminil, ou sentisse a Mãe como representativa dêste Mundo?

Compare-se *âdse* entidade, espécie; *dze* nome; *dhe K* de mãe; *K dzedze* irmã mais velha. Não pude obter a certeza sôbre se sentisse a Mãe como representativa do Mundo? Com o *kuku*.

Enumerando outras caracteristicas dos *Cariris* (39) assim prossegue o autor, a que nos estamos reportando: — Tinham choças de barro; serviam-se, para a enumeração, de cordões nodados; (*kiekoto; kie* estar amarrado; *koto* pôsto de lado, guardado?); os *Cariris* pagãos, quiçá não originàriamente, conheceram mulheres e môças que se prostituíam venalmente; os índios lhes davam peixes; os negros, gado e carne; os brancos, tecidos, pérolas de vidro, ornamentos.

Nieuhof louva os bons costumes dos tapuias, dentre os quais enumera também os *Cariris*. Diz êle ainda que êstes moram em aldeias, manufaturam grandes rêdes de dormir e não usam zarabatanas, porém arcos.

Também Rab von Waldeck cita os *Cariris*.

Ao tempo de Martius e Wied já se dispunham a abandonar seu estado natural; êste último afirma que, sem exceção, os *Cariris* serviam ao Estado na qualidade de soldados. O Professor O. Quelle disse que encontrou nessas regiões, no ano de 1927, homens que sòmente pelos caracteres somáticos traíam sua origem indígena."

* * *

Tomás Pompeu Sobrinho liga os *Cariris* aos componentes neolíticos da quarta corrente humana que, segundo êle, chegou à América já em pleno Holoceno, e lhes aponta, como lugar de procedência remota, a Ásia Oriental. Aí estaria a área de caracterização da raça paleomongolóide de que seriam originários.

---

(39) «Outras particularidades extraídas do CATECISMO» — Páginas 92, 139, 296, 359, etc.

Um importante ramo dêste conjunto étnico, tendo saído primitivamente na direção sul-sueste, se foi superpor, ou ajuntar-se, às velhas populações das regiões sul-orientais daquele continente. Invadiu, também, a Indonésia, onde surgiria uma nova raça, a protomalaia, perfeitamente adaptada ao imenso agregado de grandes e pequenas ilhas tropicais quentes e úmidas. Crescendo em número, expandiram-se, por sua vez, os *Protomalaios*, assenhoreando-se da quase totalidade das terras polinésicas e micronesianas. Chegaram aos mares e ilhas da China, do Japão, Filipinas e às praias continentais mais próximas onde, em vários lugares, receberam a sua característica influência étnica e cultural.

Das costas da China setentrional à América, nada pràticamente faltava. Por mar, navegando nos seus barcos armados de balancim, ou perlongando as costas asiáticas e os cordões de ilhas, do Japão à Kamchatka, e desta península, pelas Aleutinas, senão também pelo próprio estreito, teriam chegado ao Nôvo Mundo (40).

Os *Protomalaios* eram braquicéfalos de baixa estatura e tipo mongolóide, neolíticos agricultores, ceramistas, tecelões e navegadores e teriam, em terras do Continente colombiano, dado origem a dois tipos raciais distintos — o *Sudéstido*, na América do Norte, e o *Brasílido*, na América Meridional.

O *Brasílido* — A área de caracterização dêste importante tipo étnico estaria situada na região ocidental cisandina da bacia do Amazonas, ao norte do curso do rio do mesmo nome. Logrou enorme difusão pelas regiões quentes e úmidas da América do Sul, pelas ilhas do mar das Caraíbas.

As extraordinárias habilidades náuticas dos *Protomalaios*, seus ancestrais, teriam sobremaneira contribuído para esta expansão dentro da amplíssima bacia amazônica. As do Orenoco e Paraguai dominaram fàcilmente, mercê da adaptação das suas canoas à navegação fluvial.

Como agricultores, preferiram as terras florestadas, úmidas e quentes, férteis e fáceis de trababalhar, tão abundantes nos numerosos vales destas bacias fluviais. Todavia, não se conservaram nos limites das suas vertentes. Pelos grandes afluentes chegaram a dominar a quase totalidade da América do Sul, acima do paralelo de 30º sul, com exclusão das regiões frias e estéreis das altas montanhas, os campos áridos e os desertos, impróprios às culturas da mandioca e do milho.

---

(40) Para maiores detalhes sôbre a derrota seguida por êsses povos invasores ver «Pré-História cearense», de Pompeu Sobrinho.

No Nordeste do Brasil habitaram os lugares menos áridos, alguns vales frescos e trechos das margens do Rio São Francisco, bem como o litoral atlântico ao sul da barra dêste rio e um pouco ao norte. Na costa setentrional do Brasil, viveram nos melhores rincões e em vales da vertente atlântica, no Maranhão, no Pará, nas Guianas e Venezuela.

Antropològicamente os *Brasílidos* se caracterizam, quanto ao aspecto físico:

1) Estatura baixa, média nos homens	160
2) " " " nas mulheres	147
3) Cabeça um tanto curta e baixa, sendo:	
a) Índice cefálico, médio	82
b) Índice médio de altura	80
4) Cara larga; índice facial	79
5) Nariz um tanto chato; índice nasal médio	82

Completa êste quadro: compleição assaz robusta, musculatura desenvolvida, espáduas largas e amplo tórax; mãos e pés grossos e curtos, tronco desenvolvido e membros curtos. Tudo isto dá aos brasílidos um aspecto geral braquióide, que os faz parecer parente próximo dos mongóis. Porém um contacto com os velhos habitantes paleolíticos e mesolíticos dólico-hipsicrânios ou mesocéfalos, em algumas regiões, modificaram seus traços antropológicos, mas sem mascará-los completamente.

Quanto ao aspecto cultural, as suas indústrias foram sempre melhorando e delas fizeram uso inteligente, adaptando-se às circunstâncias do meio. Não raramente impuseram às tribos vizinhas de cultura inferior importantes elementos, melhorando a vida de velhas tribos paleolíticas. Foram grandes difusores de cultura.

Ao enxame brasílido pertencem *Aruaques, Tupis Guaranis, Caraíbas* e *Pebas* e várias outras famílias de menor importância.

* * *

A inclusão dos *Cariris* no Grupo Brasílido se deve como vimos a Tomás Pompeu Sobrinho, que assim prossegue a sua exposição sôbre a matéria (41):

---

(41) A idéia de incluir a família linguocultural Cariri no Grupo Brasílido pertence, como dissemos, a Pompeu Sobrinho que, em trabalho publicado na Rev. do Inst. do Ceará, Tomo LXIV, Ano de 1950, págs. 314 e 349, ventilou o assunto com bastante clareza. Recordemos, não obstante, que outros especialistas já haviam formado com ela um grupo à parte na sistemática dos nossos aborígines.

"Poucas as tribos, como as dos *Cariris*, empreenderam uma migração excepcionalmente longa. Êstes indígenas chegaram às margens do ramo oriental do Rio São Francisco, depois de um perambular dramático pelo Rio Amazonas e seu afluente Tocantins, através de regiões muita vez habitadas por hordas dos descendentes dos *Australóides* das primeiras correntes. Nesta jornada, os *Cariris*, naturalmente, perderam por desnecessários alguns elementos da sua cultura original e adquiriram outros sob a imperiosa contingência mesológica dos seus novos domínios, invenções ou empréstimos dos povos com quem se haviam pôsto em contacto. Uma vez estabelecidos nas margens e ilhas do São Francisco, depois de algum tempo tiveram de expandir-se premidos pela necessidade de espaço com o crescimento das tribos; seguiram então levas para o norte pela Serra da Borborema até alcançar o Rio Salgado, afluente do Jaguaribe, no Ceará, onde foram ocupar o vale entre as serras do Araripe e de São Pedro, abundante d'água e todo o vale do Rio Salgado que era então perene. Possìvelmente, ainda no Ceará, moravam em trechos limitados das bacias dos Rios Cariús, dos Porcos ou Podimirim, Rio das Antas do Rosário e de poucos outros afluentes do Salgado. Viveram no oeste da Parnaíba, nas cabeceiras do Rio Piranhas nos melhores tratos da Serra da Borborema (42). Outras levas preferiram marchar para o sul.

Quase nada se sabe da somatologia do Cariri, além de que tinha estatura baixa, e cabeça curta. A sua cultura é, como se viu, melhor conhecida." (43)

Pesquisas recentes de Rivet e Louktka confirmando, aliás, trabalhos anteriores, particularmente os de Hervas, mostram que a família lingüística de que nos ocupamos compreendia os *Cariris* pròpriamente ditos, com dois dialetos e *Quipéa* ou *Caitiri* (da serra dos Cariris Novos) e o *Dzubucuá* ou *Quiriri*, do Rio São Francisco (Missões, Cana Brava, Natuba). No território das missões dois outros dialetos estavam em uso — o *Sabujá* ou *Dabujá*, na Serra da Chapada, na Bahia, e o *Camuru*, falado na aldeia de Pedra Branca, sôbre o Pardo (44).

---

(42) Note-se que há uma certa contradição entre a rota traçada por Pompeu Sobrinho e a que Capistrano menciona, firmado em dados históricos fragmentários, na toponímia e na lenda. Pompeu baseia-se na distribuição das culturas e das línguas.

(43) Tomás Pompeu Sobrinho «Pré-História Cearense» Editôra Instituto do Ceará, Ltda. Fortaleza, 1955 — págs. 81 e seguintes.

(44) P. Rivet e Louktka — «Les langues de l'Amérique», in «Les langues du Monde», par un groupe de Linguistes sous la direction de A. Millet et Marcel Cohen — Paris, 1952.

Pensa Pompeu Sobrinho que outras variedades dialetais, hoje perdidas, deveriam existir no Nordeste, e esclarece que "os índios Cariris Novos, no Ceará, provàvelmente usavam um linguajar algo diferente dos acima referidos, como alguns topônimos deixam de suspeitar". (45)

* * *

Malgrado não restarem hoje, no Ceará e no Brasil, grupos humanos independentes que possam ser filiados aos *Cariris*, resquícios dêsse povo se conservaram em Alagoas e sertões da Bahia.

Em número de 173 viviam, pelas alturas de 1955, no Município de Pôrto Real do Colégio, naquele Estado; na Bahia, seu número elevar-se-ia a 975, conforme apurou Estêvão Pinto ("Etnografia Brasileira", pág. 22). Os *Cariris* baianos habitavam Mirandela, no município de Ribeira de Pombal.

Seus hábitos, costumes e crenças e somatologia poderão ser, assim, apurados e estudados à luz da moderna ciência antropológica.

As cabildas dessa nação existente no Ceará, quando ocorreu o povoamento, seriam as seguintes:

1 — *Ariús, Gariús, Guriús* ou *Uriús*.
2 — *Cariris* — no extremo-sul da Capitania (45a).
3 — *Cariús* — cujos domínios eram principalmente a Serra do Pereiro e terras situadas entre os Rios Cariús e Bastiões.
4 — *Cariuanês* — também localizados nos sertões do Cariri.
5 — *Caratiús*.
6 — *Coremas* ou *Curemas* — no Rio Piancó.
7 — *Inhamuns* no sertão do mesmo nome (46).
8 — *Isus* nas nascentes do Salgado.

---

(45) Sôbre as afinidades lingüísticas do **Cariri**, veja-se o trabalho de Pompeu Sobrinho, intitulado «As origens dos índios **Cariris**» (Rev. do Inst. do Ceará, Tomo LXIV -- ano 1950, págs. 314 e 319).

(45a) Alguns autores incluem, entre **Cariris**, os **Icós** e, também, os **Iucás** ou **Jucás**, que Pompeu coloca entre **Tarairiús**.

São ainda apontados por Nimuendaju, e aceitos por Louktka e Rivet, como integrando o grupo Cariri, os **Pebas**, **Pegas**, **Peigas** ou **Pergas**.

(46) Citados igualmente por Nimuendaju que os classifica no grupo Cariri e os localiza em ilhas de São Francisco.

GRUPO TREMEMBÉ

Quando os luso-brasileiros iniciaram a conquista das terras nordestinas, os *Tremembés, Teremembés, Taramambés*, etc., erravam entre os Rios Camucim e Parnaíba, eventualmente, estendendo os seus passos até a foz do Itapicuru. Há quem lhes assinale domínio mais amplo, afirmando que viviam entre o Curu e a Baía de São José, no Maranhão. Temos, porém, por mais acertado admitir que, na época dos seus primeiros contactos com os colonizadores portuguêses, vagassem pelas praias do Meio-Norte entre Lençóis e Almofala e que, à maneira de alguns de seus descendentes atuais, se ocultassem também nos manguesais que cobrem o delta do Parnaíba e margeiam o baixo curso dos Rios Timonha, Camucim e Acaraú.

Na centúria anterior, seu *habitat* devia ser bem mais dilatado. Alcançaria, conforme opinam alguns especialistas, à foz do Açu ou, talvez mesmo, o Cabo de São Roque. Para o setentrião, chegavam pròvàvelmente ao Gurupi, nas lindes paraenses. Há indícios veementes da presença dêsse povo ao nascente do promontório da Jabarana (Ponta Grossa), no atual município de Aracati. Entre aquêle promontório e desaguadouro do Rio Apodi, uma enseada, com a denominação de *tremembé*, recorda, explica-o Pompeu, a gente que ali vivia outrora.

Tribo alguma do Brasil se mostrou tão revel à incorporação em qualquer dos grandes grupos etnolingüístico em que os nossos antropólogos ordinàriamente dividiam os aborígines brasileiros; nenhuma acendeu, em tôrno de si, tantas controvérsias, antes de os especialistas chegarem, como solução definitiva, a constituir, com ela, uma entidade línguo-cultural autônoma.

O fato é, em verdade, bastante estranho, se tivermos em conta que, vivendo ordinàriamente em trechos da costa leste-oeste, de acesso relativamente fácil, e sendo, de natural, belicoso, cedo atraíram a curiosidade dos viajantes espanhóis, franceses e portuguêses que por ali cruzavam, merecendo dêles, e dos cronistas das mesmas nacionalidades, numerosas referências escritas.

Ocuparam, também, a atenção dos administradores da capitania do Ceará e do govêrno do Maranhão. Aos nossos dias chegaram, por êsses motivos, copiosos e interessantes acervos de indicações relacionadas com seus usos, costumes, *habitat* e, até, peculiaridades anátomo-psicológicas. (47)

---

(47) Pompeu, fiel às idéias que iria defender em sua «Proto-História Cearense», no tocante à prioridade dos espanhóis no achamento das terras brasileiras, pretende que as fontes de informações mais autorizadas, sôbre os **Tremembés**, encontrar-se-iam nos relatos do célebre cronista Pedro Mártir de Algéria, ao des-

As lutas armadas que sustentaram contra os indígenas de outras parentelas e as insídias armadas contra os luso-brasileiros que, por isso, jamais lhe deram quartel, vêm igualmente referidas com bastante insistência nas crônicas da terra.

* * *

Berredo, nos "Anais do Estado do Maranhão", Ivo d'Evreux, na "Viagem ao Norte do Brasil", e o Pe. João Filipe de Bettendorf, na "Crônica da Missão dos Padres da Companhia de Jesus no Estado do Maranhão" (1646), e outros, dêles se ocupam detidamente, tornando mais ou menos conhecida a sua existência atormentada e miserável.

"São valentes os *Tremembés,* diz o Padre Ivo d'Evreux, e temidos pelos *Tupinambás;* de estatura regular, mais vagabundos do que estáveis em suas moradas; alimentam-se ordinàriamente de peixes, porém vão à caça, quando lhes apraz; não gostam de fazer hortas, e nem casas; moram debaixo das choupanas; preferem as planícies às florestas porque com um simples olhar descobrem tudo quanto está às suas vistas."

"Não conduzem após si muita bagagem, pois contentam-se com seus arcos, flechas, machados, um pouco de cauí, algumas cabaças para guardar água, e uma panela para cozinhar a comida; com mais destreza que os *Tupinambás,* pescam à flecha; são tão robustos a ponto de segurarem pelo braço um dos seus inimigos e atirarem-no no chão, como se fôsse um capão. Dormem na areia ordinàriamente."

* * *

Berredo põe em relêvo, de preferência, suas qualidades de eméritos nadadores, a índole feroz e os ardis de que usavam na guerra.

---

crever a aventurosa expedição de Vicente Yañez Pinzon, de dezembro de 1500 a setembro de 1501, pelas costas da América do Sul, Nordeste do Brasil, Venezuela e Antilhas, in Livro IX, Cap. I da sua «Primeira Década», escrita logo após a volta do almirante espanhol.

Diz êle ainda — Cêrca de um ano e meio depois de Pinzon, o pilôto Américo Vespúcio que viera na primeira expedição exploradora da costa brasileira, mandada em 1501 pelo Rei de Portugal, descrevendo um episódio ocorrido nas praias do Ceará, onde abicara a pequena frota, perto da barra do Rio Curu, em pleno domínio dos índios **Tremembés**, regista fantásticas notícias dêstes ameríncolas. Não obstante, é possível colhêr algumas breves informações úteis relativamente aos nativos. O cosmógrafo florentino na **lettera**, relativa à sua terceira navegação (**De Tertio facta Navegatione**), e P. Mártir de Algéria foram os primeiros europeus que trataram dêstes indígenas, embora o tenham feito muito parcimoniosamente, sem mesmo lhes mencionar a denominação tribal.

"Sendo todos os índios americanos grandes nadadores, são os *Taramambés* entre todos êles os mais insignes; porque sem outra embarcação, que a de seus próprios braços, e quando muito um pouco remo, além de atravessarem em muitas léguas de água, se conservam também debaixo dela por largos espaços livres de receio; e aproveitando-se naquele tempo desta habilidade os documentos bárbaros de sua fereza, se algum navio dos que navegavam para o Maranhão, dava fundo na costa (como se faz sempre preciso para montar a coroa grande, baixo mui perigoso), empenhavam tôdas as diligências no silêncio da noite, por lhe picar a amarra, para que buscava logo, seu fatal naufrágio nas mesmas vizinhanças de sua vivenda, não só se servisse à sua ambição nesta infame vitória dos despojos da carga, mas também das vidas inocentes dos pobres naufragantes, à brutalidade de sua gula."

O Padre João Filipe de Bettendorf completa, em largas pinceladas, o retrato dêsse povo estranho.

Depois de aludir às suas habilidades de nadadores, (Livro VII, Cap. 3.º, de sua "Crônica") realça — ao tratar da expulsão dos Jesuítas do Maranhão — o fato de serem êles consumados rapinantes.

"Chegados que fomos ao rio Timonha, vieram os índios a nado visitar-nos com uns poucos de tartaruga, que traziam em sua canoinha, em que iam até mulheres. Foram recebidas, porém, com as armas escondidas em lugar oculto para mais cautela; furtaram-nos àquela ocasião uma campinha nova do Reino, sem o sabermos senão quando, saídos os *Teremembés* em seus areais, a foram tocando os rapazes, enquanto iam correndo pelo outeiro a riba."

Põe o cronista igualmente em destaque a repulsa que tinham pelas coisas de religião. Assim escreve: "Costuma dizer o Padre Pero Pedroso, o qual, como missionário das Serras de Ibiapaba, tinha tratado muito com os *Terememberes* sem nunca poder converter um só dêles à nossa Santa Fé, que lhe parece que eram precitos todos; também confesso que desta ocasião nunca pude dar-lhe um bom sentimento de Deus quando me vinham ver."

* * *

Referências desabonadoras aos *Tremembés* encontramos, ainda, na carta mandada de São Luís por Frei Cristóvão de Lisboa ao Padre Manuel Severim de Faria, em 2 de janeiro de 1627. Que nos baste transcrever dêste relato o tópico seguinte, para têrmos uma idéia de quanto êles eram bravios: "Morrer pelejando como homem com os selvagens *Tremembeses* que gritavam que nos haviam de comer."

Os dados mencionados, embora numerosos, não foram, porém, capazes de levar os estudiosos das nossas cousas a uma solução defi-

nitiva para o problema das afinidades etnoculturais dêsses silvícolas. Daí as divergências, muitas vêzes chocantes, que se notavam entre os etnólogos a propósito das suas conexões com os outros grupos aborígines.

Dos *Tremembés* se ocuparam ùltimamente Carlos Estêvão e Florival Seraine — que lhes estudou as lendas e coligiu interessantes dados folclóricos, e, ainda, Tomás Pompeu Sobrinho. Êste etnólogo, valendo-se das indicações sôbre êles acumuladas nos derradeiros quatrocentos anos, e, mais do material colhido *in-loco* por aquêles dois especialistas, deu-nos um retrato etnocultural bastante sugestivo. Para tal serviu-se, outrossim, de notas inéditas que possuía.

Eis como os descreve o antropólogo cearense: *Caracteres morfo-fisiológico*: elevada estatura e grandes pés; grande robustez e fôrça física. (48)

Caracteres etnológicos: 1) alimentação — especialmente peixe, carne, (caça); preparo e cozimento dos alimentos (panelas). Cerâmica grosseira, cabaças para a condução de água; bebida fermentada preparada com o suco do caju. Êste fruto era um interessante alimento no último quartel do ano.

A grande tartaruga das praias era àvidamente caçada. Os ovos de aves aquáticas e a caça a estas, que abundavam nas lagoas litorâneas, gozava de especial importância. A pesca, porém, era preferida; usavam o anzol de ossos e um pequeno arpão, mas eram particularmente peritos no flechar os peixes de vulto médio.

2) Agricultura — pequenas roças de mandioca; provàvelmente plantavam também algodão, pois possuíam fusos; talvez o milho,

---

(48) A declaração peremptória de que os **Tremembés** eram indivíduos de porte elevado não pode ser admitida sem prévio e cuidadoso exame da matéria.

Firma-se, é certo, na palavra do cronista espanhol Pedro Mártir, que adianta serem os nativos, com que a expedição teve contacto, mais altos do que germanos ou húngaros. Todavia, as informações que nos transmite o escritor quinhentista, embora recolhidas sob juramento dos itinerantes, são, de ordinário, exageradas e até mendazes. É disso exemplo «o dizer que as pegadas dessa gente igualavam quase o dôbro das do homem médio de Espanha».

Quando se referem à posição real dos lugares percorridos, tornam, então, naturalmente vagas e, assim, nada há que prove referirem-se elas, na realidade, aos nossos silvícolas.

Ademais, colidem abertamente com o que, a seu respeito, disse o Padre Ivo d'Evreux, que com êles por muito tempo conviveu. Sustenta, com efeito, o capuchinho francês serem os **Tremembés** de estatura regular.

A asserção de Pedro Mártir é desmentida, também, pelo retrato que dêles nos legou um pintor desconhecido e que se encontra hoje no Museu Histórico do Rio de Janeiro.

Gustavo Barroso, reproduziu-o como parte da documentação em que alicerçou um dos artigos que, semanalmente, publicava na revista «O Cruzeiro».

Tal documentação foi, também, por nós aproveitada no presente trabalho.

visto como nas suas praias se tem encontrado numerosas moletas de pedra. Entretanto, afirma Ivo d'Evreux, não gostavam de fazer hortas (agricultura), atividade, certamente, adquirida por empréstimo não muito antigo.

3) Animais domésticos — possuíam o cão; desde quando, não se sabe, porém, provàvelmente era êste de origem colonial.

4) Indumentária e adornos — de positivo nada sabemos a respeito. Como fiavam, é de crer que preparassem também tecidos, faixas estreitas, etc., para uso pessoal. Não tinham rêdes de dormir, por isto que o faziam no chão, de preferência nas areias das praias.

5) Casa e aldeias — moravam em choças construídas com ramos de árvores ou fôlhas de palmeiras; nada se sabe quanto às suas aldeias.

6) Indústrias — os seus principais utensílios eram machados de pedra, que sabiam encabar; alguns, principalmente os usados na guerra, tinham a forma de crescente (seminular). Êstes eram especialmente muito bem polidos. Na sua área de dispersão encontram-se muitos outros objetos de pedra, como punções, raspadeiras de peles, etc. A cerâmica era muito rudimentar. Confeccionavam cestos com palha de fôlha de carnaubeira; provàvelmente também teciam esteiras com êste material.

7) Guerra e armas — de ordinário, atacavam os inimigos de surprêsa, para o que sabiam preparar interessantes planos estratégicos. Defendiam-se bravamente quando atacados e, quando se sentiam fracos, fugiam para impenetráveis abrigos nos canais e meandros fluviais dos deltas e estuários, cobertos de espessos mangais. Para isto, dispunham de pequenas e velozes canoas e boas pernas habituadas à marcha nos areais. Como armas empregavam o arco com flechas relativamente pequenas, lanças, machados de pedra encabados. Não sabemos se usavam também o propulsor. As pontas das suas flechas eram de osso acerado de dentes de tubarão.

8) Casamento e família — nada conseguimos saber a êste respeito.

9) Organização política e govêrno — também não nos foi possível algo de útil vislumbrar neste sentido.

10) Religião e magia — eis outro campo virgem para ser explorado. Notaram os primeiros missionários do Maranhão a dificuldade de lhes incutir idéias religiosas, conforme faziam ou conseguiam entre os *Tupinambás*. O Padre Bettendorf ficou escandalizado quando um chefe tremembé, a que procurava doutrinar no colégio do Maranhão, lhe disse *"céu não presta para nada, só a terra sim, esta é boa"*. Para

o índio, só a terra era boa, porque lhe dava peixe e carne com que se alimentar. Ao que parece, a chuva que fertilizava o solo era condição, não do céu, mas porventura, de alguma cousa sujeita à fôrça da magia de algum feiticeiro da tribo.

11) Divertimentos, danças ou práticas relacionadas com a magia.

No tocante às atividades da vida psíquica, apenas se conhece o que recentemente colheu Florival Seraine, nas praias de Almofala, onde teve oportunidade de assistir à festividade que os nativos chamam *torém* (49). Trata-se, diz o Dr. Seraine, de uma dança imitativa, pantomímica, dirigida por um índio, que se coloca no interior de um círculo formado por dançadores, o qual executa os movimentos coreográficos próprios, cantando esquisita melodia. No curso da dança é distribuída entre os executantes uma bebida fermentada preparada com o suco do caju (mocororó). Uma mulher se encarrega desta distribuição e, ao fazê-lo, canta, sendo o canto repetido em côro pelos que dançam. (Ver "Contribuição ao Estudo da Influência Indígena no Linguajar Cearense", de F. Seraine, *in* Tomo LXIV 1950 da Rev. do Instituto do Ceará.)

A língua dos *Tremembés* é desconhecida. Dela restam apenas palavras com significação ignorada: um único antropônimo e poucos topônimos. O Dr. Seraine colheu o texto de algumas estrofes do canto recitado no *torém,* mas apenas um vocábulo oferece significação positiva: *aguaím,* maracá. Os demais são *quirará* que parece nome de animal, *vidiú, taía, gurecê, pôpê, jári* que parece o nome de alguma divindade, *mivê, agui, mãnin, mãnima, carecê, camungadiá, andê êdiri, dirirá, dicandugá, nagura, guaixê ariguê.*

O antropônimo é *Midinapá,* nome de um herói tremembé que, já ferido numa luta desigual com as tropas do Maranhão, e sem poder manter-se de pé, ainda pelejou valorosamente até morrer. Os topônimos colhidos são *acuma,* nome do atual Rio Juá; *aguamamune,* nome das serranias que se avistam desta Capital; *ariama,* nome do Rio Acaraú; *Josari,* denominação antiga do Rio Timonha, ou, talvez, do seu afluente Ubatuba; *Curubon* ou *conuron,* nome de uma ilha; *estaju,* pequeno morro na costa do Acaraú, Tutóia nome de lugar".

* * *

Taunay, seguindo a Capistrano, afirma pertencerem os *Tremembés* ao grupo *Cariri,* interpretação considerada hoje inteiramente falsa.

---

(49) Essa dança é, na verdade, de origem tupi.

Martius e Rivet, por sua vez, tomando por base a existência de determinadas afinidades do falar tremembé com a língua geral, os filiavam ao grupo tupi, contra o que, com muita sensatez, protesta P. A. Métraux (op. cit., pág. 8), tendo em vista as singularidades de seus usos e costumes. Eram, com efeito, relativamente nômades, não se devam à cultura do solo, de maneira habitual, e mostravam-se, como se viu, infensos a construir abrigos permanentes. Ignoravam, por outro lado, o uso da rêde, etc.

Êste americanista, levado pelo estudo de vocábulos tremembés conservados por Bettendorf, chegou à conclusão acertada de que êles tinham um idioma próprio e formavam, portanto, um grupo à parte na lingüística sul-americana. (50)

O problema lingüístico, relacionado com os silvícolas de que agora tratamos, foi, como se viu, resolvido pelo Prof. Louktka e por Pompeu Sobrinho que proclamaram a emancipação definitivamente do grupo.

* * *

Pretendeu Nélson de Sena houvessem tribos tremembés migrado, na ocasião da conquista, para o sul do País, indo estabelecer-se nos vales do alto São Francisco e do Rio Paraíba, em região onde viveram os *Cataguás*, que, no dizer daquele historiador, seriam seus legítimos descendentes.

A afirmativa formal do erudito mineiro foi, porém, vitoriosamente contraditada por Afonso A. de Freitas ("Distribuição geográfica das tribos indígenas". Tese apresentada ao 1.º Congresso de História Nacional. Rio, 1915, pág. 508) que a tacha de absurda e desarrazoada.

Difícil é, com efeito, admitir, lembra o mencionado escritor, que dizimados e enfraquecidos pudessem as hordas tremembés fazer incólumes tão longa caminhada através dos domínios dos *Aimorés* ou pelo território das numerosas nações que demoravam no litoral desde a Paraíba até o Rio de Janeiro.

---

(50) Paulino Nogueira, que se ocupou dêsses indígenas, afirma, escudado na autoridade do Padre Vieira, que os **Tremembés** eram índios morigerados e de índole pacífica. Será esta talvez a verdade. Todavia, a perseguição, movida, na época do domínio holandês, aos silvícolas das vizinhanças de Jeriquaquara; os constantes ataques por êles levados a efeito contra o fortim de N.S. do Rosário; e mais ainda, a opinião dos autores citados em nota anterior, tudo, enfim, parece indicar a fereza de seus ânimos.

Em abono da opinião de Paulino Nogueira há, porém, o fato de ter o índio Francisco Aragiba, quando interrogado por Matias Beck a respeito dos **Tremembés**, respondido serem êles boa gente.

De mais a mais, acrescentamos nós, já Gabriel Soares enumera os *Cataguás* entre as tribos tapuias de que dá conta, vivendo entre o Espírito Santo e Pôrto Seguro, em época, portanto, anterior à colonização do Ceará. (50a)

Aliás, Hugo Vasconcelos ("História Antiga de Minas Gerais", Imp. Nacional, Rio, 1948), explicando a origem dos *Cataguás*, que habitavam em Minas Gerais, esposa irrefletidamente a proposição defendida por Nélson de Sena, assim escrevendo:

"Além dêsses índios, reinou no sul de Minas Gerais outra nação organizada, e foi a dos *Cataguás*, que se tornou da nossa história."

"A respeito dêles conta-se que os *Tremembés*, deslocando-se do Jaguaribe (?) dividiram-se em duas hordas: uma que subiu o São Francisco até as nascentes, outra que desceu o Parnaíba até à foz: encontrando-se ambas já desirmanadas no vale do Rio Grande ou Paraná (mar-parente). Travada aí a luta pela posse do rio, decidiu-se na barra do Sapucaí (rio que grita). Os vencidos, transpondo então a Mantiqueira, foram instalar-se na chã do Paraíba, cêrca de Taubaté, e os vencedores ficaram na terra conquistada; de onde se estenderam até o Rio das Mortes, com o nome enfático de *"catu-auá"*, e os inimigos *"puxi-auá"* (gente ruim). Daí, os *Cataguás*."

"Quando Félix Jaques, fundando Taubaté, uniu-se aos *Tremembés* e com êstes transpôs a Mantiqueira em guerra aos "catu-auá", foram êstes repelidos para os sertões do *Pium-i* e do *Tamanduá*, dando tempo a Lourenço Castanho, que de propósito entrou com êles, desbaratou-os no lugar por isso chamado — Conquista, e deixou então livre e desembaraçada a entrada do Rio Grande e dos Campos Gerais (1675).

Os *Cataguás*, bem como os *Aimorés*, debandaram-se em outras tribos já degeneradas, em conseqüência da guerra."

Tudo isso é, porém, como se vê, assaz inconsistente.

* * *

Como quer que seja, larga era a disseminação das hordas tremembés em chãos brasileiros.

O topônimo tremembé, assinalando um acidente geográfico próximo à cidade de São Paulo, é, decerto, a marca de seus extensos domínios brasileiros em época pré-cabralina.

(50a) Ver Carlos Studart Filho «Notas históricas sôbre os indígenas cearenses». (Rev. do Instituto do Ceará. Vol. XLV, págs. 53 a 103, Fortaleza, 1931.)

* * *

Êsses amerincolas seriam, segundo o autor da "Pré-História Cearense" (pág. 120) derivados da terceira corrente de povoadores americanos e atingiram o território cearense no decorrer do período que vai do 4.º ao 3.º milênio A. C..

Mesolítico de orígem siberiana e aparência mongolóide, a êsse tempo, teriam dado a volta ao litoral americano do Pacífico e do Atlântico Sul. Ao longo das costas sul-americanas do Atlântico, encontram-se, com efeito, diz êle, vestígios de que um povo, diferente dos *Láguidos* e dos *Brasílidos,* que aí vivera e ocupara durante um tempo apreciável certos rincões, apropriados ao seu sistema de vida, com uma cultura especialmente orientada no sentido do mar, da pesca e da caça marinha. Tais vestígios se patenteiam com o achado de certos sambaquis, os ostreiros, e uma expressiva toponímia vetusta, em geral desaparecida, mas conservada em alguns documentos antigos. Eram os invasores, que aqui chegaram, já muito cruzados com *Láguidos* e com a sua cultura primitiva modificada, mas ainda reconhecível através de sua orientação particularmente marinha. As alterações culturais, ditadas pelas condições climático--intertropicas das costas, nem sempre dissiparam por completo as tendências ancestrais. Em vez de focas ou lôbos marinhos, capturavam tubarões, e o faziam com extrema habilidade e ousadia. As suas choupanas experimentaram notáveis simplificações, ora reduzindo-se a meros abrigos contra a soalheira e as chuvas, ora limitando-se a fossos abertos nas areias da praia.

No Nordeste do Brasil, êstes mesolíticos apresentavam sensíveis alterações tipológicas, o que induz à hipótese do surgimento de um nôvo tipo étnico, o *Nordéstido.* No Ceará e Estados vizinhos, a família característica dêste nôvo tipo trazia, conclui Pompeu, a denominação de *Taramembé* ou *Tremembé.*

* * *

Pensam alguns estudiosos, baseados na identidade de certos costumes, que os *Muras* bem poderiam ser parentes ou afins dos *Tremembés.*

Um dos elementos culturais de maior importância para a descoberta de grupos culturamente aparentados dos *Tremembés* parece-nos ser os machados semilunares ou noviluniformes. Eram usados por êsses aborígines e a êles se refere o Padre Ivo d'Evreux, nos têrmos seguintes:

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

"Carnatapuran, pegando um dêsses machados em forma de crescente, ensinou-me o que não sabia, dizendo-me terem os *Tremembés* o costume mensal de velar tôda a noite fazendo seus machados até ficarem perfeitos, em virtude de superstição, que nutriam, de que indo para a guerra armados com tais instrumentos nunca seriam vencidos e sim vencedores."

O emprêgo dêsses singularíssimos artefatos de pedra, a um tempo arma de combate e adôrno honorífico, era muitíssimo difundido em tôda a América, conforme mostram os estudos de Ladislau Neto ("Investigações sôbre a Arqueologia Brasileira", Arquivos do Museu Nacional, Vol. VI, 1881, págs. 489 a 490) e de Carlos F. Hartt ("Descrição dos objetos de pedra de origem indígena conservados no Museu Nacional", Arquivos do Museu Nacional, Vol. I, Rio, 1876, pág. 45).

No Museu Nacional do Rio de Janeiro se conserva, com efeito, uma belíssima coleção de machados em forma de crescente, provindos de pontos os mais diversos do Brasil, como sejam Amazonas, Minas Gerais, Piauí, Paraná e Santa Catarina.

Outros exemplares do mesmo tipo têm sido achados no Espírito Santo (Hartt), em São Paulo (Ihering), no Rio Grande do Sul (Schupp, Ihering e Paldaof), na Bahia (B. de Sousa) e em Pernambuco (Studart Filho).

Não é só no Brasil que existem êsses interessantes e singulares artefatos de pedra. No Equador, Andes argentinos e Peru descobriram-se também espécimes de notável perfeição no acabamento e, em Viena, se guarda, dizem, um machado semilunar que pertenceu a Montecuzoma (Carlos Studart Filho. "Antiguidades indígenas do Ceará", Revista do Inst. do Ceará. Tomo XLI Ano XLI. Fortaleza, 1927, págs. 194-197).

Faz alguns anos, Stig Ryden ("Brasilian anchor asces" Etnological Studies" n.º, Gotemburgo, 1936) reviu o assunto, confirmando ser larga a área de difusão do tipo de machado que nos interessa. Pôs, outrossim, em relêvo, o fato de ela abranger não só os antigos domínios tribais dos Jés, mas igualmente a barra de alguns afluentes do médio Rio Amazonas e vários países americanos.

Há que notar, também, a interessante semelhança que existe entre a forma dos machados semilunares de pedra e a dos de cobre e bronze usados por alguns povos no Nôvo Mundo, já em estádio adiantado de civilização.

GRUPO TARAIRIÚ

O grupo *Tarairiú* estendia os seus domínios sôbre a larga área territorial que, partindo das proximidades das praias norte-riograndense, subjugadas por tribos tupis, alcançavam os sertões do

Ceará e Piauí. No interior das duas capitanias, as suas glebas perdiam-se, porém, entre chãos senhoreados por hordas *Jés* e *Cariris* e, porventura, também por *Tremembés,* formando, aqui, ali, verdadeiras manchas demográficas.

Ocupando superfície tão ampla e sendo infensos aos luso-brasileiros, é natural que algumas de suas cabildas buscassem contato com os batavos logo que êstes, vencidos as primeiras resistências dos opósitos, intentaram ampliar as conquistas realizadas em solo brasileiro. Aliadas aos invasores, ajudaram-nos com eficiência e firmeza na realização dos desígnios expansionistas que traziam quando aqui aportaram.

Apesar de sua longa e assídua privança com os neerlandeses, dêstes não ficaram os nativos bastantemente conhecidos. Daí se mostrarem, os numerosos relatos sôbre os *Tarairiús,* deixados pelos cronistas, sábios e viajantes, que no Nordeste estiveram a serviço da Companhia das Índias Ocidentais, inconsistentes, contraditórios e até fantasistas. Não obstante as suas numerosas deficiências, são êsses escritos as mais antigas e melhores fontes informativas que possuímos no tocante aos *Tarairiús.*

Também o paulista Pedro Carrilho de Andrade ("Memória sôbre os índios do Brasil" — Revista do Inst. Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Vol. VII — Natal, 1909), legou-nos dados numerosos e interessantes a respeito dêsses silvícolas. Seus informes, à maneira dos holandeses, são, porém, de utilização bastante árdua.

Ignorando, sem dúvida, pertencerem as tribos não tupis, com que conviveram ou de que apenas tiveram informações, pelo menos a três famílias linguocultural distintas — *Jé, Cariri* e *Tarairiú* — o português, com os holandeses, descreveram os seus usos e costumes conglobadamente e os referiram a um conjunto etnolingüístico supositício, que aquêle denominou *Tapuia* e êstes, de um modo geral, *Cariri.* Separar os caracteres culturais baralhados e atribuí-los ao grupo gentílico a que melhor possa convir, tem sido a difícil tarefa dos estudiosos modernos.

O primeiro, talvez, a empreendê-la foi Tomás Pompeu Sobrinho que, já em 1935, nos dava um bem documentado trabalho sôbre os *Tarairiús.*

* * *

O Prof. Estêvão Pinto, que também levou a cabo a árdua emprêsa, dêles apresentou um retrato etnográfico que, embora se nos afigurando algo compósito, iremos aproveitar aqui para individualizar o grupo.

Assim, escreve o etnólogo pernambucano:

"Os *Tarairiús* eram grande andarilhos, mas evitavam viajar à noite com receio das cobras. Informa Herckman que êsses tapuias passavam o tempo ao léu, não possuindo aldeias ou lugares certos onde pudessem morar. Suas "casas" eram antes simples abrigos contra o sol e a chuva. Em suma, viviam mais da caça, da pesca e da colheita, procurando as praias na época do caju.

Essas informações do conhecido cronista neerlandês devem ser tomadas com a devida reserva, pois se sabe que, nos territórios habitados pelos *Janduins, Paiacus, Canindés, Janipapos* e outros, foram encontrados "excelentes vasos" de pedra polida e duríssima, o diorito, relativamente pesados e de confecção demorada. Além disso, os *Tarairiús* usavam a rêde, que armavam ao pé da fogueira e na qual carregavam os anciãos já decrépitos (a longevidade dos *Tairairiús* é registrada pelos antigos cronistas, chegando Herckman a informar, com evidente exagêro, que alguns dêles atingiam 150, 160 e até 200 anos). Como se vê, tanto a olaria como o uso da rêde (elementos, talvez, de origem alienígena), estão indicando que o nomadismo dos *Tarairiús* era "local", a exemplo do erratismo dos *Jés*.

A impressão do nomadismo dos tapuias, deixada entre os holandeses, explica-se pelo fato de viverem os *Tarairiús*, por êsse tempo, em plena guerra, não lhes sendo possível, conforme observa Pompeu Sobrinho, que conduzissem consigo potes, pilões e outros utensílios de transporte penoso. Por outro lado, vivia êste grupo indígena em terras sujeitas, em geral, a sêcas, sendo necessário, às vêzes, viajar dois ou três dias à procura de água. As condições ingratas da região forçavam, conseqüentemente, às migrações, que determinavam, em alguns casos, a separação do grupo.

Marcgrave, em página de flagrante sabor, conta que, quando os rios transbordavam, nas invernadas de março ou abril, os índios colhiam tanta quantidade de peixe que era difícil levá-los todos para o acampamento; passada, porém, a época dos temporais, era a vez das atividades agrícolas, plantando os *Tarairiús* milho, abóbora e legumes vários, depois dos exorcismos usados para fecundar as sementes (os pajés percorriam os campos e envolviam os grãos com o fumo do tabaco). Nos alimentos não punham, êsses tapuias, temperos ou condimentos de espécie alguma.

Uma sorte de pão era preparada com o tubérculo, a que Barléus dá o nome de *Attuh*, ralado, do qual se extraía o suco em vasos de barro. Conheciam certa "raizinha", a qual, mastigada pelas mulheres, servia para o fabrico da bebida embriagadora chamada *cauwau*.

Nieuhof faz referência ao fôrno subterrâneo, quando conta que tais selvagens, ao mantar um touro, assaram a carne "enterrada".

Apreciavam a carne de cobra e, sobretudo, o mel, "espêsso e branco", alimento que servia até para comprar o dote, oferecido

pelos pretendentes aos pais da noiva. O paraíso, por exemplo, era um lugar delicioso, onde não faltava o mel; o mel e também o peixe. A idéia de um éden cheio de peixe sugere que êles eram ictiófagos, tanto assim que Herckman, cometendo outro exagêro, diz que as crianças, com nove ou dez meses de nascidas, já iniciavam o aprendizado da natação. Antes de qualquer jornada mais ou menos longa, os índios lançavam-se ao rio, esfregando o corpo, nos intervalos do banho, em plena areia; após a ablução, estendiam os membros, estalando as articulações, depois do que aconchegados ao pé do fogo escarificavam a pele com dentes de peixe.

A epilação era comum, trazendo os principais as unhas compridas, exceto a do polegar; o cacique usava a tonsura em forma de prato e unhas longas em ambos os polegares. O comum parece que era trazer o cabelo sôlto, "pendente sôbre o pescoço", mas cortado adiante, até as orelhas, dando a impressão que se tinha pôsto um boné à cabeça.

Puxava-se a pele dos testículos, prendendo-se o membro viril com um atilho, feito com cascas de árvore; as mulheres usavam cabelos soltos, "cobrindo todavia as suas vergonhas adiante e atrás com fôlhas verdes", atadas por cordéis em tôrno dos quadris, — "aventais formosos", que, na frase de Zacarias Wagner, Eva rejeitara, mas as índias haviam readotado.

Os ritos de passagem, entre os meninos, praticam-se na idade dos sete ou oito anos. Reunidos os amigos, o mais velho dêles suspendia o neófito para que os demais lhe perfurassem o lábio inferior e o lóbulo das orelhas; nos orifícios, assim feitos, introduziam-se pedras verdes ou de outras côres. Marcgrave acrescenta que os encarregados da operação eram os pajés, isto é, os "adivinhos" e "encantadores de demônios". Seguiam-se depois as festas, "com os gritos e lamentações do costume".

Havia também ritos matrimoniais, que consistiam em provar o pretendente algum feito de armas ou ter bastante fôrça para carregar um pesado madeiro. Os mais destros e rápidos no transporte do toro tinham-se como valentes. Afora êsse exercício, os mancebos, untando a cabeça de mel, que aspergiam de "pó vermelho", ou adornando o corpo de penas, exercitavam-se em vários jogos bélicos. Assim preparados, abriam-lhes buracos nas faces, nos quais eram introduzidos "pauzinhos ou ossinhos brancos", de três ou quatro polegadas de comprimento, semelhante a "pedaços de cachimbos que se quebrasse". Depois do que, seguiam-se os esponsais. As festas do casamento duravam em geral quatro ou cinco dias, sendo a noiva levada à presença do noivo, à tarde, em companhia dos dançarinos e cantadores, todos cobertos de plumas e pintados de urucu ou jenipapo. "E se alguma coisa falta ainda a êsses ornatos, acrescentam mais os corais e os guisos."

Roulox Baro descreve o casamento em massa dos jovens nubentes de uma aldeia do "rei" Janduí, os quais se apresentavam untados, por meio de goma, com fôlhas de côres diversas. A propósito das cerimônias nupciais informa Jacó Rabbi que, quando alguma jovem atingia a puberdade, era conduzida à presença do "rei", que a soprava com fumo de tabaco, deflorando-a em seguida e lambendo-a, se houvesse o sangue.

Uma característica dos *Tarairiús* era a prancheta de lançar ou jogar, à qual Zacarias Wagner deu o nome de "manjedoura". A seta saía por um sulco, ou rêgo, aberto na arma. A azagaia era atirada com tal fôrça e velocidade que poderia, não encontrando osso, atravessar o corpo de um homem desprotegido. O autor dos Diálogos, referindo-se a essa arma de arremêsso, assegura que os índios encaixavam as flechas em uns "canudos" trazidos nos dedos, fazendo, com o propulsor, tiros de uma precisão de causar espanto. Também os *Carîris,* como já se viu, usavam a prancheta de jogar.

Permitia-se a poligamia, sendo o adultério castigado; mas parece que a mulher gozava *status* social elevado, pois tinha direito a tomar parte nas festas e ritos matrimoniais.

O endocanibalismo figura entre os elementos culturais peculiares aos *Tarairiús,* quando a mulher está para dar à luz, procura o mato e, assim que pare, corta, com uma concha, o cordão umbilical, que depois, cozinha e come juntamente com a placenta. Também se devora o corpo da criança nascida morta. Herckman vai além, afirmando que o endocanibalismo incluía os próprios adultos, pois o guisado (diziam os índios) não poderia ser melhor guardado do que no corpo dos companheiros. Antes dêsse ritual, o cadáver era lavado, assando o corpo em uma fogueira prèviamente armada. Algumas vêzes, guardavam-se os ossos para outras ocasiões, depois de reduzidos a pó e misturados à farinha ou dissolvidos em água. Os tuxauas, ou principais, eram, todavia, devorados apenas por suas mulheres ou por outros chefes. O luto perdurava até que fôssem ingeridos os ossos pulverizados.

Os pajés exerciam muita influência na comunidade, pois prediziam os acontecimentos, consultando os espíritos ou "demônios", entre os quais figurava o bugrezinho de fala fina e de uma só perna. A fim de tirar vaticínios, êsses "sacerdotes" procuravam o recesso das matas, de onde, depois, volviam, chamando em altas vozes: "Ga, Ga, Ga", ou "Anes, Anes, Anes, Iedas, Iedas, Iedas, Hade Gongdeg". O "rei" possuía uma "abóbora" mágica (cabeça no nosso entender), guardada cuidadosamente em sua tenda e da qual ninguém podia aproximar-se, a não ser quando pretendia incensá-la com fumo de tabaco. Nas planícies, os *Tarairiús* sacrificavam às pedras e penedos que topavam no caminho, para não serem, segundo acreditavam, "por êles mordidos".

Os cronistas holandeses registaram, entre êsses gentios, a saudação lacrimosa e o culto do nascimento, das Plêiades ou do Sete-estrêlo (E. Pinto).

* * *

Segundo Pompeu Sobrinho os *Tarairiús* eram *Láguidos* e, como tal, descendentes mais ou menos diretos das primeiras hordas invasoras que, vindos da Sibéria em época muito remota — 26 a 24 milênios A. C. — passaram pelo Alasca à América.

Impelidos para o Sul, transpuseram o istmo do Panamá, difundiram-se largamente e acabaram ocupando a maior parte desta metade do Nôvo Mundo. A sucessão do fenômeno teria levado pioneiros às mais recônditas regiões habitáveis por uma gente primitiva, de cultura muito rudimentar.

Os representantes mais lídimos dêsse povo foram ocupar o extremo-sul do Continente e o planalto central do Brasil, derramando-se pela sua encosta oriental, inclusive no Estado de Minas Gerais. Desta região passaram paulatinamente para o Nordeste brasileiro, já, então, semi-árido e coberto de caatingas. Emborá não seja possível precisar o necessário rigor, é de crer que chegaram a estas paragens bem antes que representantes de outras correntes migratórias tenham atingido as raias brasileiras.

....

Possìvelmente os Láguidos, que os colonizadores europeus encontraram no Nordeste, eram descendentes diretos daqueles pioneiros, sem dúvida cruzados com outros povos pré-colombianos. O fato de se haver achado no Ceará numerosas tribos, decerto, de origem evidentemente australóide, em estágios culturais heterogêneos, afasta qualquer dúvida com relação a existência arcaica de descendentes das duas primeiras correntes de invasores pré-históricos do Nôvo Mundo. Os esqueletos da gruta da Canastra revelam traços inequívocos de uma herança australóide.

Êstes *Láguidos,* seguramente, entraram no território do Ceará através do Piauí e Pernambuco. Teriam então ocupado o âmbito, constituindo uma população disseminada, rarefeita, deixando manchas desertas mais ou menos amplas. As condições climo-edáficas da terra nem sempre ofereciam meios para que estas regiões fôssem habitadas ou exploradas por um povo simplesmente coletor, de especial dado à caça.

Um grupo considerável de *Láguidos* estacionou primitivamente entre o maciço da Borborema e as serras que dividem as águas do Parnaíba, a oeste, das do S. Francisco, Rio Açu e Jaguaribe, a leste. Depois de um longo tempo, experimentou modificações étnico-lingüísticas, dando lugar à formação de uma família bem caracterizada, a família linguocultural *Tarairiús,* nome de uma das mais importantes tribos desta gente. Êstes curiosos *Láguidos*, posteriormente, se disseminaram por todo o Nordeste, ocupando a imensa área compreendida entre aquêle divisor de águas, o Rio S. Francisco e o Oceano, isto é, os territórios dos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas. Há indícios de que hordas desta família viveram também no Piauí, sobretudo ao norte do Rio Poti, e ao sul do leito do Rio do Salitre. A considerável área de dispersão da família é, aproximadamente, determinada pelas relíquias toponímicas, oriundas de expressão tarairiú que resistiram à invasão tupi (P.H.C. págs. 119 e 120).

* * *

À família tarairiú ligam-se, de acôrdo com Louktka e Rivet, os:

1) *Canindés* — das nascentes do Rio Choró. (51)

2) *Paiacus, Baiacus,* ou ainda *Pacajus* — que se moviam entre os Rios Apodi e Jaguaribe.

3) *Panatis* — habitantes, segundo êles, das cercanias de Vila Flor. Na realidade viviam também no Ceará, onde eram encontrados em sua região leste.

Estudos já antigos mostram serem ainda *Tarairiús* e, como tal, vão aqui incluídos os *Jenipapos,* das cabeceiras do Curu e ribas do Quixeramobim e Banabuiú.

À família se filiariam igualmente:

1) *Aperiús* — da Ribeira do Acaraú.

2) *Arariús, Irariús, Arearus, Irarijus, Areurus* ou ainda *Reriús* — que habitavam serras cearenses distantes oito léguas da Ibiapaba, para o nascente e ainda na bacia do Acaraú

3) *Camaçus*

(51) Os Canindés eram Janduins, conforme se vê da carta de Câmara Coutinho a Constantino de Oliveira, datada de abril de 1692.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

4) *Janduins, Nhanduís,* ou *Txocaianas* — sem dúvida os mais célebres silvícolas nordestinos do grupo Tarairiú, pela ferócia e belicosidade.

Seu nome aparecerá freqüentemente citado pelos cronistas batavos e portuguêses. Eram terríveis combatentes e inimigos ferrenhos dos nossos colonizadores a quem causaram sérias atribulações e infligiram graves derrotas militares no correr do século XVII.

Ocupavam os sertões norte-rio-grandenses e paraibanos e talvez muitos trechos da parte central de Pernambuco.

Apesar de não viverem pròpriamente no Ceará, incursionavam amiúde pelas terras do baixo Jaguaribe.

5) *Javós*

6) *Jenipaboaçus* ou *Jenipapoaçus*

7) *Quitariús*

8) *Quixelôs*

9) *Quixerariús*

10) *Tocariús* ou *Tusurijus.*

GRUPO JÉ

Os *Zés, Jés* ou, ainda *Jês,* aparecem como uma família lingüística autônoma já no esquema de von Martius e, dêsse modo, se conservou através das classificações posteriores de von den Steinen, Ehrenreich e outros (52).

Estava ela, porém, conforme o demonstram Rivet e Louktka, constituída de maneira muito artificial e teve, por isso, de ser revista pelo segundo dêstes especialistas.

---

(52) Foi Martius, como se sabe, o primeiro a reconhecer a conexão que ligava certo número de tribos pertencentes ao grupo **Tapuia** dos escritores antigos. Com elas erigiu um grupo independente que subordinou à denominação **Jé** ou **Cran**, por isso que os povos nêle integrados compunham seus nomes nacionais com a palavra **Jé** (chefe, pai) e **Cran** (filho, descendente), R. Garcia.

Suprimiram-se, assim, do conjunto heterogêneo muitas tribos, como a dos *Gamelas, Caigangues, Fulniôs, Camacans*, etc... que passaram a constituir famílias linguoculturais distintas.

As tribos restantes ficaram, desde então, divididas em 4 grupos segundo a área geográfica que ocupavam no País. O grupo dos *Jés* setentrionais, único que diretamente nos interessa porque a êle estão ligados algumas das tribos nordestinas, ocupava, em sua quase totalidade, as florestas virgens situadas ao norte do planalto brasileiro.

O foco de irradiação dos *Jés* parece ter sido, no conceito dos mesmos Rivet e Louktka, a vasta região entre os Rios S. Francisco, a este; Tocantins, a oeste; Mearim, ao norte, e Paraíba, ao sul, ou seja, quase tôda a metade oriental do planalto brasileiro (53).

Para muitos etnólogos, os *Jés* constituem o extrato racial mais antigo do Continente Sul-Americano. A êles atribui Ehrenreich os crânios descobertos por Lund nas cavernas da Lagoa Santa, em Minas Gerais.

Pertenciam, segundo Pompeu, ao tipo étnico *Láguida*, e, assim, devem ser considerados afins dos *Tarairiús*. À maneira dêstes, seriam australóides primitivos, já ajustados ao meio americano e seguramente miscigenados em alta escala. Descendiam, também, como êles, das primeiras vagas invasoras que chegaram ao Nôvo Mundo.

É, no modo de entender do pesquisador em que nos louvamos ("Pré-História Cearense", pág. 59), a maior em número e extensão territorial e também a mais característica das famílias do grupo *Láguido*. Nenhuma outra tem resistido melhor à ação destruidora da conquista dos europeus e seus descendentes. Talvez porque não se afastou muito da área de formação dos *Láguidos*, conserva muitos dos caracteres primitivos dêstes; escassos contatos com povos alófilos explicam em parte êsse primitivismo. A uniformidade antropológica, somática, cultural e mesmo lingüística é notável; quase não é possível distinguir dialetos ou fazer divisões que não sejam de ordem puramente geográfica. Quanto ao aspecto somático, os dados referentes ao índice *mehim* podem ser indicados por extensão para tôdas as famílias, por isso que êste grupo representa um tipo médio:

---

(53) Martius liga os indígenas não tupis dos sertões pernambucanos e do Maranhão aos proto-Jés, do galho setentrional.

Estatura média no homem	159,0
Estatura média na mulher	152,0
Índice cefálico horizontal médio no homem	79,0
Índice cefálico horizontal médio na mulher	78,8
Índice facial, médio	81,0
Índice nasal, médio	49,0

Conseqüentemente, os *Mehins* são mesocéfalos, euriprosopos, mesorrinos, de estatura mediana e boa compleição, devendo os *Jés*, em geral, afastarem-se pouco das médias referidas. O fato de alguns indivíduos *Caiapós* serem acentuadamente braquicéfalos, induz à suposição de que o índice cefálico horizontal dos *Jés* fique um pouco acima de 80,00.

Relativamente ao seu estado cultural médio, a família distingue-se pela ausência de cerâmica, tecelagem e de rêde de dormir; a construção de casas em círculo, uma complexa estrutura social e notável resistência à dissolução resultante do contato com a civilização ocidental.

A área de dispersão da família ainda é considerável; certamente fôra bem maior, como se depreende das tribos remanescentes e do relato dos viajantes que perlustraram o interior do Brasil ao tempo do Império".

Entre nós eram seguramente *Jés* apenas os *Aruás* que, na abalizada opinião de Rivet e Louktka, habitavam entre o Rio Itaim e o Jaguaribe.

Aos *Jés* primitivos filia Pompeu, como vimos, os *Canastrenses*, que teriam constituído o grupo pioneiro dos nossos sertões (54).

Aliás, êsse autor assim resume ("Pré-História Cearense", pág. 123) a ocupação da nossa terra pelo elemento aborígine em geral: — "Até que novas investigações revelem dados mais positivos sôbre esta matéria, podemos admitir que o povoamento pré-colombiano no território cearense foi primeiramente efetuado por um povo australóide de estatura elevada ou média, dólico ou mesocéfalc, de cultura muito rudimentar, seguramente há 7 milênios. Assenhoreou-se da área habitável sem empecilhos de ordem humana estranha até o 4.º milênio. Então, começou a chegar pela costa o primeiro

(54) Para nós essa obra de pioneirismo pertence ao homem da Uruburetama.

concorrente que dera o povo conhecido por *Taramembé*. Mais tarde, como uma cunha interposta entre *Tarairiús* e *Jés* primitivos, penetraram *Cariris*, já perfeitamente caracterizados destacados dos *Brasílidos* estabelecidos no curso médio do Rio São Francisco. Nas vésperas dos tempos históricos penetraram novas levas de *Brasílidos*, agora, porém, da família *Tupi*, que ocupará os melhores tratos da Serra da Ibiapaba ao lado dos velhos *Láguidos*. Finalmente, no albor da nossa história chegaram outros *Tupis* pela costa, completando assim o quadro pré-histórico do povoamento do Ceará."

II PARTE

NOTÍCIAS HISTÓRICAS

A história das tribos selvagens que habitavam o Ceará, ao tempo em que ocorreu a conquista e o povoamento da terra pelos luso-brasileiros, continua a ser das mais obscuras e fragmentárias.

Não é que, nas crônicas e documentos dêsses idos, escasseiem notícias a respeito dos silvícolas. Bem ao contrário disso. Nos milhares de papéis antigos, trazidos à luz da publicidade pelo labor paciente e esclarecido do Barão de Studart, Antônio Bezerra, Perdigão de Oliveira e alguns outros abnegados historiógrafos patrícios, muitas são as referências ao íncola e às guerras que houveram de sustentar os brancos para expeli-los da Capitania ou sujeitá-los ao domínio da Coroa lusitana.

Nesse largo cabedal de informações há, porém, pouco material aproveitável para a completa elaboração da história social de cada grupo.

É que, em tais documentos, raro aparece especificado o nome de uma cabilda, sendo comum encontrarem-se nêles, conforme hábito então corrente, o têrmo genérico tapuia, para significar hordas *Gês* e *Cariris*, *Tarairiús* e *Tremembés* e a palavra *índio*, *caboclo* ou *brasiliense* como designativo dos silvícolas pertencentes à família tupi.

Vem ainda tornar mais pesada a tarefa dos que desejam estudar, em seus detalhes, a vida, costumes e feitos bélicos dos nossos indígenas, o andarem as notícias, a êles referentes, tão esparsas que só à custa de muitos esforços e sacrifícios pode alguém inteirar-se delas e utilizá-las como elemento de trabalho.

Para obviar a êste estôrvo e como uma contribuição para o melhor conhecimento do interessante tema, traçamos o plano de co-

ordenar, neste trabalho, os dados históricos e que, nos escritos antigos e modernos, se nos depararam acêrca de cada uma das tribos aborígines do Ceará e que nos pareçam mais dignos de serem registados.

Tentaremos, outrossim, demarcar os tratos de terra que senhoreavam. Claro está que tal delimitação nada tem de preciso, porquanto nem tôdas as hordas que aqui habitavam. tinham vida semi-sedentária e agricultavam. A maioria, ao que parece, levava existência irrequieta e nômade. embora se deslocassem, quase sempre, dentro de uma área territorial definida a que poderíamos chamar sua zona de caça.

A transmigração de índios das regiões vizinhas, ocorrida freqüentes vêzes durante o período colonial e mesmo em época mais recente, é outro fato que concorre para dificultar a solução dêste problema, solução que foi, aliás, tentada por vários dos nossos historiadores, notadamente Araripe e, mais próximo de nós, Thomaz Pompeu Sobrinho, em trabalho dado a lume na "Revista de Filologia".

Malgrado isso, êle permanece em aberto e é do mais alto interêsse. Sem o seguro conhecimento do assunto, ou seja, sem sabermos as áreas que senhoreavam as diferentes cabildas, seria, de certo modo, impossível dizer quais os fabricantes do copioso material arqueológico descoberto em nosso território e que constitui um fator de grande importância para o estudo das diferentes culturas indígenas.

* * *

Ao enumerarmos as cabildas cearenses é possível que cometamos erros, perpetuando as várias denominações de uma tribo, como sendo apelido de grupos nativos diversos. Não há, porém, como evitar semelhantes equívocos. Muitas tribos tinham, conforme é sabido, dois e mais nomes e êstes, por vêzes, sobreviveram concomitantemente e chegaram aos dias atuais, dando a falsa impressão de uma pluralidade de tribos, em verdade, inexistentes. Uma era a alcunha, sempre pejorativa, que lhe impunham vizinhos ou inimigos; e outra, o têrmo de que se serviam os membros do clã para a designarem. Assim, por exemplo, possuíam nomes diversos em língua tupi e em língua cariri duas das cinco nações que Laet, em seu livro, diz serem aliadas do cacique Jandoim. Eram elas os *Arikeumes* e os *Kererijous* chamados, em cariri, respectivamente, *Acikis* e *Ocienecious*.

Considere-se, outrossim, que, em determinados casos, havia ainda o nome que lhes davam os colonos portuguêses e que poderia ter vindo também até nós, e, fàcilmente, se compreenderá os obstáculos que tivemos de enfrentar.

A duplicidade e até a triplicidade de nome era, aliás, bastante comum a grande número de agregados nativos de todo o território brasileiro. Os Caiapós, por exemplo, que eram chamados *Ubirajaras* pelos *Tupis*, recebiam dos portuguêses o nome de *Bilreiros*.

O Prof. Estêvão Pinto, em seu trabalho sôbre os *Fulniôs* pernambucanos ("Etnologia Brasileira. Brasiliana", Vol. 205, S. Paulo, 1956. pág. 62), dá-nos um quadro bastante sugestivo de vinte e seis tribos que estavam nas condições apontadas. Lembra ainda o mesmo professor que os índios de Águas Belas, crismados, nos documentos do século XIX, com a denominação de *Carnijós*, aplicavam ao seu grupo em geral, integrados por indivíduos vivendo seja no lugar apontado. seja em quaisquer outras regiões do País, o apelativo *Jacotoá*. A si próprios chamavam, porém, *Fulniôs*, palavra que significa *"a gente que mora junto do rio"* e que era, portanto, uma denominação tribal (E. P. op. cit. pág. 62).

Não menos sugestivo nesse particular é o caso citado por Thomaz Pompeu Sobrinho de uma tribo do Rio Branco que tinha nada menos de 22 nomes. (55) (Th. Pompeu Sobrinho "Os *Tapuias* do Nordeste e a Monografia de Elias Herckman" "Rev. do Inst. do Ceará", Tomo XLVIII, Ano XLVIII. 1934, pág. 16.)

Esforçar-nos-emos, todavia, em não incidir no equívoco em que laboram certos autores, quando citam topônimos. dizendo-os cognomes de famílias indígenas.

Neste trabalho aparecem. como se verá, simples apelidos de maiorais como designativo de grupos de indígenas cearenses. Isso se explica, porém, fàcilmente. Outrora, como hoje, era assaz comum, no mundo dos nossos índios, o fenômeno que poderíamos chamar de gemiparidade social. Das cabildas menos coesas ou de crescimento demográfico mais rápido, destacavam-se, por motivos vários, magotes de homens que, sob a direção de um chefe eleito, entravam a constituir um agregado social de vida independente. Êste, não raro, passava a hostilizar o grupo de onde provinha e tornava-se conhecido, daí por diante, pelo cognome do principal que o chefiava na ocasião em que ocorrera o seu afastamento do tronco originário.

Interessante notar, outrossim, que é, ordinàriamente, sob um nome do vocabulário tupi que as comunidades indígenas, mesmo as que não faziam uso dêste idioma, aparecem entre nós registadas nas crônicas e documentos antigos que lhes assinalam a existência.

* * *

No intuito de introduzir um pouco de ordem nesse pandemônio que é a nomenclatura dos primitivos cearenses, mencionaremos apenas o nome das tribos nativas, referidas em papéis de provada autenticidade e um ou outro apelido dos que registam historiadores con-

temporâneos mais credenciados. No caso em aprêço, será sempre citada a fonte informadora. Seguiremos idêntico critério quando trouxermos à baila qualquer notícia plausível, alusiva aos nossos aborígines. mas cuja veracidade não tenhamos podido apurar com a necessária segurança.

Não desceremos, porém, a minúcias ao apreciarmos o papel que os sacerdotes católicos desempenharam na catequese. Por têrmos já abordado o assunto em outro trabalho, limitar-nos-emos a indicar o local onde se plantaram as aldeias missionadas.

Em se tratando da pacificação dos gentios, restringir-nos-emos a consignar, quanto possível, o nome dos indivíduos que avassalaram as tribos mais importantes e a data provável em que o fato ocorreu.

Tanto quanto nos foi possível averiguar era a seguinte a distribuição das tribos indígenas do Ceará:

* * *

TRIBOS DOS CONTORNOS OCEÂNICOS — Junto às nossas costas marítimas viviam os *Baiacus* ou *Paiacus*, hoje chamados também *Pacajus*, indígenas que maior destaque alcançaram no cenário do Ceará colonial. por sua resistência à dominação lusitana (56).

Próximo do litoral, na ampla nesga que vai da margem esquerda do Choró ao Rio Mundaú e Serra de Baturité, viviam os *Jaguaribaras*, ou *Jaguariguaras, Jagoarigoras, Iguariguaras, Jagureguaras* ou *Jaguarigoaris*, silvícolas que tiveram grande atuação na vida dos primeiros povoadores dêste canto do País. Filiados indevidamente por alguns cronistas ao grupo tupi, fàcilmente se acomodaram aos recém--vindos lusitanos, assistindo-os sempre com relativa lealdade em suas lutas contra os outros selvagens (57).

(56) **Baiacus**, ver também «Revista do Instituto do Ceará», Tomo LXXII. Ano LXXII, 1958, págs. 15 a 34.

(57) O Pe. Luís Figueira, na «Relação do Maranhão», dá a entender serem os **Jaguariguaras** índios da raça tupi, **Potiguaras** que habitavam a embocadura do **Jaguaribe**.

«Vindo pois continuando nosso caminho mandava-mos, regista o Pe., indios naturais d'aquelas parte diante para q'se encontrassem alguns de seus parentes jagoarigoaras que andavam espalhados c'o medo os trouxessem e ajuntassem assi p'a nos ajudarem com p'a lhe darmos as alegres novas da Provisão de sua Magde. em q'os avia a todos por livres e forros».

O fato de a palavra **Jaguariguara** pertencer à língua tupi, parece também confirmar tal filiação. Observe-se, todavia, que, intimados pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, a apresentar os cativos que haviam colhido na guerra contra os **Baiacus**, para dêles se tirarem os quintos, recusaram alegando que eram tapuias e não tinham assistência certa. Demais. quando, em documentos antigos, há referências às aldeias, existentes nas cercanias do fortim de N. S. d'Assunção distingue-se sempre a dos caboclos (tupi) daquelas habitadas pelos **Jaguaribaras** (Ver o Bando mandado afixar pelo Cap.-Mor Jorge Correia da Silva em 1672).

Assim é que na qualidade de amigos e aliados dos colonizadores fizeram parte de quase tôdas as tropas por êles enviadas para conter os *Baiacus*, entre 1666 e 1671, servindo ora sob as ordens do Ajudante Filipe Coelho de Morais, ora sob a direção do Cabo da Infantaria do Presídio do Ceará, Francisco Martins.

De *motu* próprio acompanharam mais uma vez aquêle militar na viagem que, por ordem do Capitão-Mor João de Melo Gusmão, empreendeu, em 1666, a Jericoaquara. Cabia-lhes, entre outros encargos, proteger o Principal Maraguim da nação *Tobajara*, também afeiçoado aos lusos. Tendo, depois da célebre revolta de Simão Tagoaibuna, descido com os seus da Ibiapaba para se fixar nas praias setentrionais da Capitania, achava-se em graves aperturas, ameaçado de morte pelos *Acoançus*, que lhe eram desafetos.

Não dispondo de fôrças bastantes para impedir o ataque e buscar o inimigo comum em suas terras, mandava, outrossim, o Capitão-Mor, pelo seu enviado, aconselhar ao principal que viesse aposentar-se junto ao forte, onde nada teria a recear dos seus contrários.

Em 1694, eram os Jaguaribaras aldeados por Fernão Carrilho no lugar Parnamirim, a 7 léguas ao sul da Fortaleza de N. S. d'Assunção (58). Foi seu primeiro missionário o Pe. João Leite de Aguiar, clérigo do hábito de S. Pedro (59). A carta de Pedro Lelou, dirigida ao Rei em 20 de agôsto de 1696, informa-nos que, naquele ano, os nativos continuavam aldeados e alguns batizados (60).

Índios dessa nação seguiram, por ordem do Governador de Pernambuco, para o Açu a fim de participar das operações militares contra os gentios bárbaros daquela ribeira, que estavam revoltados.

Conduziu-os até o campo da luta, onde ficariam sob as ordens de Antônio de Albuquerque Câmara, o Cabo Manuel Carvalho Fialho a pedido dos próprios gentios. É isso pelo menos o que alega o citado militar nos documentos apresentados para concorrer ao pôsto de Capitão-Mor do Ceará, vago com a promoção de Fernão Carrilho, a Lugar Ten. do Governador do Maranhão.

Dois fatos merecem ainda ser aqui lembrados uma vez que poderão ajudar a descobrir o tronco étnico-lingüístico a que se deve ligar os **Jaguaribaras**.

É que, apesar de se dizerem nômades, ou seja, «sem assistência certa possuíam «Alguns Roças» «ao largo desta Capitania» (do Ceará).

O afirmarem os seus principais em declaração pública ao Capitão-Mor, que «não herão principais se não para a guerra. E só nessas lhe obedecião» os seus comandados.

(58) Registro de uma portaria do Cel. Jorge da Costa Correia o que vem con-

(59) Registro de uma portaria do Cel. Jorge da Costa Correia.

(60) O nome de uma tribo aparece, no aludido documento, grafado **Jaguaribas** em vez de **Jaguaribara**.

Diz o interessado que, marchando então para o Sítio do Poço Verde, achou-se "no encontro que houve com catorze tapuias contrários que vieram reconhecer o nosso poder, os quais foram degolados, entrando neste número três principais e quatro Capitães de maior valor, todos motores desta guerra, e indo em seguimento dos mais até a Lagoa do Peatô dez léguas de distância por caminho agreste. De que, tendo notícias, se puseram em fugida, recebendo a perda de sete prisioneiros, entre mulheres e filhos, procedendo com tal valor, que foi o que a braços suspendeu o principal dos Bárbaros, chamado Peca, ajudando-o a matar".

Incansáveis em sua dedicação aos brancos, escoltaram, em 1703, o Juiz Ordinário Simplício de Moura Velho, quando foi prender os *Baiacus*, culpados de furtar e depredar os bens dos moradores.

Tribo numerosa e valente, era, por isso, temida e respeitada até pelos próprios luso-brasileiros que, como mostram as crônicas, sempre procuram captar-lhe as boas graças, não ousando nunca enfrentá-las de arma nas mãos.

A prova é que, no govêrno de Diogo Coelho de Albuquerque, quando, pela primeira vez, os *Jaguaribaras* se puseram em pé de guerra, foi por meios brandos e suasórios que o Capitão-Mor intentou chamá-los à razão. Fato idêntico ocorreu em 1674, depois da expedição que subjugou os *Baiacus*. Tendo os *Jaguaribaras* sonegado as prêsas feitas naquela guerra e se recusado a pagar o quinto de S. M., alegando que não conheciam o Rei, o Capitão-Mor do Ceará, Jorge Correa da Silva, ao invés de forçá-los pelas armas a cumprir a lei, preferiu contemporizar, deixando-os em paz.

Tal atitude discrepava da que habitualmente assumiam os dirigentes capitaniais em suas relações com os gentios rebeldes.

Da sua tibieza justificou-se mais tarde aquela autoridade, dizendo que não ousou atacá-los porque dispunha de pouca tropa e recear que esta nação, que é muito poderosa, em represália se retirasse da Capitania, fazendo depredações (61).

Cansados, sem dúvida, de serviço aos brancos os *Jaguaribaras* muito cooperaram na rebelião de 1713 e no assalto à Vila de Aquirás, onde morreram centenas de pessoas, já radicadas na terra.

"Em dias de agôsto de 1713, época em que teve lugar êste grande desastre, fêz o Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos um grande conselho de guerra na Fortaleza com os oficiais da Câmara da Vila e os cabos de guerra da Capitania, para concertar os melhores meios de destruir o dito inimigo, e recuperar a Capitania tomada pelos bárbaros levantados. E assentaram todos que se lançasse

---

(61) Doc. n. XI — publicado na Revista do Inst. do Ceará, Tomo IV, 1890, por J. B. Perdigão de Oliveira.

um bando em nome de S. Majestade que se publicasse e fixasse de maneira que a notícia chegasse a todos os moradores, no qual se referisse e declarasse dava o dito o Capitão-Mor a campanha livre e isenta dos quintos reais das prêsas que houvesse na guerra dos ditos gentios aos que lhe fizessem até se sossegar e resgatar dêles a Capitania, porque maior prejuízo segue à Real Coroa perder esta do que os quintos das prêsas que houvesse na dita guerra."

"Nesta mesma ocasião foi nomeado Cabo-Real e comandante de tôda esta expedição o Coronel João de Barros Braga, por êle ter vindo à testa do seu regimento de cavalaria das várzeas do Jaguaribe socorrer a fortaleza logo que soubera do apêrto em que se achava pela rebelião dos *Tapuias*. Reuniu moradores e índios mansos e fiéis, à testa dos quais fêz os rebeldes uma guerra cruenta na qual matou grande número dêles, e aprisionou mais de quatrocentos dos quais mataram-se logo noventa e cinco a ferro frio, e depois de amarrados por desconfiança que houve dêste gentio, pelo motivo de serem homens de armas, conhecidamente guerreiros e muito destemidos, e justamente incapazes de se sujeitarem às leis divinas e humanas, como a experiência bastante tem mostrado a sua infidelidade e constança."

"O Coronel João de Barros Braga, depois de varrido do litoral e do baixo Jaguaribe e sertões mais próximos do mar, o inimigo bárbaro com grande prejuízo dêste, mandou o Capitão do seu regimento, Pascoal Correia Lima, limpar a Bacia do Banabuiú, indo êste matou grande número de inimigos e aprisionou cento e vinte e cinco cabeças."

"Todos os índios aprisionados foram repartidos por entre os colonos e índios auxiliares, à exceção dos *Tremembés* que se provou terem sido obrigados a acompanhar os rebeldes a fim de remirem as suas vidas, por isto foram êles entregues a seu missionário por ordem da Junta das Missões e do Reverendo D. Manuel Alves da Costa, Bispo de Pernambuco (62). Estas particularidades constam de um processo mandado instaurar contra o Coronel João de Barros Braga pelo Capitão-Mor do Ceará, Plácido de Azevedo Falcão, a fim de obrigá-lo a quintar os prisioneiros não obstante o teor do bando afixado por seu predecessor, e também pelo seu sucessor Manuel da Fonseca Jaime" (Thèberge).

Atemorizados, sem dúvida, diante da pronta reação dos brancos, os *Jaguaribaras* haviam, nesse meio tempo, tentado entrar em entendimento com o Capitão-Mor, a fim de submeter-se.

---

(62) O incidente que é narrado de maneira quase idêntica pelo historiador João Brigido dos Santos em suas «Efemérides do Ceará» «Rev. do Inst. do Ceará», Tomo XIV — 190.

Seus desejos de paz não chegaram, porém, a concretizar-se porque os colonos, interessados em manter o ambiente de inquietude e mal-estar em que mergulhara a Capitania, e por anseios de vingança, a isso opuseram os maiores entraves.

Da conjura teve pleno conhecimento o Capitão-Mor Plácido de Azevedo, pois que a menciona no Bando por êle lançado a 9 de fevereiro de 1714. dizendo "que obrigados destas ocazions asima vinha o tapuya *Jagoaribara* pedirmé paz que o povo desta Capitania nam permitiu que lha dese".

"Em 28 de novembro de 1717, José Soares de Sousa solicitava, por data de sesmaria, a légua de terras concedida por El-Rei aos índios *Jaguaribaras* e demarcada pelo Dez. Soares Reimão." O que parece indicar não terem êsses gentios ainda reentrado nas boas graças das autoridades locais.

Alguns anos mais tarde, já no Govêrno de Manuel Francês, índios *Jaguaribaras* vendo-se, ao que parece, privados dos indispensáveis meios de subsistência pela perda de suas terras, deram, de parceria com os *Wanacés,* em invadir as fazendas do Piancó para roubar gado e animais. O Capitão-Mor do Ceará, querendo pôr fim a tais atos de rapinagem, expediu, com data de 22 de janeiro de 1725, uma portaria mandando que o Cel. Jorge da Costa Correia reunisse uma tropa de 30 até 40 homens brancos, e tupis e alguns *Baiacus* e fôsse batê-los. Caso a tropa fizesse prisioneiros, o Coronel devia trazê-los para a fortaleza a fim de se quintar (63).

"A Notizie" não menciona especialmente nenhuma aldeia de índios Jaguaribaras no Parnamirim nem em qualquer outro lugar (64).

No escrito em aprêço diz-nos o Pe. Manuel Pinheiro apenas que, em 1732, era pároco da Aldeia de Parnamirim o Pe. Secular Antônio Farinha Prêto e que seus habitantes foram agregados aos de Paupina.

Entre as praias cearenses e a Serra da Uruburetama os colonizadores encontraram ainda os *Wanacés, Guanacés, Ganacés* ou *Anacés,* os *Guanaceguaçus* e *Guanacemirins,* tribos inimigas entre si mas provàvelmente da mesma parentela, tôdas mencionadas no "Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará em 1649" (65).

---

(63) Registro de uma Portaria ao Coronel Jorge da Costa Gadelha Fort. 22 de janeiro de 1725.

(64) «Notizie delle fatiche sofferté dai N.N.P.P. nel prendere il possesso delle populazioni del Seará».

(65) «Diário da Expedição de Mathias Beck ao Ceará», em 1649». Trad. de Alf. de Carvalho, no livro «Comemorando o Tricentenário da vinda dos Portugueses ao Ceará» (págs. 359 e 372).

Havia mais os *Açanacéguaçus*, também citados por Matias Beck e, possìvelmente, os mesmos *Guanaceguaçus* e os *Jaguaruanas*, que habitavam entre Curu e Acaraú e eram também chamados *Jaguaruranas* e *Jaguararanas* (66).

Os *Anacés*, a quem João da Costa da Silva denomina *Anacozes* e diz que habitavam a Serra de Burrucutama, constituíam uma das mais poderosas tribos do Ceará (67).

No Govêrno de Domingos Sá Barbosa, desavieram-se *Anacés* e *Jaguaruanas* sendo necessário para acalmá-los a intervenção solícita do Pe. Antônio Ribeiro que missionava os indígenas da Ibiapaba.

O Pe. Antônio Vieira narra minuciosamente o incidente na sua "Relação da Missão da Serra de Ibiapaba".

Em 1666 estavam os *Anacés* de nôvo alvorotados. Do regimento dado, nessa época, ao Ajudante Filipe Coelho de Morais pelo Capitão-Mor Melo Gusmão, para ir a Jericoaquara tratar com o Principal Maraguim, consta lhe ter sido ordenado que, se no decorrer da viagem, encontrasse alguma horda dessa nação, lhe fizesse guerra, levando tudo a ferro e a fogo e matasse todos os varões em estado de pegar em armas.

Quase três décadas depois, em 1694, Fernão Carrilho, quando no Govêrno do Ceará, situou uma parte dêsses nativos nas margens do riacho então chamado Aguanambi, ou Jaguarambi, a 8 léguas ao N da Fortaleza de N. S. d'Assunção. Agia, visando, sem dúvida, a satisfazer o pedido feito, dois anos antes por êles a Pedro Lelou para se fixarem e batizarem os filhos.

Embora aldeados, tomaram êsses tapuias parte ativa no levante que teve lugar em 1713 e do qual resultou o assalto à Vila de Aquirás e morte de quase duzentas pessoas, não contando os enormes estragos materiais.

Os oficiais da Câmara da Vila, que haviam buscado refúgio na Fortaleza de N. S. da Conceição a convite do próprio Capitão-Mor,

---

(66) Assegura Araripe que **Jaguaruana** e **Guainacé** são denominações particulares dos **Anacés**, «porquanto, diz êle, nos documentos antigos que consultou, não encontrou o nome de sua habitação». É êste também o parecer de Paulino Nogueira («Vocabulário indígena»). Aceitamos a opinião de Araripe apenas no que diz respeito à identidade dos **Guanacés** ou **Guinacés** com os **Anacés**.

(67) Refere Fernão Carrilho, num requerimento, ter descido os **Anacés** dos sertões do Jaguaribe. Isso teria talvez induzido alguns autores a admitir uma distinção entre **Guanacés** e **Anacés**. Não aceitamos essa dualidade porque nada garante a veracidade da informação de Carrilho. Exageradas e, por vêzes, pouco verazes eram, com efeito, as alegações de serviços feitas em petições dirigidas ao Rei, requerendo mercês.

Melo Gusmão diz que os **Guanacés** eram uma nação numerosa e inimiga declarada dos portuguêses.

em carta ao Rei de Portugal e ao Governador de Pernambuco, datada de 28 de outubro daquele ano, relatam episódios do lutuoso fato em têrmos que põem em relêvo destemor e ousadia dos insurgentes. Incriminam também, de certo modo, os tupis domésticos residentes nas vizinhanças dos brancos.

"... vindo se retirando da villa cantidade de Jente para debacho das armas desta fortaleza acompanhada de alguns brancos e Indios lhe sahio ao encontro o Tapuya Inimigo coaze a vista de hua aldeya de Indios e botando-lhe serco matarão coase tôda a Jente que vinha e sô escaparão coatro ou sinco pesoas por se haverem debrusado em terra o hu vereador desta Camara por uir montado ensima de um cavalho E ver que sô não podia rezistir a hu grande exzercitto de tapuyas sem que ouvesse hu Indio que desta tal aldea acudisse a tanta lastima ou em nesesaria defença desparase hua arma mas sô sim afirma tiverão estes o cuidado de os despirem depois de mortos assenhoriando se dos vestidos e alfayas que trazeão e asim se justifica porque andando êstes sempre nus andão vestidos e com vestimentas conhecidas e nós pello tempo en que estamos, tempo en que nos vimos nos calamos desfarçando suas tensões ainda que elles publicão muita amisade fidilidade lealdade aos brancos..."

Foram, por isso, em grande número, mandados reunir aos *Tobajaras* da aldeia depois Vila Viçosa Real, da América.

A 3 de novembro de 1713, a Junta das Missões tomava conhecimento do que a tal propósito lhe escrevera o Capitão-Mor do Ceará e que era o seguinte: "Os Tapuias da nação *Anacé,* a que chamam de corso, fizeram grande estrago no Arraial de Parnaíba, da parte do Maranhão matando ao Mestre-de-Campo Antônio da Cunha Souto Maior e muitos brancos, e fizeram vários roubos pela Ribeira do Caracu, agregando a si muitas nações e muitos tapuias aldeados."

Fizera o Capitão-Mor "devassar dêsses bárbaros e achando-os culpados nestes delitos depois de aldeados lhe mandou fazer guerra com tão feliz sucesso que só 40 poderam livrar-se das nossas armas".

Isso concorda, aliás, em grande parte, com o referido pelo Pe. João Antônio Andreoni em sua carta de 15 de julho de 1714, que diz: "... o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos *Guanacenses.* Êstes mataram à traição, em Parnaíba, o Comandante dos soldados que os tratavam mal e não lhes pagava o sôldo, como também assassinaram a mulher do Comandante em Chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas das fortificações". (Ver parte relativa aos *Tremembés.*)

Em 1732, havia no Ceará uma povoação de *Anacés* que era administrada pelo dominicano Pe. Ferreira Chaves e que foi incorporada a Parangaba dois anos depois. Denominava-se N. S. do Pilar dos *Anacés.*

Extremando com os Anacés, para além do Rio Mundaú viviam os *Tremembés*, gentios que muito se distinguiram também por suas ações hostis aos brancos.

Povo nômade e em perpétuo deslocamento, seus domínios iam, como vimos, até às margens do Rio Parnaíba, segundo uns, ou até à foz do Itapicuru, segundo outros. Como variante dêsse antropônimo surgem as formas *Terememhés*, *Taramambés*, e ainda *Tramaambés*. O Pe. Ivo d'Evreux chama-lhes *Cannibaliers*, enquanto o Pe. Antônio Vieira assegura serem êles os mesmos nativos que, em alguns documentos antigos, aparecem com o nome de *Alarves*.

No Ceará, as relações entre luso-brasileiro e *Tremembés* foram sempre pouco cordiais e episódios sem conta refletem esta constante malquerença. Assim, o presídio de N. S. do Rosário, erigido por Jerônimo de Albuquerque para assegurar a conquista do Maranhão, tornou-se o alvo de suas investidas desde a fundação.

Em princípios de 1614, trezentos silvícolas empreenderam contra êle um assalto de larga envergadura, sendo, todavia, repelidos com enormes perdas de vida.

Durante a primeira invasão holandesa no Ceará, êles receberam de maneira hostil os novos conquistadores, que se viram, por isso, obrigados a construir um reduto em Jericoaquara para garantir-se na terra conquistada (68).

A animosidade contra os luso-brasileiros continuava, porém, cada vez mais obstinada. Nesse comenos, vindo um barco português a Camucim fazer aguada, os *Tremembés* insidiosamente dêle se assenhorearam, matando-lhe os tripulantes (69).

Assinada a capitulação de Taborda e expulsos os flamengos do Ceará, continuaram êles a mover guerra de morte aos lusitanos, não obstante diligenciarem êstes por lhes captar a amizade.

Em 1656, indo um principal da nação *Tremembé*, chamado Tatuguaçu, com vários dos seus ao Maranhão negociar pazes, tratou-os o Governador André Vidal de Negreiros com tôdas as honras e atenções.

Isso não impediu, todavia, que a gente de *Tataguaçu* tentasse trucidar o Pe. Pedroso e sua comitiva, quando, poucos dias depois, viajavam em demanda à Ibiapaba a fim de lá estabelecer uma missão catequista. O incidente é referido pelo Pe. Antônio Vieira em todos os seus detalhes.

Em 1671, uma colônia de *Tremembés* se achava fixada próximo à Fortaleza de N. S. d'Assunção. As gentes que a compunham, can-

---

(68) J. Catunda. Op. p. 97.

(69) Carta de Ruy Vaz de Sequeira a El-Rei em abril de 1663. Doc. n.º 284.

sados, sem dúvida, das violências e maus tratos que lhes infligiam os brancos, retiraram-se naquele ano para suas terras declarando não mais quererem comércio com os estrangeiros.

A atitude desassombrada dos nativos alarmou grandemente o Capitão-Mor Jorge Correia da Silva que, receando se pusessem êles em armas, determinou ao Ajudante Francisco Martins seguisse com dezoito infantes e oitenta índios para Jericoaquara a vigiá-los.

O principal item do regimento, entregue ao Comandante da Fôrça, rezava que, no caso de êle verificar terem os *Tremembés* hostilizado os brancos ou matado os soldados e silvícolas mansos enviados pelo seu antecessor ao Maranhão, devia "exterminá-los de modo que não houvesse mais notícia dessa nação e trazer seus filhos cativos para Fortaleza" (70).

A êsse tempo, vagavam êles pelo litoral em grupos pouco numerosos que nada tinham. porém, perdido de sua inata fereza.

Informam escritores lusitanos, sempre interessados em deprimir os nativos, que, em 1674, alguns náufragos foram por êles devorados. Verdadeiro ou não, tal fato serviria de pretexto para terríveis perseguições por parte do Governador do Maranhão, Inácio Coelho, que despachou contra êles uma fôrça vinda do Pará. Conduzida com grande habilidade pelo Chefe. a tropa bateu fàcilmente os silvícolas, apesar dêstes se terem mostrado, durante o encontro, obstinados e valentes. Vitorioso, houve-se o cruento Vital Maciel para com os vencidos com a tirania costumeira, fazendo sacrificar indistintamente homens, mulheres e crianças.

Eis como o Pe. Filipe Bettendorf pinta o choque ocorrido entre os dois grupos rivais e a terrível matança que se seguiu à derrota dos nativos. A descrição é um pouco longa mas não deixa de ser interessante e instrutiva. É mais um atestado do rigor com que, de ordinário, tratavam os lusitanos aos infelizes indígenas que ousavam resistir-lhes.

"... de ambas as bandas, escreve o Padre, houve uma peleja muito grande em que se feriram uns aos outros e iam acudindo os *Tremembés*, parte morta a frechadas dos índios da tropa, parte pelouradas dos brancos, que com suas armas de fogo faziam grande estrago; houve naquela ocasião um principal já de muita idade, chamado Midinapá, o qual sentindo-se gravemente ferido se assentou sôbre o chão, pelejando com incrível valor e defendendo-se às frechadas até que um valoroso índio, chegando-se a êle com um terçado que levava às mãos lhe partiu a cabeça e assim o acabou de matar."

---

(70) Documento n.º IV. publicado na «Revista do Instituto do Ceará» n.º IV, 1890, por João B. Perdigão de Oliveira.

"Depois disso cercou-se a ilha ou mangal onde estavam os mais, e entraram os índios de nossas aldeias com tanta fúria, acompanhados dos brancos, que por terem visto feridos alguns seus, começaram a matar tudo quanto havia sem perdão a nenhum nem ainda às mulheres e seus filhinhos, pegando a êstes pelos pés e dando com as cabecinhas dêles pelas árvores que tiravam a vida a todos."

Ocorre naturalmente perguntar a razão de tão grande crueldade para com os vencidos. Por que se houveram os soldados, nessa ocasião, com tanta ferocidade, matando até crianças e mulheres que êles sempre procuravam escravizar?

Em Berredo, que também ventila o assunto, encontramos fácil explicação do caso — "É que as leys ultimas prohibiam absolutamente todo genero de captiveiro..."

Aldeados no fim do século XVII pelos Jesuítas, perto de Camucim (Thèberge), e também nas praias de Lençóis, Tutóia do Gentio, passaram, em 1702, para as margens do Aracatimirim, no Município de Acaraú.

Foi aí o seu primeiro missionário o Pe. José Borges de Novais que, tendo iniciado os trabalhos apostólicos em 1702, faleceu a 2 de dezembro de 1721 (71).

Os *Tremembés* tomaram, embora a contragosto, parte no chamado levante dos *Tapuias,* ocorrido em 1713, sangrenta tragédia a que nos referimos repetidas vêzes e cujos antecedentes não são revelados pelo Pe. João Antônio Andreoni em sua Carta de 15 de junho de 1714.

Por ser documento do maior interêsse, vai aqui transcrita quase integralmente:

"Esta carta que dá notícia do estado espiritual da província do Brasil depois da última, que foi enviada no fim do ano passado. começará por narrar a luta que se deu na Prefeitura do Ceará entre os Selvagens que por tôda parte faziam incursões e os índios, de um lado, e os portuguêses e brasileiros de outro. Esta luta exigiu constante sacrifício dos Padres residentes na povoação de Ibiapaba com os índios domesticados, e lhes fêz correr grande perigo: da sua vigilância dependeu sem nenhuma dúvida a conservação de tôda a povoação.

Os chefes dos soldados residentes nas fortificações se serviram dos índios para lhes prepararem alimento na caça e na pesca para si e os seus; exigiam, quando necessário, que combatessem os inimigos na floresta, e longe de lhes darem alguma recompensa ou de

---

(71) Angyone Costa, em trabalho intitulado «Introdução à Arqueologia Brasileira», (Rio, 1934) diz que o Pe. Miguel Carvalho aldeou os **Tremembés** do Ceará, em 1687. Não temos por fundada esta informação.

lhes pagarem o sôldo, desprezavam-nos e zombavam dêles. Levantando um índio a mão direita contra um dos motejadores, saíram-lhe ao encalço, e tendo-o perseguido inùtilmente, decidiram vingar-se dos índios inocentes na povoação cearense: acometendo o chefe dos índios feriram-no cruelmente; pilharam tudo que encontraram nas casas, levaram cativos para as fortificações, algumas mulheres e meninos. Começaram os índios a meditar uma vingança.

Bem tinham compreendido os *Tapuios,* tribo de selvagens, o que se havia passado; vendo, porém, que os índios não se declaravam em franca revolta, com o fim de vingar também as suas injúrias, pediram-lhe uma só coisa: não se opusessem à guerra que haviam de fazer: o que de fato os índios fizeram, deixando-os livres em suas incursões, a matar os senhores e escravos dispersos pelas fazendas e a apanhar os bois e cavalos que andavam naqueles lugares. Outras tribos foram por êstes levados à carnificina e à pilhagem; o perigo cresceu ainda mais com a entrada dos *Guanacenses.* Êstes mataram à traição, em Parnaíba, o Comandante dos soldados que os tratava mal e não lhes pagava o sôldo, como também assassinaram a mulher do Comandante-em-Chefe, tendo pôsto em fuga os soldados e sentinelas das fortificações, e matando de manhã cedo os que encontraram indefesos; apoderaram-se das armas, pólvora, chumbo, balas e de quase trezentas espingardas.

Esta prêsa levantou os ânimos guerreiros dos *Tapuios,* acostumados a antes combater com os portuguêses com armas desiguais, servindo-se do arco e da flecha, e assim tendo tirado a êstes o seu melhor meio de defesa, resolveram assaltar a Povoação de Ibiapaba, a maior de tôdas naquela região, e ao Comandante-em-Chefe, que fôra à Parnaíba com os índios mais esforçados a fim de fazer cessar os tumultos, e tendo-se descoberto a resolução dos inimigos, enquanto êstes esperavam outros que haviam chamado e passavam inùtilmente o tempo a alimentar-se de carne bovina, tiveram os Padres ocasião de mandar um mensageiro aos ausentes, e pedir armas ao Governador de Fortaleza, ainda que distante 80 léguas da povoação. Neste ínterim o Superior, por necessidade, exerceu com denôdo o cargo de Comandante-em-Chefe dos soldados, já exercitando os índios ao combate e preparando as fortificações, já designando as sentinelas, enviando espias, e procurando mantimentos, ao mesmo tempo que com os outros Padres consolavam as mulheres que choravam segundo seu costume e orava com elas na igreja, pedindo a Deus não entregassem para serem devorados pelas feras sanguinárias aquêles que confessavam seu nome. Vendo-se indefesos e expostos aos ataques dos inimigos, os vaqueiros dispersos naqueles campos se refugiaram na povoação com suas armas e escravos, com o consentimento do Superior. Aumentando, assim, a

fôrça para a resistência, desapareceu entre todos o temor, sendo quase 400 *Tapuios*, alguns feridos, outros postos em fuga e outros, com grande aflição dos Padres, reduzidos ao cativeiro pelos Comandantes que moviam a guerra. Antes, os Padres e os índios haviam sofrido uma grande penúria de alimentos por falta de chuvas. Sobreveio a varíola, que aumentava cada dia, aparecendo uma outra moléstia não menos terrível. Desta morreram muitos meninos e adultos, sendo sepultados com os outros.

O que os contristou mais naqueles meses foi a falta que houve do necessário para a quotidiana celebração do Santo Sacrifício, que difìcilmente se oferecia aos domingos. Durante dois anos não aportou um só navio em pôrto cearense, ou porque naufragassem devido às tempestades, ou porque não eram enviados de Pernambuco no tempo conveniente à navegação..."

Em 1749 a assistência religiosa a êsses indígenas estava confiada a um sacerdote do hábito de S. Pedro.

No ano seguinte, por solicitação do seu Capitão-Mor, Manuel da Rocha de Almeida, que, em 16 de junho de 1749, compareceu ao Palácio das Duas Tôrres, para, pessoalmente, formular o pedido, foram os *Tremembés* mandados transferir para a Vila de Soure.

Narra-se que o diretor daquela vila, para obrigar os índios a segui-lo, mandou incendiar as casas em que viviam.

Como sucedera por tôda parte e em iguais circunstâncias, os recém-chegados não se adaptaram bem ao nôvo meio, nem fizeram amizade com os que aí moravam. Muitos abandonaram a Vila, fugindo uns para os tabuleiros do litoral e desertando outros para a vizinha Capitania do Maranhão (72).

Aos que permaneceram no Ceará, tentou em vão o Diretor da Vila de Soure fazê-los regressar às terras de sua jurisdição administrativa.

A intervenção resultou contraproducente. Os indígenas não quiseram obedecer-lhe, indo alguns dêles se refugiar em Tutóia, fato que o levou a desistir de seus intentos.

Mais tarde, em 1766. o Governador Borges da Fonseca, compadecido da miserável existência que curtiam os *Tremembés*, desamparados de tôda assistência material e moral, vivendo como verdadeiros brutos, reuniu-os novamente na antiga missão da margem

(72) Da lista organizada por João Antônio Cruz Dinis Pinheiro e dada a lume por Lúcio de Azevedo, no trabalho «Os Jesuítas no Grão Pará», Lisboa, 1911, se vê que, no ano 1751, existia uma aldeia de **Tremembé**, no Maranhão. Para ela teriam certamente fugido os tapuios.

do Aracatimirim e deu-lhes um cabo de esquadra do Presídio, de reconhecida capacidade e prudência, para os dirigir, e um soldado de boas letras para que ensinasse os seus meninos a ler e escrever (73).

A Aldeia de Aracatimirim dos índios *Tremembés*, como era chamada por vêzes, tomou, em 1766, o nome de Almofala (74).

Por volta de 1818 existiam ainda na Paróquia de N. S. da Conceição de Almofala índios dessa parentela que, pacìficamente, se dedicavam à agricultura e à pesca.

* * *

Pelas alturas de 1603, habitavam as extremas orientais das costas cearenses cabildas numerosas de índios *Potiguares* ou *Petiguaras*, descidos do Rio Grande do Norte, de onde os expelira o colonizador branco.

Batidos continuadamente na Paraíba e Rio Grande do Norte pelas fôrças congregadas de lusitanos e *Tobajaras*, alguns bandos *Potiguares* deixaram aquelas capitanias levantinas à procura de novas terras. Outros, porém, menos altivos, depunham as armas aceitando o jugo lusitano. Os que assim procederam tornaram-se, mais tarde, auxiliares prestimosos dos reinóis na conquista do Ceará.

A Pêro Coelho e depois aos Jesuítas Figueira e Francisco Pinto acompanharam, como é sabido, numerosos flecheiros dessa nação, alistados no Rio Grande do Norte, Paraíba e mesmo em Pernambuco, onde já os haviam aldeados os seus missionários.

Enquanto as tribos dos territórios vizinhos passavam-se para os portuguêses, os *Potiguares* cearenses permaneciam fiéis aos seus antigos aliados, os franceses, com quem continuavam comerciando largamente.

Eram assaz numerosos quando, em 1603, se defrontaram com a bandeira de Pêro Coelho. Perseguidos e escravizados por êsses expedicionários, seu número decresceu, porém, ràpidamente e, quatro anos depois, ao chegarem aqui os Jesuítas, mandados em catequese por Fernão Cardim, a tribo dos *Potiguares* estava reduzidíssima,

---

(73) Carta de Borges da Fonseca, datada de 9 de novembro de 1766, publicada pelo Barão de Studart — in «Notas para a História do Ceará». Lisboa, 1892.

(74) Essa vila foi em tempos idos soterrada por uma imensa duna que, após muitos anos de lento caminhar, começa agora a descobrir a sua velha Igreja.

Em Almofala tem sido encontrada enorme quantidade de artefatos de pedra dos indígenas cearenses (Vide Carlos Studart Filho, «Artefatos indígenas do Ceará», in «R. Instituto do Ceará»).

vivendo os índios sob o terror constante dos *Tapuias* e portuguêses (75).

O Pe. Figueira, em sua derrota para Ibiapaba, reuniu-os primeiramente à beira da enseada do Paràzinho, onde levantou uma cruz (76), e depois, já de regresso de sua missão evangélica, novamente os ajuntou na margem do Rio Ceará, encetando aí a fundação da Aldeia de S. Lourenço (77).

A animosidade dos *Potiguares* contra os portuguêses foi aqui das mais agressivas [redacted].

Sofreram, não raro, seus funestos efeitos os caçadores de âmbar que, vez por outra, perlustravam nossas praias em busca do precioso produto.

Um fato de grande repercussão no cenário de nossa história veio, porém, modificar êsse estado de coisas.

Durante a expedição de 1603, um principal potiguar, chamado Jacaúna, se afeiçoara a Martim Soares Moreno, môço do séquito de Pêro Coelho, que chegou a ser mais tarde poderoso vínculo de ligação entre brancos e índios.

A simpatia do chefe limitava-se, todavia, à pessoa do destemido aventureiro lusitano. Dos seus conterrâneos, êle e o bando continuavam arredios e temerosos.

Os ingentes esforços empregados por Martim Soares, quando serviu como Tenente da fortaleza do Rio Grande do Norte, a fim de captar para seus patrícios as boas graças desta gente, resultaram inúteis durante muito tempo.

A primeira vitória contra as suas prevenções alcançou-a êle em 1611.

Vindo mais uma vez ao Ceará, conseguiu que os gentios o auxi-

---

(75) «Vendo eu q' os mais não q'rião vir, procurei então os ajuntar todos p. q'em todo aquelle certão do Jaguaribe aonde dantes havia grandissº nº de aldeas agora serão por todos grandes e pequenos, como oitocentas almas, os quaes estão em sete ou oito aldeas», lê-se na «Relação do Maranhão», precioso documento publicado na Revista do Instituto do Ceará, pelo Barão de Studart.

(76) «De todos ajuntey os principaes e os persuadi se ajuntarem a roçar em certa parte mais acomodada traçando-lhe as casas e levantando-lhe uma fermoza cruz de cedro cõ seu ttº cousas q' eles estimão muito e lhe pus o nome de aldea de S. Lourenço por serem seu dia levãtada a crus» escreveu Luís Figueira.

(77) Baseados talvez nas instruções entregues aos Pes. Luís Figueira e Francisco Pinto, em as quais se lhes recomendava «que antes de passarem adiante chegassem ao Ceará, onde tinha estado Martim Soares Moreno, para temperarem os ânimos d'aqueles índios notàvelmente azedos com o destempêro de Pero Coelho» quase todos os autores afirmam que a Aldeia de S. Lourenço foi erigida pelos Jesuítas quando seguiram para a Serra Grande. A carta do próprio Figueira, a que já nos referimos, contraria, porém, formalmente êsse modo de pensar.

liassem a tomar de assalto uma embarcação francesa que arribara ao Mucuripe e matassem tôda a tripulação nela embarcada.

Ficava assim rôta a amizade quase secular entre *Potiguares* e louros *Mairs*: agora tinham de aliar-se aos odiados *Perós*. (Capistrano de Abreu.)

De Jacaúna obteve ainda que mandasse um filho como emissário à Bahia, solicitar de D. Diogo de Menezes, Capitão-General do Brasil, pazes e que um padre assistisse e doutrinasse os índios de sua taba, levando-lhe, como penhor da nova aliança, os troféus colhidos no combate do Mucuripe.

No ano seguinte. veio Martim Soares estabelecer-se no Ceará. Os *Potiguares*, que estavam reunidos em quatro aldeias junto à barra desta província, não mais hostilizaram os colonizadores.

"Tem esta nova Colônia quatro aldeias de índios de que é senhor um índio chamado Jacaúna muito bom índio e que me quer muito", escreveu o próprio Capitão-Mor na "Relação do Ceará".

O poderoso chefe indígena tornou-se, desde então, grande amigo dos portuguêses, ajudando-os não só na construção da ermida de N. S. do Amparo, como também na defesa contra as investidas de piratas estrangeiros que aqui vinham comerciar.

A relação entre *Potiguares* e colonizadores foram mais ou menos cordiais até 1631 (78).

Com a partida de Martim Soares para Pernambuco, onde foi servir nas guerras flamengas, tudo mudou.

Não tendo a contê-los o pulso forte do fundador do Ceará, nem a grande autoridade de Jacaúna (79), começaram os índios mansos a hostilizar a gente do Presídio.

Depois da morte de Domingos da Veiga, seu sucessor imediato, a situação da Colônia tomou outro caráter, ainda mais grave.

Trabalhados por agentes ao serviço da Holanda, puseram-se os *Potiguares* em franca rebeldia, chegando mesmo a despachar uma embaixada para Pernambuco a fim de convidar o Príncipe de Nassau a mandar tomar posse da Capitania e oferecer-lhe apoio contra os lusitanos.

O Príncipe aceitou a aliança proposta, ordenando que o Major George Gartsman ocupasse a terra que lhe era oferecida por tão pouco preço.

---

(78) Em 1627 os habitantes de uma das aldeias se amotinaram, fato êste que não teve, todavia, conseqüências dignas de nota. Tal ocorrência foi comunicada ao Rei de Portugal por Francisco Coelho de Carvalho, 1.º Capitão-General e Governador do Maranhão, em carta de 6 de fevereiro de 1627.

(79) O silêncio dos documentos e crônicas em tôrno do nome de Jacaúna, induz-nos a crer que o chefe potiguar já então houvesse desaparecido.

Aportando a expedição ao Ceará, apressaram-se os gentios a auxiliar os batavos que, depois de desembarcarem nas proximidades do Mucuripe, assaltaram o reduto de S. Sebastião, única praça forte existente na Capitania, tomando-o fàcilmente e fazendo prisioneira a guarnição.

O fato ocorreu a 26 de outubro de 1637.

Cabe reafirmar aqui, juntando novos documentos, o que já alhures dissemos a propósito das causas que levaram os *Tupinambás* da região cearense a se rebelarem (80).

A revolta contra os reinóis não foi, como pensam e escrevem cronistas lusitanos e historiadores nacionais, uma conseqüência natural da índole volúvel do indígena, uma simples explosão de instintos rapaces mal adormecidos ainda hoje na alma dos caboclos nordestinos que dêles descendem. A rebelião dos índios, em 1637, deve ser considerada, como, aliás, já o acentuou Varnhagen, um golpe de mão hàbilmente preparado pelos holandeses.

Sua origem remonta, com efeito, a 1625, data em que a esquadra do Almirante Boudewyn Hendrickson, que regressava da cidade do Salvador, fundeou na Baía da Traição, daí levando para os Países Baixos vários dos nossos gentios. Êsses silvícolas, que ali aprenderam o holandês e as doutrinas da religião reformada, voltaram mais tarde ao Recife e, internando-se pelos sertões nordestinos, espalharam a notícia do domínio batavo em Pernambuco e se fizeram seus propagandistas.

No número dos que foram às Províncias Unidas, estavam Gaspar Paraupeba e André Francisco, índios do Ceará, que devem ter sido encarregados de rebelar os que ainda permaneciam fiéis à Coroa espanhola (81).

Da leitura da "História" ou "Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais", escrita por Joannes de Laet e traduzida pelos Srs. Dr. José Higino Duarte Pereira e Pedro Souto Maior, se sabe igualmente que, em 1631, o Comandante Smient aqui veio no Nieuw Nederlandt, trazendo, por ordem do Supremo Con-

---

(80) Carlos Studart Filho — «Notas para a História das Fortificações do Ceará» — Fortaleza, 1930.

(81) No livro oitavo dos «Anais dos feitos da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais», se lê:

«Já contamos antes que o commandeur Smient, com o índio vindo em comissão aos nossos e os que haviam morado na Holanda, foi mandado ao Ceará para tratar com os Tapuyas que vivem naquella região. Partiu do Recife com o navio Nieuw Nederlandt e com a sua chalupa no dia 13 de outubro, chegou perto do Pôrto Francês ao pôr do sol e seguiu ao longo da costa...»

selho do Recife, alguns índios que foram desembarcados nas proximidades da enseada do Mucuripe, a duas léguas do Fortim de São Sebastião.

Tinham êles a missão secreta de amotinar os *Tapuias* e *Potiguares* cearenses e negociar a entrega da praça.

Pouco tempo durou porém a fidelidade dos índios a seus novos aliados holandeses.

As duas raças eram demasiado díspares para se compreenderem e tolerarem. A separá-las havia fundos preconceitos étnicos. Os batavos. que tinham por tôda parte no Brasil a constante preocupação de atrair à sua causa o indígena, agiram aqui de modo inteiramente diverso. No Ceará, a sua política em relação aos *Potiguares* não diferiu da dos portuguêses. Era opressora, cruel e, sobretudo, desonesta. O luso afligia o nativo com violência de tôda sorte e impunha, aos que lograva reduzir à escravidão, o opróbrio de pesadas tarefas; o holandês, por seu lado, obrigava-os a rudes labôres, sob a promessa de uma remuneração sempre esquecida ou adiada. Os índios ficavam, assim, meses e meses sem receber o jornal a que tinham direito pelos trabalhos realizados.

Ora, foi justamente a falta de pagamento de salários aos selvagens mansos que labutavam nas salinas da Companhia que os levou à revolta ocorrida no ano de 1644.

Não podendo mais suportar a situação que lhes era imposta, recorreram às armas, tomando o Fortim de S. Sebastião e trucidando os que ali encontraram.

Entre os estrangeiros imolados à sanha sanguinária dos brasis, figura o Comandante Gedeon Morris, que tanta ascendência julgava ter sôbre êles e que havia sido até então, conforme se sabe, medianeiro entre brancos e filhos do País.

Existiam então no Ceará apenas duas povoações de índios tupis avassalados: uma situada a duas horas do Fortim e a outra a quatro.

"Os habitantes, dizia Van Han em sua carta de 17 de abril de 1683, têm duas aldeias, uma grande e uma pequena. Uma delas está a duas horas de viagem daqui e a outra a quatro, cada uma tem o seu principal; o da Aldeia Grande chama-se Diogo Algedor, o da pequena Koiaba" (82).

---

(82) Diogo Algedor ou Algodão é, provàvelmente, um filho de Jacaúna. O mesmo talvez que, em 1611, fôra mandado à Bahia, a instâncias de Martim Soares e que depois, com a idade de 18 anos, embarcou na Armada de Jerônimo de Albuquerque. Isso nos parece mais certo do que identificá-lo com o chefe Algodão, que se comunicou com os Pes. Figueira e Francisco Pinto na Ibiapaba, onde levara o desejo de falar aos Padres.



OS DONOS DA TERRA VIOLADA. Os índios do Ceará que combateram a entrada de Pêro Coelho de Sousa, segundo a interpretação de um artista português antigo

Quando ocorreu a 2.ª invasão neerlandesa, em 1649, os *Potiguares* acolheram com demonstrações de simpatia a Matias Beck que, valendo-se de presentes e dádivas, conseguiu viver com êles em relativa harmonia até 1654.

Vê-se, da Planta do Forte de Schoonenborch, levantada em abril de 1649, que os índios encontravam-se então reunidos em três aldeias: duas situadas à margem direita do Rio Ceará e cujos Principais eram Francisco Caraia e Francisco Aragiba, e a outra, chamada Aldeia de Pirapedoba, estava plantada um pouco mais para o interior.

A Aldeia de Pirapedoba, ou de Paraipaba, como vem designada no "Diário de Matias Beck", era, nessa época, chefiada por um tuchaua de nome João Amaniju-pitanga.

Ao ser restabelecido, em tôda plenitude, o poder lusitano no Nordeste do Brasil e entregue, a 20 de maio de 1654, a Capitania do Ceará aos portuguêses, houve uma debandada geral dos índios amigos dos batavos. Muitos *Potiguares*, receando o desfôrço dos recém-vindos, abandonaram precipitadamente o litoral, refugiando-se na Ibiapaba.

O Pe. Antônio Vieira, narrando o fato na "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", diz que os brasilienses "temendo que os portuguêses, como tão escandalizados, aplicariam as armas vitoriosas à vingança, que tão merecido tinham, e obrigados de certo rumor falso de que os brancos iam levando tudo à espada, lançaram-se cega e arrebatadamente aos bosques com suas mulheres e filhos onde muitos pereceram à mão dos *Tapuias* e os demais se encaminharam às serras de Ibiapaba, como refúgio conhecido e valhacoito seguro dos malfeitores".

O Chefe Algodão retirou-se com os seus para Camucim (83), de onde só veio a regressar dois anos depois.

Os índios mansos, que se deixaram ficar com os portuguêses, continuaram ocupando as aldeias que se localizavam nas proximidades do antigo Fortim de S. Sebastião e eram conhecidos apenas pelo nome dos chefes ou principais que as dirigiam.

A época em que se deu a mudança dêsses agregados humanos para os lugares que vieram depois a ocupar não pôde ser determinada ainda com a necessária precisão. Nenhum dos documentos coevos que conhecemos esclarece satisfatòriamente a questão (84).

---

(83) Carta do Capitão-Mor do Ceará, Domingos de Sá Barbosa a El-Rei, em 9 de fevereiro de 1656.

(84) Equivoca-se Thèberge, quando assevera que a Aldeia de Parangaba foi estabelecida por Martim Soares perto da lagoa do mesmo nome. Essa opinião é, aliás, partilhada por Cândido Mendes de Almeida em sua «Introdução às memórias para a «História do Extinto Estado do Maranhão», Rio, 1874.

Sabemos, todavia, que a idéia de solicitar a retirada das aldeias do local onde estavam e sua fusão em um único povoado, partiu dos Pes. Jacó Cócleo e Pêro Francisco Cassali, jesuítas que aqui chegaram, entre 1661 e 1662, para pregar as verdades cristãs (85). Ao formular tal pedido ao Governador de Pernambuco, sugeriam êles que todos os nativos fôssem transferidos para o sítio da *Moruga*, localizada a quatro léguas da fortaleza para o sertão.

Comandava os índios tupis do Ceará, por essa época, na qualidade de Capitão-Mor, o Principal João Algodão, chefe que lhes fôra impôsto pelos portuguêses em substituição a Francisco Cariúba.

Em 1665, já os *Potiguares*. amigos dos portuguêses, formavam uma única aldeia que, sob o nome de Bom Jesus da Aldeia de Parangaba (86), teve assento inicialmente em Mondubim, onde o Rei de Portugal mandou dar aos moradores uma légua para seu sustento.

Ao ponto onde se acha hoje, só passou, diz-nos Antônio Bezerra, quando foi, a 25 de outubro de 1759, erigida em Vila com o título de Vila Real de Arronches, pelo Desembargador Bernardo Coelho da Gama Casco (87).

Os Principais das aldeias dos brasilienses eram, em 1666, João Algodão e Francisco Aragiba (88), os mesmos chefes que, anos antes, tinham mandado ratificar as pazes, por êles prometidas aos colonizadores lusitanos, quando êstes recuperaram a Capitania do Ceará.

De Parangaba destacaram-se, logo depois de 1680, grupos de índios, que foram constituir as Aldeias de S. Sebastião de Paupina, que já existia em 1692, como se vê da carta escrita pelo Almotacé Antônio Luís Glz da Câmara Coutinho ao principal desta localidade.

---

(85) Provisão que o Governador da Bahia, Francisco Barreto, passou aos Pes. Missionários da Companhia, em 17 de abril de 1662.

(86) Veja-se a ordem expedida em 8 de dezembro de 1666, do Ajudante Filipe Coelho de Morais, pelo Capitão-Mor João de Melo Gusmam.

(87) Antônio Bezerra, «Algumas Origens do Ceará», Fortaleza.

(88) Êsse Francisco Aragiba não deve ser o mesmo Francisco Aragiba (N.º 1) o mais velho dos principais cearenses que, em 1649, acolheram bem a Mathias Beck e que foi pelo chefe branco encarregado de reatar as amizades dos batavos com os **Tobajaras**, rôtas por ocasião do grande levante dos índios da Capitania. Deve, sim, ser aquêle de que fala Antônio Mendes, Cabo das tropas de Pernambuco, em seu requerimento ao Rei, feito em 28 de novembro de 1659. Nêle diz o peticionário ser Francisco Aragiba grande servidor e vassalo de S. M., na Capitania do Ceará, «onde com tanto valor tem defendido e defende as terras de S. M.»

Dela se originaram também Caucaia, a que dirigiam parentes ou descendentes de Algodão (89) e a Aldeia Nova de Pitaguari, ou Parnamirim, cujos habitantes lhe foram, mais tarde, por volta de 1735, reincorporados. Isso foi feito em virtude da Ordem Régia, de 22 de outubro daquele ano, mandando os Religiosos da Companhia de Jesus se encarregarem das seis aldeias de índios existentes, no distrito da Freguesia do Ceará, que ficariam reduzidas a quatro.

Tais núcleos demográficos já existiam em 1694. Quatro — Caucaia, Parangaba, Paupina e Parnamirim — eram índios tupis e dois de *Jaguaribaras*. Tôdas estavam fartamente habitadas, como se vê da carta de Morais Navarro, datada de julho de 1694, e escrita na Bahia.

Em virtude da Ordem Régia de 24 de setembro de 1758, as aldeias dos *Potiguares* passaram à categoria de Vilas. Caucaia, a 15 de outubro de 1759 com o nome de Vila Nova de Soure e Paupina a 1.º de janeiro de 1760, sob a denominação de Vila Nova de Messejana.

Os *Potiguares* cearenses, uma vez pacificados, prestaram aos portuguêses assinalados serviços. Não só figuraram ao lado dêstes conquistadores em quase tôdas as campanhas internas que aqui levaram a efeito depois de 1666, contra os tapuias *Cariris*, como foram por êles utilizados em expedições guerreiras postas em execução fora da Capitania.

Durante a luta contra o domínio holandês, Martim Soares conduziu consigo para o Arraial de Bom Jesus, em Pernambuco, numerosos guerreiros desta tribo, dêles já se tendo feito acompanhar quando fôra ao Maranhão, reconhecer os franceses que aí se haviam estabelecido.

Um contingente de *Potiguares* seguiu, em setembro de 1614, na armada de Jerônimo de Albuquerque, que demandava a Ilha de S. Luís, e outro, não menos numeroso e aguerrido, embarcou na frota de Alexandre de Moura com igual destino.

Em 1691, eram os homens válidos de Parangaba e Paupina requisitados pelo Mestre-de-Campo Matias Cardoso de Almeida ao Governador-Geral, Antônio Luís Gonçalves da Câmara Coutinho, a fim de servirem sob suas ordens na chamada Guerra dos Bárbaros, independentes da jurisdição do Capitão-Mor do Ceará.

---

(89) Os Algodões, logo que se instituíram as Aldeias de Parangaba e Paupina, aparecem cognominados Soares Algodão.

É o primeiro, João Soares Algodão, desde o ano de 1665, segundo José Soares Algodão em 1705, terceiro, Sebastião Soares Algodão em 1739, quarto, João Soares Algodão, e êste ainda em 25 de outubro de 1759, na inauguração da vila nova Real de Arronches, para cujo govêrno é eleito juiz ordinário (A. Bezerra).

No ano seguinte, o Governador Câmara Coutinho louva, em carta aos Principais de Parangaba e Paupina, o grande valor e a fidelidade com o que os seus comandados se haviam portado na guerra, prometendo levar o fato ao conhecimento do Rei.

Os habitantes dessas duas aldeias cedo receberam, do Govêrno lusitano, terras para as suas lavouras, pois já em fevereiro de 1699, recomendava o Monarca ao nôvo Governador de Pernambuco, D. Fernando Martins Mascarenhas de Lencastro, que não consentisse em extorsões de terras aos índios de Paupina e Parangaba.

A 2 de junho de 1718, Manuel da Fonseca Jaime concedeu, por data de sesmaria, ao Chefe Algodão e mais índios de Parangaba, uma posse de terra na Serra de Maranguape (B. de Studart).

Anteriormente. a 25 de fevereiro de 1707, Gabriel da Silva Lago dera a Tomé Dias, principal dos índios de Parangaba, por data de sesmaria, tôdas as sobras das terras existentes desde a Lagoa Caracu (Acaracuzinho), correndo para a Serra de Sapupara e pela costa da Serra de Maranguape (Pe. R. da Cunha).

Por O. R. de 23 de novembro de 1741, e assentimento da Junta das Missões de Pernambuco, se mediu e demarcou para êles mais uma légua de terras em quadro de três mil braças (B. de Studart).

Aos índios de Paupina se fêz, a 12 de janeiro de 1722, mercê de terras na Serra de Pacatuba.

Em 20 de abril do mesmo ano, Manuel Francês concedeu ao chefe e mais moradores da Aldeia Nova, por data de sesmaria, as terras que cultivaram ao pé da Serra de Pitaguari, as faldas daquela serra até encontrar com a data dos índios de Paupina na Serra de Pacatuba, e do dito Pitaguari até a Serra de Sapupara (B. de Studart).

TRIBOS SERRANAS. Dominavam os altiplanos da Ibiapaba os *Tobajaras* ou *Tabajaras,* índios da língua geral e afiliados dos *Tupiniquins,* que aí se haviam estabelecido muitos lustros antes da conquista do Ceará.

O território sujeito às suas armas estendia-se até às proximidades da atual Cidade de Camucim, sendo as aldeias em que habitavam numerosas e vastas.

As malocas mais importantes da tribo eram, ao tempo da 1.ª tentativa de ocupação da nossa terra, comandadas por Irapuan e Jurupariaçu (90), o grande chefe a quem o Pe. Vieira chama Taguaibunuçu (91).

---

(90) A vida de Jurupariaçu constitui um interessante capítulo da nossa história colonial. É Diabo Grande, em 1604, a alma da resistência aos Portuguêses, defendendo com infatigável constância e energia as terras da Ibiapaba, contra as investidas de Pêro Coelho e sua tropa.

(91) Tagaibuçu ou Taguaibunuçu era ainda principal dos **Tabajaras** em 1649.

Como sucedera em outros cantos do Brasil, o primeiro contacto com os aventureiros portuguêses foi aqui igualmente fatal aos *Tobajaras*. Assim, a chegada de Pêro Coelho à Serra tornou-se para êles, o marco que assinala o início da derrocada material. Batidos nos sucessivos encontros que tiveram com as tropas lusitanas, de tal horror se tomaram os índios que nada menos de 70 aldeias emigraram para o Maranhão e aí pereceram vitimados pela varíola e pelo ódio dos tapuias e franceses.

"Indo nos cinquo leguas da Aldêa nos alcanssou hu mancebo que trazia novas de como erão vindos hus poucos de índios reliquias de 70 aldeas que cõ medo dos brãcos e p. se verem livres dêles fu-

---

Da luta cruenta travada entre reinóis, de um lado, e franceses e Tobajaras, do outro, e da brilhante vitória dos primeiros com o aprisionamento de dez franceses, se tem notícia pela narrativa feita no capítulo XXXVIII da «História do Brasil», de Frei Vicente do Salvador.

Do assunto se ocupou, também, o Pe. Cláudio d'Abbeville na «Histoire de la Mission des Pères Capucins en l'Isle de Moragnan», mas confundiu lamentàvelmente os sucessos ocorridos nas duas primeiras expedições portuguêsas que foram à Serra da Ibiapaba: a guerreira com a de catequese; a de Pêro Coelho com a de Francisco Pinto. Mais tarde, já feitas as pazes entre **Tobajaras** e conquistadores, e à sombra da taba de Diabo Grande que os acolhe com respeito, que os Pes. Jesuítas Figueira e Francisco Pinto descansam das fadigas da viagem antes de iniciarem sua obra benemérita de catequese.

Depois aparece o célebre morubixaba aliado aos soldados de Jerônimo de Albuquerque, batendo as outras tribos da região.

De Jurupariaçu, faz Catunda o seguinte e fantasioso retrato psicológico: «Era a personificação dos vícios e qualidades da raça: bravura ruidosa e teatral, retórica fácil e obscena, dissimulação, perfídia, incapacidade do bem, inteligência pronta do mal, instintos rapaces. Entenebrecia-lhe a fronte melancólica feroz, como se a voz interior lhe segredasse o martirológio de sua posteridade através da história, em cuja esfera ia aparecer, porém transfigurado pela infusão de sangue mais nobre.»

O Pe. Ivo d'Evreux pretende que Diabo Grande era mameluco, filho de um francês com uma nativa e, portanto, amigo e aliado natural dos franceses.

Isso talvez explique o incidente havido, em 1612, entre os soldados do séquito de Jerônimo de Albuquerque e os silvícolas de Jurupariaçu e de que nos dá conta Diogo de Campos Moreno.

Catunda, estribado no cronista luso, narra-o da seguinte forma:

«Continuavam, entretanto, os índios da Ibiapaba nas lutas de extermínio de uns contra outros. Para bater, senão para exterminar a uma dessas tribos inimigas, se dirigiu Jurupariaçu ao Forte de N. S. do Rosário e, feitas pazes com os portuguêses, ao Comandante pediu que lhe desse auxílio. Acompanharam-nos dois soldados que com os seus mosquetes e ajudaram a desbaratar os contrários. Obtido êsse resultado, Jurupariaçu comeu os prisioneiros, e premeditou fazer o mesmo a seus hóspedes e auxiliares como prova de gratidão; plano que deixou de realizar pela intervenção de uma de suas mulheres de nome Itabée.»

lhe fizerão guerra, ajudado-os também a peste que lhes deu", escreve o reverendo Pe. Pinto, na "Relação da Ibiapaba".

Não é êsse, porém, o único depoimento que temos acêrca do terror pânico que aos índios cearenses infundiram os componentes da bandeira paraibana. Os dizeres do Pe. Pinto coincidem perfeitamente com as informações deixadas, em seu "diário" de 1610, pelo traficante holandês Hendryck Hendryckssen d'Ackersllot (92).

Quando os holandeses invadiram o Ceará, em 1637, os *Tobajaras*, cujos chefes mais famosos então se chamavam Taguaibuçu, Caragoatai e Tiuma ou Ticuna, fizeram-se amigos e aliados dos novos conquistadores.

Capitaneados por Gedeon Morris e depois por Jacó Evans, dezenas de guerreiros dessa tribo seguiram para o Maranhão a dar girão e forão acabar no Maranhão as mãos dos tapuias e frãceses combate aos portuguêses e mesmo aos índios de sua própria nação que permaneciam fiéis à causa lusitana.

Ingratos se mostraram, porém, os filhos dos Países Baixos para com os gentios cearenses.

Batidos em S. Luís, em 1644, e daí expulsos pelas fôrças vitoriosas de Antônio Teixeira de Melo, os invasores fugiram por mar para Pernambuco, centro onde se firmara o domínio neerlandês no Brasil Norte-Oriental. De passagem pelo Ceará, alijaram de seus barcos, como uma carga incômoda, os homens que os haviam auxiliado a combater os luso-brasileiros, abandonando-os à sanha dos tapuias, seus inimigos, nas praias desertas de Camucim.

Profundamente ofendido com essa atitude tão pouco condizente com as normas de gratidão, assentaram os nativos tirar vingança. Nesse intuito, chefiados por Tiúna, dirigiram suas armas contra o reduto estabelecido pelos batavos nas margens do Rio Camucim, que corta aquelas praias. Vitoriosos, a nenhum dos soldados da guarnição do Presídio pouparam a vida. A seguir, surpreenderam também o fortim holandês de Jericoaquara, matando a todos os ocupantes.

Cinco anos depois dêsses trágicos acontecimentos que, pela segunda vez, erradicavam do solo cearense a raça branca, voltaram os holandeses ao Ceará.

Vinham agora animados do desejo de se locupletarem com as riquezas minerais que julgavam existir em pontos vários da Capitania.

---

(92) A defecção dos índios para o Maranhão pouco diminuiu o número de hordas que habitavam a Ibiapaba. Naquele extenso platô vinham constantemente aposentar-se as tribos alhures vendidas na áspera peleja contra o invasor estrangeiro ou tangidos das vizinhas capitanias do Nordeste pelas aperturas da concorrência vital. Êsse movimento emigratório, iniciado antes mesmo da época da conquista da Paraíba pelos lusitanos, tomou depois dela ainda maior incremento.

A Ibiapaba era então considerada como um dêsses pontos privilegiados e, para poderem explorá-la sem maiores tropeços, empenharam-se em firmar novas pazes com os *Tobajaras*.

Entabuladas as negociações neste sentido, por intermédio do índio Francisco Aragiba, principal dos *Potiguares*, do Ceará, cedo chegaram elas a bom têrmo e a melhor harmonia estabeleceu-se entre ambas as parcialidades.

Muito ingênuos, os gentios da Serra se deixaram de tal forma empolgar pelos brancos que quase se tornavam voluntàriamente seus escravos.

O Pe. Vieira, tratando do fato com uma natural pontinha de despeito, assim se expressa:

"Pode com tudo tanto a indústria e a manha dos holandeses que, com a dissimulação e liberalidade, tornaram depois a reconciliar os ânimos desta gente, e não só os fizeram amiga, mas a renderam e sujeitaram de maneira que quase se deixaram presidir dêles em suas aldeias, não havendo nenhuma em que não estivessem como de sentinela alguns holandeses."

Após a expulsão dêsses intrusos, os *Tobajaras* mais se arraigaram às suas grosseiras usanças, continuando, sempre, pouco inclinados a estabelecer relações de amizade com os portuguêses.

Do que se pode concluir do trecho abaixo, transcrito da "Relação da Missão da Serra da Ibiapaba", da autoria do citado Pe. Vieira, muitas foram as vítimas de sua ferócia.

"É tôda esta costa cheia de muitos baixos, escreve o Padre, que com o vento e correntes das águas se mudam freqüentemente; e foram muitos navios de diferentes nações que aqui fizeram naufrágio, os quais eram despejos da cobiça de crueldade e de gula dos *Tobajaras*, porque tudo o que escapava do mar vinha cair em suas mãos, roubando aos miseráveis naufragantes as fazendas, tirando-lhes as vidas, e comendo-lhes os corpos.

E depois que a experiência ensinou aos mareantes a se livrarem dos perigos da costa, inventou nêle a voracidade e a cobiça desta gente outro gênero de baixios, e mais cegos em que muitos faziam os mesmo naufrágio.

Iam os mais ladinos dêles aos navios que passavam de largo, prometiam grandes tesouros de âmbar pelo resgate das mercadorias que levavam, e quando saíam com elas em terra os compradores, sucedia-lhes o que nestes últimos anos aconteceu a uma nau da Companhia da Bôlsa, de que era Capitão Francisco da Cunha, e qual de baixo destas promessas de âmbar mandou a terra trinta soldados, e saindo da praia ao rôlo do mar outros trinta índios forçosos para os tirarem às costas assim atacados consigo os meteram mato dentro, e os matarão e cozinham com grande festa, e os come-

ram a todos não vendo os que ficaram na nau mais que o fumo dos companheiros, que não cheirava a âmbar, porque esperavam."

Em defesa do nativo poder-se-ia alegar que, depois da morte de Francisco Pinto, sacrificado à sanha sanguinária dos *Tacariús* da Serra Grande, os *Tobajaras* ficaram quase meio século sem assistência religiosa (93).

Só em 1656, foi que o Pe. Antônio Vieira, superior da Missão jesuítica do Maranhão, resolveu promover novamente a catequese daqueles gentios, para lá mandando os Pes. Pedro Barbosa de Pedroso e Antônio Ribeiro.

Assim procedendo, visava Vieira não apenas a chamar ao grêmio da Igreja novos prosélitos, mas, sobretudo, combater as idéias heréticas aí implantadas pelos índios fugitivos de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Dois anos após o início das missões e graças aos incessantes esforços do Pe. Ribeiro, contava a Igreja nada menos de 2.500 catecúmenos.

Não caíra. porém. a boa semente do evangelho em terreno propício. O espírito de rebeldia, inato no índio, continuava a dominá-lo de quando em vez. Tanto é que, em 1662, dirigidos pelo Principal D. Simão Togoaibuna, amotinaram-se, expulsando as fôrças do Cabo Manuel Carvalho Fialho, que lá estava a serviço do Governador do Maranhão, Rui Vaz de Siqueira.

Nessa ocasião os Pes. Missionários acharam mais prudente abandonar a Ibiapaba e recolher-se a S. Luís, apesar da oposição obstinada e dos pedidos dos rebeldes que tudo fizeram para retê-los.

Diz-nos Bettendorf, que Manuel Carvalho fôra mandado à Serra com 25 soldados e muitos índios a pretexto de ver se os missionários necessitavam de algum socorro mas, em verdade, para resgatar âmbar para aquela autoridade administrativa (94).

---

(93) Os **Tobajaras** foram os primeiros silvícolas da Ibiapaba a terem contacto com os Jesuítas. Doutrinaram-nos os Pes. Luís Figueira e Francisco Pinto, em 1607, mas sem resultados apreciáveis.

No decorrer dessa missão de paz perdeu a vida o Pe. Francisco Pinto.

(94) Na ocasião dêsse levante um tuchaua de nome André Cataí, ou Caroatahi, e mais 400 índios de sua tribo, afeiçoados aos Padres, se retiraram para o Maranhão e aí se aldearam.

Um documento datado de 12 de dezembro de 1666, diz que André Caroataí, regressando, mais tarde, ao Ceará, com intenção de ir-se estabelecer em Jericoaquara, fôra assaltado em caminho pelos **Acahamasuas**, morrendo êsse principal e quase tôda sua gente.

É interessante notar-se que meses antes, em 1660, indo o Pe. Vieira em visita às Missões da Ibiapaba, os *Tobajaras* haviam, em suas mãos, jurado vassalagem ao Rei de Portugal (95).

Durou a luta muito tempo. D. Simão, o promotor do motim, foi prêso alguns meses depois de iniciado o levante, em 1663, pelo Alferes Filipe Coelho de Morais (96), mas os índios nem por isso se submeteram.

Ainda em 1673 não estava pacificada aquela gente. Do regimento dado, em 25 de novembro dêsse ano, ao Tenente Manuel Pereira da Silva pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, para ir à Serra da Ibiapaba, consta que os missionários do Ceará lhe haviam feito presente "quanto convinha ao serviço de Deus e de S.A. irem em missão as terras da Ibiapaba a trabalharem do bem das almas da nação dos *Tobajaras* os quais estavam há anos faltos dos Sacramentos que lhe administravam os Religiosos da Companhia" (97).

Frei Francisco de Sá foi o sacerdote designado para, nessa ocasião, praticar os gentios da Serra e fazê-los reatar as relações com os portuguêses.

Missionava-os em 1692 o Pe. Melo Pedroso, que conseguiu descer com destino à Ribeira do Açu mais de 600 silvícolas dessa nação (98).

Na obra de catequese dos *Tobajaras* do Ceará. distinguiram-se, sobretudo, os Pes. Ascenso Gago, João Guedes e Rogério Corsino, em cuja administração foram expulsos os Jesuítas e criadas as vilas e vigararias dos Índios.

À povoação cristã da Serra da Ibiapaba, que se desligara do Maranhão em 1720, ficando então a pertencer a jurisdição de Pernambuco, chamou-se, a princípio, Missão da Ibiapaba, e, depois, Aldeia de N. S. de Assunção da Ibiapaba.

Por proposta do Mestre-de-Campo da Conquista do Maranhão e Piauí, Bernardo Carvalho de Aguiar, e Resolução Régia de 13 de outubro de 1718, êsse núcleo demográfico conhecido, também, pelo nome de Aldeia da Serra da Ibiapaba, fôra desanexada do Govêrno do Ceará para o de Piauí.

---

(95) A história dessa missão de catequese, e das inúmeras provações sofridas pelos Padres, vem descrita em seus detalhes na obra intitulada «Voz Histórica», do célebre Pe. Antônio Vieira.

(96) Carta escrita da Bahia por Francisco Barreto em 18 de março de 1663, ao Alferes Filipe Coelho.

(97) Doc. II, publicado por Antônio Bezerra na Rev. do Inst. do Ceará, Tomo XVI, Ano 1902.

(98) Êsses índios não chegaram a seu destino. Foram situados a 10 léguas ao N. da Fortaleza de Nossa S. d'Assunção, onde passou a assistí-los o padre Ascenso Gago.

Tal ordem seria, porém, revogada mais tarde pela C. R. de 31 de outubro de 1721.

No ano seguinte, outra C. R. confirmava a primeira, isentando definitivamente da alçada do Estado do Maranhão os gentios da Serra Grande.

Por essa época, eram moradores da antiga Aldeia da Ibiapaba também os tapuias *Anacés, Arariús* e *Camacus.*

Sua elevação à categoria de Vila, sob o nome de Vila Viçosa Real, ocorreu em 7 de julho de 1759.

Aos índios da Aldeia de N. S. de Assunção da Ibiapaba doou, em 1.º de outubro de 1716, D. Lourenço de Almeida uma data de sesmaria de 2 léguas de comprido e 1 de largo (B. de Studart).

Dois anos mais tarde, em 20 de janeiro de 1718, a pedido do jesuíta Pe. Francisco Lira, Superior da Missão da Ibiapaba, Manoel da Fonseca Jayme fêz concessão de 7 léguas de terra aos indígenas da Ibiapaba, sendo duas ao Mestre-de-Campo D. José de Vasconcelos, 2 ao Capitão-Mor D. Sebastião Saraiva e 3 a D. Jacó de Souza Castro e as suas gentes (B. de Studart).

A D. José de Vasconcelos foram ainda concedidas pelo Capitão-Mor Salvador Alz. da Silva mais duas posses de terra: uma de duas léguas de comprido e uma de largo, na várzea de nome Sununga, entre o Rio Timonha e o Riacho Tauiyi, e outra de meia légua de comprido no Sítio Japebebe (B. de Studart).

Por uma Resolução Régia, de 5 de dezembro de 1620, tomada em consulta do Conselho Ultramarino, doou-se aos índios da Ibiapaba a terra que fica em cima da serra, desde a ladeira da Uruoca, até o lugar chamado Ibapiúna, à vista dos relevantes serviços que tinham prestado à Coroa (B, de Studart).

Na Serra Grande, pela parte que deita para o mar, assistiam os *Acoanços,* gentios cujo nome aparece ainda grafado *Acoanaçus, Acahamaçus, Camaçus, Camamus* e *Aconguaçus,* em documentos da era colonial (99).

As primeiras referências a tais silvícolas aparecem, em nossa história, pelas alturas de 1666 e dizem terem sido êles os autores da morte do Principal *Caroataí* e parte de sua gente, quando êstes viajavam do Maranhão para o Ceará. Tendo seguido meses antes para vizinha capitania nortista no séquito dos Jesuítas expulsos da Ibia-

(99) **Acoançu** na carta do Des. Cristóvão Soares Reimão, datada de fevereiro de 1708.

paba, na ocasião da revolta encabeçada pelo Principal Simão Tagaibuna, retornavam à nossa terra com o fito de fixar morada em Jericoaquara (100).

Informações de fonte jesuítica esclarecem terem sido pacificados pelo Pe. Manuel Pedrosa, da Companhia de Jesus, "depois de várias diligências e incríveis sustos e aldeados com os *Tobajaras* no lugar mais tarde denominado Vila Viçosa Real".

Dos *Acoanaçus*. a quem devia ter conhecido sobejamente, conta o Pe. Ascenso Gago, na Carta Ânua de 10 de outubro de 1695, por êle dirigida ao Pe. Alexandre de Gusmão, da Companhia de Jesus e Provincial do Brasil, o seguinte: "É esta nação dos *Aconguaçus,* também gentio de corso. Habita aquela ponta da Serra de Ibiapaba, que fica mais vizinha ao mar. Nos costumes não difere muito do *Tapuia Reriú*. Não comem carne humana. mas os ossos de seus defuntos os desenterram ao cabo de 6 meses e moídos e desfeitos os comem com mel de abelhas, em sinal de amor que lhes têm. Costumam prantear os seus defuntos um ano inteiro, e os viúvos se não tornam a casar senão depois de um ano. É também gentio guerreiro e com singularidade destro na flecha, com o qual não perde tiro; e se alguma vez viram as costas ao inimigo, correndo disparam a seta e empregam o tiro" (*Apud* Serafim Leite, "História da Companhia de Jesus no Brasil", Tomo III, 43).

Êste retrato etnográfico é, assim, completado: "Agigantados no corpo", trazem "arcos e flechas nas mãos" e o "ijocu ou pau de matar pendente do ombro direito".

"Vivem em guerra com os *Tobajaras* e *Reriús* e dominam o caminho da Serra da Ibiapaba. para a costa do mar" (Ib: 45, 46, 65).

Em 1708, quando o Des. Cristóvão Soares Reimão chegou à Serra Grande a fim de tombar e medir as terras de sesmaria, doadas à Aldeia de Viçosa, eram em número de 200.

Loreto Couto, que, aliás, grafa *Coaçu,* em vez de *Acoanaçus,* assevera, sem esclarecer o motivo, serem êles tidos, então, em muito pouca valia pelos componentes das tribos sertanejas que habitavam o mesmo aldeamento. Viviam, outrossim, diz-nos ainda o citado autor, em permanente estado de revolta contra os *Tabajaras,* que os traziam debaixo de uma espécie de sujeição.

Há ainda alusão aos *Acoanaçus* no Roteiro de Manuel Rodrigues dos Santos, cidadão que estêve na Ibiapaba com o Des. B. C.

---

(100) Tudo isso consta do «**Regimento que a de goardar o ajudante Phelipe Coelho de Maraez nesta ocazião que vay a Jericoaguara**», passado pelo Capitão-Mor do Ceará, João de Melo de Gusman, em 12 de dezembro de 1666, e dado à publicidada por João Perdigão de Oliveira nas páginas da Revista do Instituto do Ceará (Tomo IV, 1890.

da Gama Casco. que para lá se transportara incumbido da missão de esbulhar os Jesuítas por ordem de Pombal.

Pompeu inclui os *Acoanaçus* no grande grupo *Tarairiú*.

Viviam, também, nos altiplanos que cercam o Ceará ao ocidente, os *Tacarijus* ou *Cararijus*. Êstes íncolas tornaram-se célebres na história do Ceará por terem, em 11 de janeiro de 1608, assaltado a missão dos Padres da Campanha de Jesus e trucidado o Padre Francisco Pinto, "varão verdadeiramente religioso e de muita oração e trato familiar com Deus", no dizer de Fr. Vicente do Salvador. Sôbre a missão e a morte do Pe. Francisco Pinto leia-se ainda o Barão de Studart (101).

Sabemos que no *hinterland* cearense, provàvelmente no chapadão da Serra Grande, encontravam-se, também, os *Anaperus*, ainda que mal possamos hoje reconstituir os limites de seus domínios patrimoniais. Dividiam-se em *Anaperuaçus* e *Anaperu-mirins*, e viviam aldeados em paz com os brancos, já em 1708. Pela carta do Des. Soares Reimão, de 14 de fevereiro daquele ano, que citaremos a propósito dos *Acimis* e *Vidaes*, ficamos inteirados, outrossim, de que a tropa de 600 homens, saída do Jaguaribe para combater êstes nativos, deu, por não ter conseguido encontrá-los, "em um rancho de *Anaperuaçus*, capturado, muitos dêstes que eram da aldeia dos *Anaperu-mirins*, que estavam aldeados e de paz, procedendo tudo da ambição dos cabos em executarem as ordens, para fazerem cativeiros injustos".

O caso, — de certo modo instrutivo para os estudiosos de história porque vem, mais uma vez, demonstrar ser a cobiça ou, melhor, a ânsia de granjear escravos a qualquer preço, o principal senão único motivo das incursões contra os míseros gentios — foi julgado gravíssimo na côrte. "Ensinara a experiência, diziam as autoridades metropolitanas, ao tomarem conhecimento do assunto, que a tirania que se usa primeiro com os índios nos sertões pela nossa parte, os incita a fazer-nos guerra, que é certo a não empreenderiam, se tratássemos com mais suavidade e brandura." E para que não ficasse sem castigo o delito, mencionado na carta do Ministro, "opinava o Conselho, em parecer de 3 de julho de 1709, que Sua Majestade ordenasse ao mesmo Desembargador Soares Reimão" que, desocupando-se de tudo que tiver entre as mãos, tire logo exata devassa e prenda os culpados". Devia essa autoridade

---

(101) Ver Tomo IV, pág. 134 da Rev. do Inst. do Ceará. Caro lhes custou, porém, o grave crime, pois os **Tobajaras**, vingando a morte do seu **Amanaíra**, exterminaram quase por completo a tribo dos **Tacarijus**. «Apenas deixaram desta nação quem lhes conserve o nome e a memória», escreve o Pe. Vieira.

remetê-lo "com o processo das suas culpas presos para a Relação da Bahia para nela serem sentenciados conforme a gravidade do seu crime, e sendo necessário passar fora do destrito em que está para melhor averiguação da verdade o possa fazer pagando-se os seus salários e dos seus oficiais, à custa dos bens dos agressores que fizeram esta extorsão aos índios pondo em sua liberdade a êstes miseráveis, constado da devassa foram injustamente cativos".

Ignoramos se o parecer do Conselho logrou ser tomado em consideração e determinada a punição dos implicados. O certo é que, se assim foi, em nada modificou a Ordem Régia a situação dos nativos.

Bandos de *Anaperus* vagavam igualmente pelas margens do Parnaíba onde os encontrou, em 1679, o Pe. Pier Gonsalvi quando, em companhia do Pe. Gonçalo Veras e Irmão João de Almeida, subia aquêle grande rio nordestino. Segundo uma nota deixada pelo primeiro daqueles sacerdotes, eram êles muito andejos, ou, como diz o próprio informante, freqüentemente "mudavam de sítio". O Pe. Serafim Leite, que nos dá a conhecer o fato, observa que o Catálogo de Cunha Rivara traz duas Cartas Régias em que fala dos *Anaperus*. São elas:

a) "Carta Régia de 27 de janeiro de 1703 ao Governador do Maranhão, aprovando o que fêz de mandar um missionário da Companhia bem provido, aos índios da nação *Anaperu*, que habitam pelo Rio Parnaíba acima, nas costas dos Lençóis, os quais haviam feito petição para descer para os Distritos da Cidade do Maranhão (Bibli. de Évora, cod. CXV/2-18 f. 287).

b) C. R. de 16 de abril de 1709, ao Governador do Maranhão sôbre a guerra que se há de fazer aos índios *Anaperus* que mataram ao Ajudante Manuel dos Santos e a seis Religiosos (Bibli. de Évora, cod. CXV/2-18 fl. 414).

Do relatório apresentado, no correr de 1751, pelo Bacharel João Antônio da Cruz Diniz Pinheiro, naquela época exercendo o cargo de Ouvidor do Maranhão, se vê que os *Anaperus* piauienses, chamados ali *Anapurus* estavam então aldeados junto ao Parnaíba, sendo seu missionário um padre da Companhia de Jesus.

Nas terras altas da Bacia do Acaraú habitavam os *Aperiús*, os *Acriús* e os *Arariús*.

Um dos mais remotos documentos que tratam dêstes últimos silvícolas, aliás também chamados *Areriús*, *Irariús* e *Irarijus*, em outros papéis antigos, data de 1694. É a Patente de Capitão de Infantaria dada, em 20 de julho do citado ano, a Francisco Dias Carvalho, pelo Capitão-Mor Fernão Carrilho. Nela se diz que os indígenas haviam sofrido fortíssima guerra ao tempo do Capitão-Mor

Bento Corrêa de Figueiredo (102), ou seja, em 1674, "onde se mataram muitos e cativaram seus filhos e mulheres". Nessa campanha, consigna ainda o documento, recebeu Dias Carvalho, que então comandava a tropa luso-brasileira, ferimentos de pequena gravidade.

Bento Corrêa de Figueiredo, que regista a variante *Areuru*, afirma os aludidos fatos em suas alegações de serviços, feitas ao Rei para a obtenção de mercês, esclarece, porém, que os fêz destruir "por oprimirem os gentios domésticos".

O Capitão-Mor Fernão Carrilho pretende havê-los pacificado durante o seu Govêrno, o que muito teria concorrido para tornar livre o trânsito entre o fortim de N. S. d'Assunção e a Serra da Ibiapaba. Como quer que seja, a iniciativa de seu aldeamento cabe, porém, ao do Pe. João Teixeira de Miranda, que os localizou na Meruoca, em lugar ainda não perfeitamente identificado.

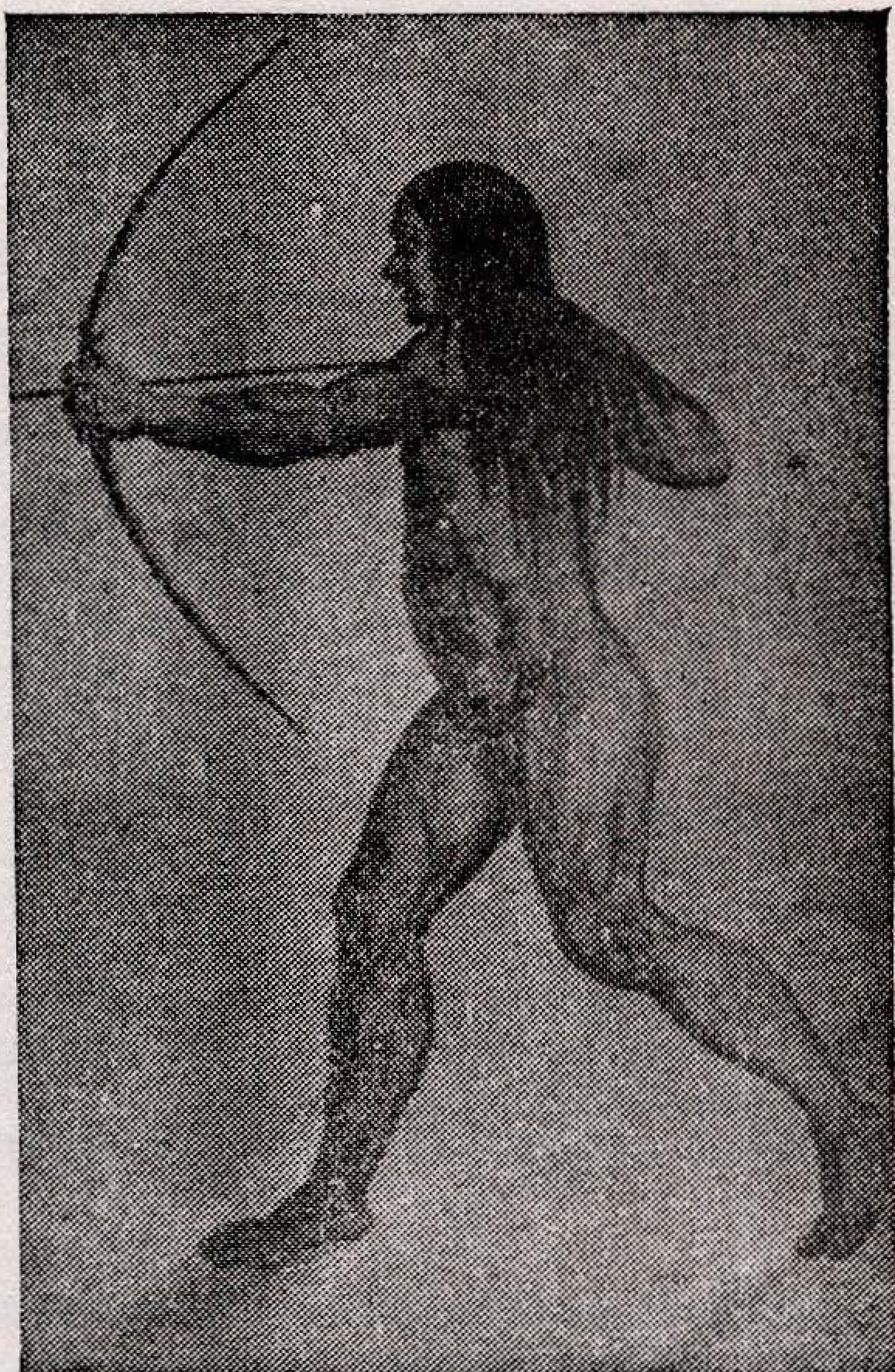
O Pe. Ascenso Gago, que os denomina *Reriús*, na Carta Ânua de 10 de outubro de 1695, assegura, por sua vez, tê-los agregado à Missão da Ibiapaba.

Dá-nos, outrossim, a seu respeito, as seguintes informações complementares:

"Habita esta nação outra Serra de penedia alta e fragosa, que dista da Serra de Ibiapaba 8 léguas porém pequena em comparação dela. porque terá de comprimento 6 léguas sòmente. É esta nação gente de corso. Há entre êles 4 principais pelos quais estão repartidos os vassalos, a saber: o Principal *Timucu*, o Principal *Coió*, o Principal *Arapá* e o Principal *Guarará*. Descem a fazer suas correrias pelos campos à caça e ao mel, e se tornam a recolher à sua terra. Não comem carne humana, bebem pouco, casam as filhas de quinze anos de idade, costume geral do Tapuia desta costa, não têm mais que uma mulher, a qual costumam também repudiar alguma vez, principalmente, se é preguiçosa. É nação belicosa e muito valente. Tem por timbre morrer antes que perder batalha ou dar as costas ao inimigo. Cada um dêles tem tantos nomes quantos são os inimigos que tem morto. E assim aquêle é tido por mais valente que tem mais comprida ladainha de nomes. Achei-os quando fui a primeira vez para a Serra, pôsto em guerra com tôdas as nações circunvizinhas, a saber: com os *Tobajaras*, com o Tapuia *Guanacés* e com os *Aconguaçus*."

---

(102) Bento Corrêa de Figueiredo sucedeu, por ordem do Governador de Pernambuco, D. Pedro de Almeida, a João Tavares de Almeida, que falecera à frente do Govêrno do Ceará.



FREICHEIRO indígena da Ibiapaba, Ceará, século XVII. Aquarela no Museu Histórico Nacional.

Sabemos, por outros documentos oficiais, que, mesmo depois avassalados, não perderam os *Arariús* o ânimo guerreiro, pois, no ano de 1713, amotinaram-se novamente, assaltando os moradores da Ribeira do Acaraú e correndo o seu missionário a tiros.

Dando ciência do fato ao Governador de Pernambuco, Félix José Machado, em Carta-Relatório de 28 de outubro de 1713, esclarece a Câmara de Aquirás que, naquele difícil momento, as vítimas se recolheram à serra de Ibiapaba "a valerem-se das armas dos índios *Tobajaras* que estão debaixo do domínio do Pe. Ascenso Gago, da Companhia de Jesus".

Diziam, outrossim, que ficava "tôda a capitania em pêso em grandíssimo perigo e risco com bem poucas esperanças de ser bem sucedida e mais ainda com as desconfianças de que saindo uma grande tropa nossa que excede número de quinhentos homens entre brancos e índios e por Cabo Geral o Capitão de Infantaria Antônio Vieira da Silva em distância de doze léguas a conquistar êstes inimigos vão correndo por quase trinta dias sem haver notícia do que lhe terá sucedido".

A 4 de novembro do mesmo ano, dirigindo-se, mais uma vez, àquela autoridade, participava à Câmara o regresso dos expedicionários e os magros resultados por êles alcançados.

Não obstante isso, o Senado da Câmara daquela vila, escrevendo ao Des. Cristóvão Soares Reimão, 8 de fevereiro de 1714, diz que, no conflito armado ocorrido no ano anterior, os *Areriús* haviam perdido muita gente e dêles já poucos existiam.

Na ocasião da revolta de 1713, dêsse tremendo conflito racial que pôs a Capitania do Ceará a dois da ruína, rebelaram-se também os *Acriús*, destruindo casas, matando gado e obrigando os moradores do lugar a fugirem para a Ibiapaba, onde buscaram refúgio nas aldeias cristãs dirigidas pelos jesuítas.

Thèberge, que refere o fato, assegura que êsses brasileiros tiveram sua missão na barra do Riacho do Guimarães. Não nos oferece, todavia, nenhum dado preciso que fortaleça ou comprove tais afirmativas.

* * *

TRIBOS SERTANEJAS. Pervagavam ainda os chãos interiores da Capitania os *Xixirós* que, — segundo a petição endereçada ao Rei pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, solicitando pagamento de seus servidores — foram reduzidos à obediência por êle, requerente, e pelo Pe. João de Matos Serra, prefeito das missões, em 1702; os *Candandus*. aldeados na Telha e doutrinados, em 1749, por um sacerdote do hábito de S. Pedro, os *Acimis* e *Vidaes* e, finalmente, os *Caratis* ou *Caratizes*, indígenas a respeito dos quais sabemos simplesmente que eram inimigos dos *Baiacus*, ao tempo em que Morais Na-

varro andava com seu têrço em expedição de guerra pelo Nordeste. Da carta endereçada a El-Rei pelo chefe paulista, em 10 de março de 1700, consta serem os *Caratis* do número das tribos contra os quais mandara uma bandeira "por se não quererem sujeitar e confessar obediência à Sua Majestade".

A única notícia que nos chegou no tocante aos *Acimis* e *Vidaes* é a que se contém na carta do Desembargador Cristóvão Soares Reimão, datada de 14 de fevereiro de 1708. Escrita do Jaguaribe, dá conta a El-Rei das tropelias praticadas por uma tropa de 600 homens que saíra a combater êstes gentios, a quem o missivista classifica de tapuias. Pompeu pensa que êles, como os *Caratis*, habitavam a Ibiapaba.

Povo vagabundo e dado a contínuas guerras eram também os *Icós*, gentios que assistiam ordinàriamente na região que vai das margens direita do Salgado até o rio do Peixe, na Paraíba (103).

Na mesma área territorial viviam ainda os *Icòzinhos*, sem dúvida, um ramo parental dessa tribo sertaneja. Os *Icòzinhos*, que habitavam o Ceará, foram localizados na Aldeia do Miranda, atual cidade do Crato, enquanto os da Paraíba tiveram sua missão no sítio da hoje cidade de Sousa.

Os mais antigos documentos em que há menção dos *Icós*, do Ceará, datam de 1694 e referem que, à vista das depredações por êles feitas na zona do Jaguaribe, o Capitão-Mor Fernão Carrilho se vira forçado a organizar, sob a chefia de Francisco Carvalho, uma expedição para batê-los (104).

O resultado da campanha nos é desconhecido. Se a sorte das armas foi, como parece, favorável aos luso-brasileiros, tal vitória nada teve de definitivo. Na época em que Morais Navarro veio com seu têrço de Paulista para o Açu, êles ainda continuavam em pé de guerra, atacando os moradores ora só, ora unidos aos *Caratis* e *Caratiús*.

Eram, como as tribos apontadas, tão rebeldes e avessos à cultura lusitana, que o Pe. João da Costa, religioso da Congregação de S. Filipe Néri e missionário dos *Baiacus*, chegou a aconselhar àquele Mestre-de-Campo que desse sôbre êles e os exterminasse para sempre da Capitania.

---

(103) Pensa I. Joffily («Notas sôbre a Paraíba») que a tribo dos **Icós**, debaixo da denominação de **Curema** ou **Piancó**, estendia seus domínios até o rio Piancó, na Paraíba.

(104) Digo do Ceará porque já muito anteriormente o Mestre-de-Campo Domingos Jorge Velho enfrentara os **Icós**, que, na Paraíba, moviam à raça branca tenaz perseguição.

Os *Icós* teriam sido pacificados, em 1702, pelo Pe. João de Matos Serra, 1.º vigário colado da freguesia de S. José de Ribamar, e pelo Capitão Plácido de Azevedo Falcão, depois cabo do presídio do Jaguaribe (105).

Muitos dêles foram reunidos aos *Icòzinhos* para formar o núcleo originário da atual cidade de Sousa, na Paraíba.

Quando, em 1703, mais uma vez, se rebelaram os *Baiacus*, do Jaguaribe, levantaram-se também os *Icós*, já aldeados, e, seguidos pelos *Cariris*, mataram numerosos colonos, destruindo-lhes as propriedades.

No ano seguinte, a luta entre reinícolas e aborígines sublevados continuava cada vez mais cruenta (106).

Contra os *Icós* enviou o Capitão-Mor João da Mota, sob as ordens do Capitão Pedro Mendonça, uma tropa numerosa que os desbaratou completamente.

Contrastando com o modo de proceder de seu antecessor em relação aos *Baiacus* vencidos, determinou João da Mota que os prisioneiros, colhidos nessa expedição, fôssem escravizados sem distinção de sexo, nem idade.

Tal proceder, arbitrário, diante da legislação então vigente que assegurava ao silvícola aldeado o direito de cidadão, longe de merecer a repulsa que era de esperar por parte do Governador de Pernambuco, teve seu pleno assentimento. Em carta de 14 de fevereiro de 1705, aprovando o ato de seu subordinado, determinava com efeito aquela autoridade que o quinto de Sua Majestade — percentagem que cabia ao Rei na venda de escravos índios — fôsse vendido mesmo em Fortaleza por não "ser possível poder-se de lá mandar vir a Pernambuco sem que faça despesa a fazenda do dito Senhor, maior do que valer talvez os quintos".

O documento aludido, dizia mais: "Cassim a gente que se vender dos quintos com as mais destas prezas e da passada todos os que passarem de dez anos para cima mande Vmcê. avisar as pesoas que os leuarão e leuarem para hirem pera fora da terra ou os man-

---

(105) No ano de 1702, diz João da Costa Silva, se reduziram e aldearam 4 nações Tapuias a saber: **Icó**, **Xixiró**, **Canindé** e **Tremembé**, o que parece corroborar a notícia.

(106) Na era de 1704, diz a patente de nomeação do Sargento-Mor João de Souza de Vasconcelos, marchou ao sertão dos **Icós** a situar uma fazenda de gado, e vendo que aquêle sertão estava combatido do inimigo que se achava naquela paragem, achou de acêrto fazer uma casa forte que foi de grande utilidade para defesa dos moradores daquele sertão, gastando muito de sua fazenda com resgate e dádivas para sujeitar a paz; e na mesma era de 1704 socorreu com tropas a 300 pessoas, que marcharam a guerrear o gentio bárbaro.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

dem embarcar por sua conta e nisso poderão ter maior conveniência ficando so ia; como digo, os que não pasarem de des annos; porque de outra sorte tornarão logo a fugir para o mato e não sesarão as queixas desses moradores pellos roubos que lhes fazem pois indo elles com o conhecimento da nossa terra são mais capazes para os seus desaforos; nesta forma o fara Vmcê executar com a promptidão que de Vmcê espero" (107).

A severidade da medida não entibiou, porém, o ânimo dos silvícolas e a guerra se prolongou ainda por largo tempo, devastando os sertões da Capitania.

Em 1706 aos *Icós* se vieram juntar novamente os *Cariris*, o que agravou ainda mais a já precária situação dos colonos.

De 18 de agôsto daquele ano, data uma C. R. mandando fornecer aos habitantes da Capitania do Ceará as armas necessárias às suas defesas.

Medida também inócua. porquanto no ano seguinte, a 23 de junho, os moradores da Ribeira do Jaguaribe pediram, por intermédio da Câmara de S. José de Ribamar, ao Capitão-Mor do Ceará que, em vista dos danos causados às suas pessoas e bens pelos *Icós* e *Cariris*, mandasse situar um arraial em suas terras.

Em carta de 27 de junho de 1708, o Capitão-Mor Gabriel da Silva Lago, dando conta ao Rei do estado da Capitania, diz que naquela época se conseguira apaziguar e reduzir à obediência a tribo dos *Icós* (106).

Sabemos, porém, por outro documento, que o próprio Gabriel da Silva Lago deu, em 20 de outubro de 1708, regimento ao Capitão Bernardo Coelho de Andrade para ir fazer guerra às nações *Icós*, *Cariris*, *Cariús* e *Caratiús*, até destruí-las, visto acharem-se tôdas gravemente comprometidas na devassa, a que mandara proceder pelo Juiz Ordinário da Capitania. Os cativos deviam ser trazidos à sua presença para dêles se tirarem o quinto de Sua Majestade, a jóia do Governador de Pernambuco, a do Capitão-Mor e repartir os mais com igualdade (Rodolfo Garcia).

Os mais recentes dados oficiais sôbre os *Icós* esclarecem-nos que êles foram pelo Capitão-Mor Manuel Francês mandados retirar para o Piauí com os *Jenipapos* e *Quixerariús* por terem tomado parte ativa na luta dos Montes e Feitosas. (Edital de 8 de março de 1726.)

---

(107) Rezisto de hu capitulo de huma carta do governador e capitão geral de Pernambuco Francisco de Castro Morais, vindo ao Capitão major desta capitania João Mota em catorze de fevereiro de 1705. Doc. publicado por J. P. de Oliveira na R. do Inst. do Ceará, vol. IV — 1890.

(108) Carta Régia ao Governador de Pernambuco a 6 de junho de 1709.

Havia, ainda, no Ceará, os *Quixelôs,* apaziguados em 1719, ano em que se nomeou para administrá-los, no temporal, o Cel. Gregório Martins Chaves, que devia tê-los sempre dispostos para o serviço de S. Majestade.

Parece, todavia, que, antes de 1707, haviam êles sido pacificados e situados pelo Pe. João de Matos Serra, quando empreendia sua 2.ª viagem missionária ao sertão cearense.

Os índios *Quixelôs* foram localizados, com outras tribos sertanejas, perto da barra do Rio Truçu, onde se constituiu a Aldeia da Têlha, de que nos ocuparemos, ao tratar dos índios *Jucás.* Em 1749 a povoação era dirigida por um sacerdote do hábito de S. Pedro.

Quase meio século mais tarde, em 1791, continuam êles aldeados na Missão da Telha, presentemente Cidade de Iguatu, e. mais, na Vila de S. Mateus.

Os índios da Telha causaram sempre preocupações e aborrecimentos aos moradores das cercanias. Foram, por isso, retirados, tempos depois, e reunidos aos *Canindés, Jenipapos* e *Baiacus,* para poviar a Vila de Monte-mor, o nôvo. da América. Mais tarde ainda, seriam êles também daí evacuados com os outros nativos para a Vila de Messejana.

Pelas cabeceiras do Curu e ribas do Quixeramobim e Banabuiú erravam os *Canindés* e *Jenipapos.*

Eram, como observa com razão Pompeu Sobrinho, índios da mesma parentela e ligados, por laços de parentesco, aos *Janduins.* Daí podermos concluir serem ambos *Tarairiús.*

Que os *Canindés* pertenciam à grei *Janduim* prova-o o seguinte documento. dado à publicidade por Ernesto Ennes (in "As guerras dos Palmares", S. Paulo, 1938, pág. 63) e divulgado por Estêvão Pinto ("Etnologia Brasileira", pág. 48):

"Em os 5 de abril dêste presente anno chegaram a esta Cidade da Bahia, Joseph de Abreu Vidal, tio de Canindé Rey dos *Janduins,* Maioral de 3 aldeias sujeitas ao mesmo Rei, e Miguel Pereira Guavejá Pequeno, Maioral de 3 aldeias sujeitas também ao mesmo Canindé; e com êles o Capitão João Pais Florian Português, em nome do seu sogro putativo chamado Nhonguge Maioral da sua Aldeia, Sucuru da mesma nação Janduim e cunhado do dito Rei Canindé, etc."

Os *Canindés* figuram na história cearense a partir de 1699.

Afirma, com efeito, Afonso E. Taunay que, já em 13 de janeiro dêsse ano, D. Pedro escrevera ao Governador de Pernambuco, revelando a sua satisfação pelas notícias recebidas do Govêrno e do Bispo de Pernambuco, sôbre a pacificação dos *Canindés* pelos mis-

sionários cuja "emprêsa tão sacrossanta devia ser largamente estimulada pois de tais exemplos proviria a redenção de novas nações de gentio".

Terminava o Rei a missiva ordenando que da Fazenda Real se comprassem algumas ferramentas e outras cousas das que os gentios estimavam, e remetessem ao Capitão-Mor do Ceará. Devia êste entregá-las aos missionários a fim de as repartirem pelos índios pobres. "E não se permitisse de todo que, dentro da légua de terra destinada às suas aldeias, ninguém os molestasse — procedendo contra os que os perturbasse na posse que desfrutavam. É que sejam favorecidos em tudo para que assim se afeiçoem a viverem conosco, vendo que se reza com êles daquela igualdade que a boa razão e a justiça."

Se foram ou não cumpridas de maneira integral as ordens do Rei, ignoramos; sabemos, porém, que, no ano de 1712, já muito diminuídos em número e alquebrados, aliaram-se *Canindés* e *Jenipapos* a outras tribos irritadas contra os brancos, e assim coligados tentaram, num derradeiro esfôrço, sacudir o jugo que sôbre êles pesara sempre mais avassalador.

Venceram, porém, ainda desta vez, a fôrça disciplinada e astúcia do português e os índios pagaram com grandes perdas de vida seus anseios de liberdade.

Na ocasião do assalto à Vila de Aquirás, levantaram-se também os *Canindés* das cabeceiras do Rio Banabuiú, pondo em sério perigo a vida e a propriedade dos colonos aí radicados (109).

"A nação *Canindé,* dizia a Câmara de Aquirás. em carta de 20 de outubro de 1713, que habitava nas cabeceiras do Banabuiú, ilhargas de Jaguaribe, e é mui poderosa, e outra mais nação se tem rebelado e unido com os mais e as gentes daquelas ribeiras se tem fortificado em aldeias..." Nenhum mal lhe adveio, porém, dêsse nôvo ato de rebeldia, pois ficaram incluídos na anistia concedida pelo Governador de Pernambuco em 29 de setembro de 1713.

Em 1721, por ordem do Capitão-Mor Salvador Alves da Silva, o Capitão Luís Pereira, o Comissário Clemente de Azevedo e o Coronel Manuel de Castro Caldas deram novamente combate aos Tapuias dêste nome.

Batidos no lugar chamado Boqueirão e acossados pela tropa, os indígenas fugiram, procurando guarida na Aldeia de S. João, onde assistia o Pe. Antônio Caldas Lobato, sacerdote do hábito de S. Pedro.

---

(109) Da rebeldia deu, como vimos, parte a Câmara de Aquirás não só ao Governador de Pernambuco em Carta de 28 de outubro de 1713, como também ao próprio Rei.

Desejando protegê-los, meteu-os o Padre dentro da igreja que sempre se havia mostrado em terras portuguêsas um refúgio seguro para perseguidos ou injustiçados.

De nada lhes valeu, porém, a proteção do Missionário, pois o direito de asilo não foi respeitado. Violando-o, aí os foram buscar os seus perseguidores para os arrastar comigo e os repartiram como prêsa de guerra.

O único gesto de reação do Padre foi dirigir-se ao Rei de Portugal que, informado do fato, ordenou, em C. R. de 16 de outubro de 1722, ao Governador de Pernambuco, D. Manuel Rolim de Moura, que fizesse restituir a liberdade aos Tapuias e desse baixa nos cabos que tinham ido naquela expedição, caso apurasse ter sido injusta essa campanha (110).

Já em 11 de agôsto de 1721, dois dias, portanto, antes de partir a expedição contra os *Jenipapos*, a Câmara de Aquirás representara em vão ao Capitão-Mor do Ceará mostrando a ilegalidade de semelhante emprêsa. Isso, aliás, nada influiu, como vimos, na decisão do Capitão-Mor, em mandar perseguir os nativos.

Os *Jenipapos* tomaram parte ativa no conflito havido entre os Montes e os Feitosas, como parciais dêstes. Convocados pelo Coronel Francisco Alves Feitosa, e Lourenço Alves, que eram cabos das Ribeiras dos Inhamuns e Quixelôs, os gentios, em número de 80 (e não 800 como erradamente escrevem muitos), se incorporaram às gentes dos Feitosas, cometendo os maiores desatinos contra os Montes e seus agregados.

A prática de atos tão maléficos provocou, da parte do Capitão-Mor Manuel Francês, pronta providência.

Para que os índios não mais pegassem em armas contra os brancos, resolveu o Capitão-Mor, depois de ouvida a junta de pessoas gradas da Capitania. mandá-los, bem como aos *Icós* e *Quixerariús*, que também haviam intervindo na luta, retirar para o Piauí, à ordem do Mestre-de-Campo Bernardo de Carvalho de Aguiar, até ulterior deliberação de S. Majestade, El-Rei de Portugal (111).

Os *Jenipapos*, ao que parece, não se deram pressa em cumprir as ordens do Capitão-Mor, pois, no ano seguinte, em março de 1727, por determinação daquela autoridade, João de Barros Braga subiu pela Ribeira do *Jaguaribe* e foi até os limites com o Piauí, exterminando os gentios de um e outro grupo e desassombrando os moradores.

---

(110) Ver Esbôço histórico, pág. 118.
(111) Edital do Capitão-Mor Manuel Francês, publicado por Antônio Bezerra no t. XVI da Rev. do Inst. do Ceará.

O grosso da tropa expedicionária era constituído por índios *Canindés* e *Baiacus*.

Em 1731, cinqüenta casais de índios *Canindés*, aproximadamente, pediram a Duarte Sodré Pereira, Governador de Pernambuco, um missionário e a permissão para se aldearem nas cabeceiras do Choró, na passagem que chamavam Muxió. Alegavam que havia mais de vinte anos viviam no grêmio da Igreja sem terem tido missionário próprio. No mesmo requerimento solicitaram, outrossim, duas léguas de terra: uma tendo pião no ôlho d'água do Oxeiú. para fazerem sua aldeia e a outra por detrás da Serra dos Macacos, para plantarem e criarem.

O Governador, ouvido o Capitão-Mor do Ceará, concedeu, por ato de 13 de março do referido ano, a légua de terra pedido no lugar Muxió, que fica, segundo apurou A. Bezerra, entre a margem esquerda do antigo Riacho Queru, mais tarde Sitiai e, hoje, Sitiá, e à margem direita do Riacho Camará, afluente à esquerda dêste, no Município de Quixadá.

Igual solicitação fizeram os *Jenipapos*, em 21 de outubro de 1739, ao Governador de Pernambuco, Henrique Lins Pereira Freire, por intermédio do índio Miguel da Silva Cardoso.

Essa autoridade mandou-os aldear com os *Canindés*, por serem ambos da mesma língua e parentes, no Sítio chamado Banabuiú, Distrito do Jaguaribe. Determinou, outrossim, que se formasse uma companhia de Infantaria na aldeia, nomeando para comandá-la ao requerente, Miguel da Silva Cardoso.

Removida, primeiramente, para o lugar hoje denominado Aldeia Velha, próximo ao Tabuleiro d'Areia, no Município de Limoeiro, passou a povoação, em seguida, a residir no Saco da Serra da Palma ao sul da bacia do Açude do Cedro, no Quixadá, onde existem ruínas da antiga Capelinha (A. Bezerra).

Em 1740 missionava os moradores da Aldeia da Palma, então situada na Ribeira do Quixeré, têrmo da Vila de Aquirás, um sacerdote do hábito de S. Pedro.

A missão da Palma, ou de N. S. da Palma, como era conhecido o aldeamento dos *Canindés* e *Jenipapos*, aí não demorou.

De Quixadá veio ter à Serra de Baturité sendo elevada à categoria de Vila em 14 de abril de 1764, sob o nome de Monte-mor, o nôvo d'América. Em 1858, criaram-na Cidade de Baturité (112).

---

(112) «A povoação, ou antiga missão, era situada, informa-nos um conhecido autor cearense, no lugar comum (hoje Tijuca), onde existem vestígios do tempo primitivo e onde o Ouvidor achou inconveniente erigir a vila pela sinuosidade do terreno e estreiteza do platô.» Aos **Jenipapos** e **Canindés** foram ainda reunidos os **Quixelôs** e **Baiacus**.

Diz ainda Antônio Bezerra que, por ocasião de instalar-se a Vila de Monte-mor, foi proposto e nomeado por carta patente de 30 de junho de 1764. pelo Governador de Pernambuco, Conde de Vila-Flor, Capitão-Mor da nova vila o índio Miguel da Silva Cardoso, o Chefe dos *Jenipapos*, aquêle mesmo que, em 21 de outubro de 1739, pedia ao Governador um missionário para sua aldeia, e fôra aldeado com os seus no Sítio Banabuiú.

Ainda no Govêrno de Barba Alardo de Meneses (1808-1811) a Vila de Monte-mor, o nôvo, era quase tôda composta de índios e mamelucos.

Uma boa parte dos *Canindés* foi reunida aos *Sucurus* para formar a Aldeia de Boa Vista (Mamanguape, Paraíba) e missionada pelos religiosos de Sta. Teresa.

Os *Jenipapos* habitavam, entre 1720 e 1721, a Bacia do Jaguaribe, conforme se pode ver da C. R. de 16 de outubro de 1722. Refere esta o massacre que sofreram no decorrer da injusta guerra contra êles mandada fazer pelo Capitão-Mor Salvador Alves da Silva. Os citados gentios já então estavam missionados e em paz com os brancos. Eram *Baiacus*, conforme se depreende do Bando assinado pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, em data de 9 de fevereiro de 1714, e portanto: *Tarairiús*. Reza o documento: "havendo na dita petisam por boa a pas que eu havia dado em nome de sua magestade que Deus guarde a dita nasam Payacy tanto de Mathias Seixas como do Cardoso e do *Jenipapo-asu* e da Aldeya e do Capitão-mor João de Barros..."

Tribos de menor importância eram os *Javós*, que parecem pertencer ao grupo *Tarairiús;* os *Quixariús, Quixerariús* ou *Quixereús*, que foram aldeados, parte, na missão da Telha, parte na do Miranda; os *Acarisus*, mencionados por Pompeu Sobrinho em seu trabalho sôbre Tapuias do Nordeste, e que, segundo êle, habitavam a Ibiapaba e eram *Tarairiús;* os *Quiratiiús, Carateús, Crateús* ou *Caratiús* da bacia superior do Poti; os *Quitaiaiús* e os *Ocongás* que, vivendo nos sertões vizinhos da Ibiapaba, passaram ao Piauí em fins do século XVII.

A propósito das últimas tribos citadas, dizia o Pe. Ascenso Gago, na carta ânua de 1695 a 1697: — "Fizemos nestes dois anos pazes com 3 nações de Tapuias, a saber: com os *Quiratiiús*, com os *Quitaiaiús* e com os *Ocongás*, a fim de lhes fazermos também missão. São tôdas nações de corso e dificultosíssimas de aldear. Os *Quiratiiús*, por causa de uma guerra que lhe fizeram outros Tapuias seus inimigos, em que lhe mataram e cativaram muita gente, andam ainda perturbados. Aos *Quitaiaiús* e *Ocongás* perturbaram os povoadores da Casa da Tôrre que, como zelam mais os seus gados, que o bem das almas, situaram êstes alguns currais nas suas terras,

que ficam ao pé desta Serra, para a parte do sertão, pelo que se retiraram delas os ditos Tapuias e se foram para o Rio Pará ou Parnaíba, que fica daqui distante, e os caminhos dificultosos, pela qual razão não nos é fácil já a comunicação com estas nações." (Serafim Leite, Vol. III — pág. 61.)

Pensa Pompeu Sobrinho que os *Carateiús* sejam os mesmos *Caratis*, do grupo étnico-lingüístico *tarairiú*, de que falamos. De acôrdo com o mesmo etnógrafo, Hervás, chama os *Acaricus* de *Caratiús*.

Deve-se mencionar ainda os *Tocoiús*, que viviam pelas cercanias da atual Cidade do Icó e ribas dos afluentes da margem esquerda do Salgado, que lhe ficam próximos, os *Acocis*, habitantes da bacia do riacho do mesmo nome, e os *Chibatas*, da Bacia do Chibatas, ambos tributários do Bastiões (Pompeu).

Os *Uriús, Ariús, Gariús* ou *Goariús* foram os índios com os quais concertou o Cabo Francisco Martins, da infantaria do Presídio do Ceará, um tratado provisório de paz confirmado, depois, a 29 de dezembro de 1671, pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva (113).

Para obter a necessária ratificação do ajuste, compareceu ao forte, a 24 do mesmo mês e ano, Casiendeja, Principal mais considerado desta nação, com um pequeno séquito de homens e mulheres. Registando o fato, assim o consigna a própria autoridade concessora: "E perante mim disseram que amavam e queriam a nossa amizade e que queriam ir e vir às nossas terras a qual paz lhe concedi e ajustei com êles pelo que ordeno a todos os soldados moradores e índios das nossas aldeias como também a nação dos *Jaguaribaras* os ame e se conservem com êles e lhe dêem tôda a boa passagem que puderem."

Nesta ocasião, vê-se do Bando subscrito a 4 de fevereiro de 1672, pelo mesmo Capitão-Mor, — foram êles presenteados pelos *Jaguaribaras* com muitos cativos *Baiacus*. Eram escravos que haviam colhido na guerra e que alegavam serem seus parentes. Observe-se que o insólito gesto de largueza dos nativos para com os novos aliados dos portuguêses, que poderia parecer, à primeira vista, fruto de requintada liberalidade, era apenas uma manobra solerte daquela gente. Destinava-se a burlar a ordem que lhes fôra dada pelo Capitão-Mor no sentido de apresentarem seus prisioneiros quintados, conforme o determinavam as leis vigorantes.

---

(113) A variante **Guriú** aparece no Bando firmado, em 4 de fevereiro de 1672. por Jorge Correia da Silva e **Goariú** no documento de 1671, em que a mesma autoridade concede paz aos ditos **Ariús**.

índios *Ariús* foram, por volta de 1697, localizados perto de Campina Grande, por Teodósio de Oliveira Ledo, Capitão-Mor de Piranhas e Piancó, e aí assistidos por um religioso de S. Antônio.

Jófili informa que êles ocupavam, na Paraíba, as margens dos Rios Pinhares, Sabugi e Alto Piranhas.

Na carta dirigida a El-Rei de Portugal, em maio de 1700, Morais Navarro alude a êstes gentios como sendo inimigos dos portuguêses.

Não conseguimos apurar que trecho da hinterlândia cearense dominavam. Parece, todavia, provável que vivessem próximo dos *Baiacus* com quem, em fins di século XVII, tentaram firmar uma aliança contra os brancos.

Foi demais, no correr de uma expedição contra os *Baiacus* que os encontrou o Cabo Francisco Martins e êstes lhe pediram paz, fazendo presente que jamais tinham tido guerra com brancos e que dêles queriam apenas a amizade.

Em 1751 havia, segundo consta do relatório de Antônio da Cruz Dinis Pinheiro, uma aldeia de *Ariús* junto ao Rio Parnaíba, fato que torna ainda mais difícil a tarefa de localizar a referida tribo em terras cearenses.

Da leitura do processo movido contra o Mestre-de-Campo Morais Navarro, se sabe da existência no Ceará dos Tapuias *Uriús Grandes* e que receberam, em 1697, ajuda dos *Baiacus*.

Acesa ia então a guerra dos Bárbaros e os *Uriús* estavam sendo perseguidos pelo Capitão-Mor Constantino de Oliveira Ledo. Disso resultou que os índios, como revide. matassem a quatro homens do séquito dêste militar entre os quais um principal *Cariri*, tomando-lhes as armas de fogo de que se achavam providos.

Anos depois, em 1700, desavieram os dois grupos tendo os *Baiacus* atacado com sucesso os seus desafetos. (Ver Carta de Morais Navarro ao Rei, datada de 11 de maio de 1700 (114).

Os *Jandoins, Janduís, Nhanduís* ou ainda *Txocaínas,* não eram índios do Ceará, nem tiveram jamais aldeamentos em terras desta capitania. "Tribo de guerra e sempre pronta para o saque e para a morte", nelas incursionavam, porém, com freqüência e, daí, o se ligarem obrigatòriamente à história colonial da nossa terra.

---

(114) Êstes e outros pequenos incidentes de limitado ou nenhum significado histórico ou etnográfico são aqui consignados não no intuito «de acumular datas e fatos para quem gosta de colecioná-los». mas apenas para comprovar, através de citações numerosas, a existência das tribos cujos nomes vamos registrando.

A advertência é especialmente dirigida a Herbert Baldus, autor do artigo «Etnografia», inserto no «Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros» e que tão àsperamente apreciou êste nosso trabalho, quando o publicamos pela 1.ª vez.

Seu *habitat* primitivo encontrava nos sertões do Rio Grande do Norte, Paraíba e mesmo Pernambuco, onde compunham, como tribo, a grande nação dos *Tararyucks* ou *Tarairiyus*, de que nos falam os cronistas flamengos. Integravam-na, segundo cálculos divulgados por Laet, cêrca de 1.600 pessoas, entrando no cômputo mulheres e crianças.

O escritor citado informa, outrossim, numa larga notícia, que os *Tarairijus* se dividiam em dois grupos amigos que consideravam como sua a extensão de terra compreendida entre os cinco rios chamados *Ociúnos, Quoaouguh, Ocioro, Upanema* e *Woroiguh.* Não logramos identificar tais rios. Todavia, pela avaliação do escritor neerlandês, suas terras deviam ir até a Capitania do Ceará, região "a qual se julgavam com direitos e desejavam retomar dos portuguêses".

Jandoim era, porém. na verdade, um dêsses muitos maiorais brasileiros que transmitira o seu nome ao grupo de índios que o seguiam.

Inimigo dos portuguêses e seus aliados nativos, o chefe tapuia e sua gente aproveitaram a época em que holandeses e lusitanos disputavam violentamente a posse do nosso solo, para se bandearem com os emissários da Companhia das Índias Ocidentais, a quem serviram com lealdade e eficiência.

Para melhor ajudá-los a pôr em prática seus projetos de conquista, vieram muitos dêles habitar as proximidades do Forte Ceulen, centro de resistência e de irradiação do poder batavo no extremo nordeste brasileiro.

Sua cooperação prestante é, aliás, atestada pelo tremendo morticínio que levaram a efeito em Ferreiro Torto e, sobretudo, em *Cunhaú* e *Uruçu;* essas sangrentas tragédias tiveram, no dizer de Nieuhof, a vantagem de expurgar temporàriamente de portuguêses rebeldes a Capitania do Rio Grande do Norte.

Dêles foi o mandante e os dirigiu pessoalmente o tôrvo aventureiro israelita Jacó Rabbi (115).

---

(115) O judeu Jacó Rabbi, diz C. Cascudo, é uma figura hedionda que passa na crônica batava do Rio Grande. É um judeu de lenda clássica, sem escrúpulo, malvado, ladrão, saqueador, intrigante, covarde. É o mentor dos Jaduís, o amigo inseparável dos cariris, conselheiro e consultor político de **Jaduí**.

«Todos os historiadores holandeses são unânimes no julgamento sôbre êsse truculento e bestial Jacó Rabbi. Nalgumas páginas aparece o seu nome como sendo «Rabe», corvo em alemão. O judeu bem justificava o apelido. Nieuhof, contemporâneo às suas façanhas, apesar de ligeira defesa, chama-o **roover** (salteador) e **schurk** (bargante).

Foi graças ao terrível chefe tapuia que o batavo pôde, em 1634, realizar pequenas viagens de exploração ao interior da Paraíba e Rio Grande do Norte, catando minas. É bem verdade que delas nada resultou de útil para os intrusos, quer sob o ponto de vista político, quer econômico, mas concorreram para tornar conhecidos alguns trechos da hinterlândia nordestina.

Tal relêvo alcançou o bugre no conceito dos holandeses que granjeou entre êles o renome de insubstituível. É também, por um dos nossos escritores. comparado a Antônio Filipe Camarão, o célebre Poti da Reconquista, agindo em área menos ampla. "Todos os historiadores holandeses citam suas façanhas. Êle é o Jean Dovy, de Roulox Baro; o *João Dui*, do Marquês de Basto; o ilustre *Jandovius*, de Barléus. O Conde de Nassau escreve seu nome com surprêsa, fazendo valer o auxílio que lhe dava o braço invencível. E o Príncipe, letrado e fino, flamenga-lhe o nome bárbaro. Chama-o *Jande Wy*.

As correspondências para o Conselho dos XIX, mentores de Georctroyerd Westendische Companhia, vão levando para longe a glória terrível do amareba" (C. Cascudo).

Em 1639, quando o Conde João Maurício de Nassau dotou de brasões d'armas as capitanias nordestinas que lograra incorporar aos domínios da Companhia das Índias Ocidentais, foi a ema que fêz figurar nas armas do Rio Grande do Norte (116).

Ela estava ali, conforme explica Câmara Cascudo, contestando as afirmativas peremptórias de Barléus, Varnhagen, Millet de Saint--Adolphe e outros, como uma homenagem ao amigo de sempre e não para significar abundância de emas nos campos potiguares.

Expulsos os invasores batavos, os *Jandoins* embrenharam-se pelo sertão, indo habitar as Ribeiras do Açu e Apodi, onde permaneceram, comenta C. Cascudo, "agressivos, rápidos, fulminantes, assaltadores, indomáveis e cruéis". Em 24 de março de 1683, o Pe. João Duarte do Sacramento, Prepósito da Congregação do Oratório e Prefeito Apostólico das Missões, afirmava serem os *Sucurus* e os *Jandoins* "os mais ferozes de todos aquêles gentios" dos sertões de Pernambuco.

A "Memória sôbre os Índios do Brasil", escrita por Pedro Carrilho de Andrade e já referida no capítulo relativo aos *Baiacus*, fornece-nos muitos dados interessantes acêrca da vida e costumes dêsses indígenas.

Ouçamo-lo:

---

(116) Ver Luís da Câmara Cascudo. «O Brasão Holandês do Rio Grande do Norte». Natal, 1936.

"Exercitam-se desde meninos em destrezas e fôrças, como lutar, saltar, levantando grandes pesos nos ombros correm três e quatro léguas sem descansar. Desta sorte ganham prêmios que entre êles, os maiores, vem a ser môças formosas por mulheres. Finalmente correm um dia todo sem cansarem. Não tem outro exercício nem ocupação de lavoura, nem planta, trato nem distrato algum, nem ofício nem benefício.

São homens bem dispostos, sadios, sem achaques e de largas vidas que bem se podiam comparar com as cobras de quem dizem os poetas que não morrem nunca de velhas senão quando as matam.

São mais ferozes do que as mesmas feras dos montes, agrestes, que a muitas levam vantagens nas fôrças, na ligeireza do correr..."

"Adonde quer que lhes anoiteça dormem deitados pelo chão, sôbre a terra ou areia pura, sem mais palha nem esteira ou cobertura alguma nem por baixo nem por cima. Nem buscam sombra de árvores nem abrigo. Mas antes, no lugar mais descoberto e patente ao ar e céu, ali se deitam acendendo fogos que parece lhes servem de alimento e assim passam as noites cantando mui contentes.

E meia hora antes de amanhecer se levantam e vão à fonte ou ao rio a banhar."

Temos ciência, ainda pelo mesmo narrador, que, nos anos de 1687 e 1688, levantaram-se os *Jandoins* nas Ribeiras do Açu, Mossoró e Apodi não deixando pedra sôbre pedra e causando a perda de milhares de cabeças de gado (117).

Os amotinados, aos quais se tinham unido várias outras tribos sertanejas, chegaram até às proximidades da Vila de Natal, tendo antes talado os chãos interiores da Capitania.

Estendendo-se a sublevação dos *Jandoins* ao Ceará, e nela se achando também comprometidos os *Baiacus*, ordenou o Capitão-Mor Luís da Fonseca que o Cabo Dias Carvalho seguisse para o Jaguaribe à frente de 700 homens para pô-los em paz.

A tropa cearense, narram as crônicas, logrou matar e cativar muitos inimigos mas o sucesso alcançado foi transitório. Tanto que,

---

(117) Há quem faça remontar o início da sedição ao ano de 1696, de vez que, já em 12 de abril daquele ano, mandava Pascoal Gonçalves de Carvalho, Capitão-Mor do Rio Grande, que o Coronel de Cavalaria das Ordenanças, Jerônimo Cavalcante de Albuquerque, seguisse para o sertão a dar combate aos Tapuias em armas. Para outros, a revolta, também chamada **Guerra dos Bárbaros** ou **Confederação dos Cariris**, teve origem ainda mais recuada, pois seus princípios recuariam a 1683. Sendo esta luta sumàriamente descrita pelos cronistas de antanho, mesmo em seus lances mais dramáticos, ignoramos, por isso, quando, na verdade, para ela se movimentaram levas de rebeldes nativos. Sabemos apenas que foi, sem dúvida, a mais importante rebelião dos silvícolas que ocorreu no Nordeste brasileiro.



CABOCLO TARAMAMBÉ, segundo uma aquarela portuguêsa do século XVIII. Trata-se de uma raridade

em 1688, para pôr côbro à situação de insegurança dominante em todo Nordeste-Ocidental, houve, como vimos anteriormente, necessidade de recorrer aos Paulistas, já famosos como terríveis preadores de índios.

Sustentam alguns autores que a campanha dos Paulistas durou 6 anos, terminando pela dispersão, morte e prisão dos combatentes nativos.

Verdade é, porém, que também êles não conseguiram dominar o levante.

Embora fragmentados em hordas que se batiam isoladamente, seguindo as táticas guerreiras que a ocasião aconselhava, formavam os insurrentes, na verdade, uma grande e poderosa fôrça militar argamassada pelo ódio e pelo desespêro.

Assim, sabemos que, num encontro havido por volta de 1694, no Baixo Jaguaribe, entre insurretos e a tropa luso-brasileira, aquêles mataram um filho de Matias Cardoso, ferindo o próprio Mestre-de-Campo; sabemos, igualmente, que não só resistiram à pressão do inimigo mas sôbre êle alcançaram vitórias de sensível importância, reveladoras da valentia com que se batiam os guerreiros nativos. Praticaram, sem dúvida, grandes feitos no decorrer da luta, mas êstes ficaram sempre ignorados. Dêles não restaram, como é natural, registro escrito e as tradições orais, porventura transmitidas de pais a filhos pelos selvagens, de há muito morreram também.

Como quer que seja, foi visando a puni-los de mais êsse crime, que Fernão Carrilho enviou para a Ribeira do Jaguaribe, a 26 de julho, uma fôrça sob o comando de Francisco Dias Carvalho, fato a que já aludimos no capítulo relativo aos *Baiacus*.

A tribo dos *Jandoins* foi, em parte, pacificada por Bernardo Vieira de Melo no ano de 1697.

Dela se utilizou, dois anos depois, Morais Navarro para perpetrar seu infame atentado contra os *Baiacus*, do rancho do maioral *Jenipapoaçu*.

Uma vez servido, deu-se pressa o Mestre-de-Campo em voltar as suas iras contra os antigos comparsas a quem acusa, perante o Rei, em carta datada de 1700, de o terem querido matar e de andarem a fazer terríveis depredações no Ceará.

Segundo o testemunho, aliás suspeitíssimo, do Sargento-Mor Pedro Lelou, ao Capitão-Mor Bernardo Vieira de Melo — o visionário da República de 10 de novembro de 1710 — cabe a culpa de haver induzido os silvícolas a assassinarem o Mestre-de-Campo Morais Navarro.

"Apesar da tolerância dos Padres (que os missionavam), o *Janduí* arrastou vida miserável pelo século XVII, atacando, sempre que podia, as pequenas povoações incipientes.

Incapaz dos trabalhos da paz, de ter existência sedentária, granjearia ou celeiro, eliminou-se combatendo ou preando, sem uma assimilação que para êles representava a renúncia ao seu passado truculento e saboroso de *razzias* e saques seguidos. Vieram quase ao fim do século XVIII com a mesma ferocidade tradicional."

* * *

TRIBOS DO ALTO SERTÃO. No Sul da Capitania habitavam gentios cuja audácia e bravura lhes garantia a posse e domínios das opulentas terras daquela região.

Ali se haviam localizado de longa data, entre outros, os índios *Cariuanês,* sôbre os quais sabemos apenas terem sido aldeados na Missão do Miranda com vários outros grupos aborígines; os *Carcuaçus,* que são para nós verdadeiro enigma, pois, a não ser o nome, tudo mais ignoramos a seu respeito; os *Calabaças*. das margens do Salgado, e os *Cariús,* que viviam "ao longo da ribeira que lhes herdou o nome" e em guerra constante com os *Cariris,* seus irmãos de sangue (118).

Pompeu Sobrinho, tendo em vista o fato de possuírem pequenas lavouras, e outros traços culturais que lhe são peculiares, incluiu os *Cariús* no grupo *Cariri* pròpriamente dito.

Que eram agricultores, esclarece o etnólogo cearense, sabemos pela *data de sesmaria,* concedida em junho de 1707, a João do Monte (ver vol. 4.º, pág. 88, data 231), em cujo contexto se lê: "...descoberto um Rio a quem o gentio dêste mesmo nome tem suas lavouras".

"Ora, acrescenta o mesmo Pompeu, dada a situação do *habitat* dêstes ameríncolas e o fato de não serem *Tarairiús* nem *Gês;* de praticarem a agricultura, não se podendo incluí-los entre os tupis... conclui-se, com forte razão, que eram *Cariris*."

O Capitão Bernardo Coelho, mandado ao sertão da Capitania em 1708, devia expulsar do Ceará os *Cariús,* que se mostravam pouco dispostos a aceitar a dominação européia.

Em 1724 êstes gentios se fizeram parciais dos Feitosas e, guiados por um filho de Francisco Alves Feitosa, praticaram, de parceria com os *Jenipapos,* revoltantes atentados contra a vida e os bens dos colonos amigos da família Monte.

---

(118) Embora o têrmo Cariri seja uma denominação genérica que abrange, como se viu, tribos de diferentes nomes, mas, constitutivas de uma mesma família etno-lingüística, isso não impede que, entre elas, houvesse uma tribo **Cariri**, pelejando contra suas coirmãs, por motivos vários, notadamente a posse dos melhores territórios de caça ou domínio de zonas mais férteis.

Foram, com várias outras tribos, aldeados na chamada Missão do Miranda, erigida sob evocação de N. S. da Penha de França, em 1749.

Houveram aí os primeiros rudimentos da fé católica dos capuchinhos italianos a quem Frei Carlos José, Prefeito das Missões em Pernambuco, incumbira de trabalhar pela salvação das almas dos gentios cearenses.

Parte da tribo foi doutrinada na Aldeia da Telha.

Sustenta Thèberge (119) e com êle Catunda (120) e João Brígido (121) que os Cariris, na época das bandeiras, se reuniram aos emissários da célebre família d'Ávila, da Bahia, para dar caça e descer índios dos sertões cearenses.

O fato em si nada tem de extraordinário, visto como bem mais que o mosquete e arcabus do luso, concorreram para o extermínio dos primitivos brasis as mútuas inimizades e as lutas sem fim de horda contra horda, lutas que os colonizadores, muito de indústria, estimulavam e entretinham. Contesta-o, todavia, Antônio Bezerra, que prova a contento, em seu escrito intitulado "Algumas Origens do Ceará", jamais terem vindo, a êsse trecho do nosso território, agentes daquela poderosa clã baiana.

Se membros da família d'Ávila obtiveram, na hinterlândia cearense, sesmarias, nunca ali estiveram, nem mandaram representantes para colonizá-las.

Os *Cariris* foram convertidos ao catolicismo por frades Carmelitas que os aldearam nos lugares, hoje denominados Barbalha, Crato, Missão Velha e Nova (Thèberge).

Mesmo pacificados, causaram prejuízos consideráveis aos colonos em 1703 e em 1706, quando unidos aos *Icós* se puseram em rebeldia contra os brancos que, aos poucos, se iam assenhoreando de suas terras.

Passaram, por isso, a figurar no número das tribos que, em 1708, deviam ser expulsas do Ceará pelas tropas do Capitão Bernardo Coelho.

Os índios *Cariris*, do Crato, foram, em 1780, daí transferidos, pelo Ouvidor Dias e Barros, para as vilas de índios que estavam situadas próximo à sede da Capitania. Eram, já então, pouco numerosos e fàcilmente se fundiram na população local.

---

(119) P. Thèberge — «Esbôço Histórico sôbre a Província do Ceará», Parte 1.ª Ceará, 1870.

(120) J. Catunda — «Estudos de História do Ceará» — Fortaleza, 1886.

(121) J. Brígido dos Santos — «Resumo Cronológico para a História do Ceará», Paris, 1807.

Nos sertões da Capitania viviam ainda os *Jucás*, tribo cuja história é violenta e trágica.

Habitando a região dos Inhamuns, seu nome aparece, pela primeira vez, na crônica cearense, ligado, como tantas outras indígenas, à história dos Montes e dos Feitosas. famílias matutas rivais que encheram os sertões de nossa terra com seus atos de vandalismo. Partidários dos Feitosas, lhes prestaram os *Jucás* continuada assistência na terrível contenda que enlutou o Ceará Colonial e em fogo e sangue pôs os chãos interiores da Capitania.

Em 1727, agruparam êles sob a direção de um missionário nas margens do Jaguaribe, constituindo com os *Quixelôs, Quixerariús, Cariús* e *Candandus* a Aldeia da Telha, sita na Ribeira dos *Quixelôs,* então distrito da Vila dos *Icós.*

Os moradores nativos da Telha eram, ao que parece, inveterados rapinantes, pois há contra êles várias queixas do povo da região circunvizinha, à Câmara do Icó. A datada de junho de 1714 diz que se prevaleciam das saídas autorizadas pelo Ouvidor para as pescarias, para matar e roubar gados e pilhar o quanto achavam, fato que se devia atribuir à pouca ou nenhuma energia do missionário, que tolerava todos os abusos dos seus tutelados (Extratos) (122).

No ano de 1743, os *Jucás*, residentes na Telha. instigados pelos Feitosas, abandonaram em grande número a sua missão, retornando, com mulheres e filhos, à vida erradia e vagabunda. O Capitão-General de Pernambuco, informado do fato, deu ordens para dêle se tirar devassa e apurar quem havia promovido a fuga dos nativos.

Êstes deviam ser constrangidos, mesmo pela fôrça, a voltar às suas antigas moradas.

Da providência nada surtiu, ficando a missão quase despovoada (Thèberge).

Três anos depois, a 25 de junho de 1746, os moradores da Ribeira do Quixelô, reiterando suas reclamações contra roubos praticados pelos indígenas da Missão da Telha, roubos que tinham origem na fraqueza do seu missionário, que os deixava sair da aldeia a ponto de se achar a missão dêste gentio reduzida a uns 60 homens, que poucos residiam nela" (Extratos).

Os apelos incessantes dos criadores motivaram uma ordem régia com data de 20 de dezembro de 1746, mandando "que para previnir semelhantes frutos se inquirisse por êles nas devassas de janeiro de cada ano (Thèberge).

---

(122) Extratos dos assentos do antigo Senado do Icó. Coligidos nos arquivos do Icó, Aracati, Fortaleza, etc. pelo Dr. Thèberge — R. do I. do C. T. XXV.

Assistia-o, em 1749, conforme se vê da *"Relação das Aldeias"* que há no distrito dêste Govêrno de Pernambuco e Capitania da Paraíba, sujeito à Junta das Missões dêste Bispado", um sacerdote do hábito de S. Pedro.

Dezessete anos depois, por volta de 1761, foram os *Jucás* e *Cariús* que habitavam a Aldeia do Brejo, antiga Missão do Miranda, hoje Crato.

Pouco tempo os *Jucás* aí permaneceram.

Movidos por natural tendência para a vida nômade, quase todos fugiram para as matas, onde passaram a viver em completo estado de barbárie.

Só dois anos mais tarde, em 1763, conseguiu o Cel. Manuel F. Ferro, por determinação do então Governador do Ceará, José Vitoriano Borges da Fonseca, reconduzi-los à sua Missão.

A aldeia dos índios *Jucás* foi, por iniciativa do Capitão-Mor Borges da Fonseca, elevada a Vila, em 1767, com o nome de Arneirós.

A 25 de novembro do mesmo ano, representava, porém, o Senado do Icó contra a criação da Vila de Arneirós, assim como de S. Mateus porque "êstes lugares são menos convenientes que Telha e Mangabeira, que são lugares já povoados e onde há gente capaz de servir os empregos ao passo que nas outras é preciso mandar empregados do Icó".

Os *Jucás*, volvidos à sua antiga missão, em nada modificaram a existência de rapinagem e violência que dantes levavam. Viviam furtando gado e assaltando moradores das adjacências.

Êsses crimes, incessantemente renovados, acabaram por atrair sôbre êles a odiosidade dos Feitosas, que assentaram livrar-se dos antigos comparsas agora tão agressivos e incômodos.

Cada roubo praticado pelos indígenas era imediatamente seguido à eliminação violenta de um ou de muitos de sua raça.

Cientificado da grave ocorrência, o Governador de Pernambuco, D. José César de Mendes, determinou ao Ouvidor-Geral do Ceará, José da Costa Dias e Barros, que retirasse os índios da povoação da Telha, levando-os para uma das vilas de índios situadas próximo à sede administrativa da Capitania. A ordem foi executada em 1780 (Thèberge).

Pelas extremas meridionais do Ceará erravam os *Pimpões* ou *Pipipãos* que, em 1802, tiveram o seu aldeamento no lugar Jacaré, sertão da Serra Negra, sendo seu primeiro missionário Frei Vidal Frescarolo, frade Capuchinho; os *Xocós* e os *Umãos, Hurmons* ou *Huamães*, vindos ambos do Sul no declinar do período colonial.

Moradores no território do atual Estado de Alagoas e falando língua geral, os *Xocós*, já em 1746, eram domésticos e tinham sua

missão no lugar Pão de Açúcar, distrito da Vila de Penedo (123). Criada sob a invocação de N. S. da Conceição, a aldeia dêsses caboclos era, em 1749, dirigida por sacerdotes do hábito de S. Pedro (Ver a "Relação das Aldeias" que há no distrito dêste govêrno em Pernambuco) (124)

Em 1802, viviam, segundo informações deixadas por Frei Vidal de Frascarolo, alguns *Xocós*, nas cabeceiras do Piancó. Terra Nova e travessias dos Cariris-Novos (125).

Êstes eram, porém, "gentios bravos" e só seriam pacificados no ano seguinte, 1803, pelo próprio Frei Vidal, que os aldeou no Ôlho d'Água da Gameleira, Freguesia de Cabrobó, com os *Voues* e os *Umãos* que aí haviam sido localizados no correr de 1801. pelo mesmo missionário.

Para chamá-los à razão serviu-se Frei Vidal dos *Pipipões* como embaixadores, fato de que deu conta ao Bispo de Pernambuco, D. José Joaquim de Azevedo Coutinho, por carta datada de 10 de janeiro de 1804.

O Presidente Dr. João Antônio de Miranda, em relatório, apresentado à Assembléia Provincial em agôsto de 1839, descrevendo a situação dêsses índios, diz: "Nos sítios que servem de limites a esta província com a da Paraíba e Pernambuco, no têrmo do Jardim, uma tribo índia (a dos *Xocós*) em distância de 6 a 8 léguas da referida Vila, os quais fazem numerosos prejuízos aos criadores da vizinhança. Tem-se feito tôda a diligência para civilizá-los mas baldos têm sido todos os esforços para êste fim empregados. Já em 1809, pelo Govêrno de Pernambuco, foi mandado Frei Ângelo, frade da Penha, para o fim de catequizá-los, e depois de ter-se zelosamente dedicado a tão louvável comissão apenas os pôde conservar alguns meses em aldeia. O mesmo tentaram debalde, alguns cidadãos do Jardim. O terreno que habitam não lhes oferece comodidades para a vida; vivem da pesca e da caça, e naqueles sítios não há lagoas, nem rios, nem abundância de caça, chegando apenas para o tabaco

---

(123) Ver «Informações sôbre os índios bárbaros dos sertões de Pernambuco» «Rev. do Inst. do Ceará». Tomo XXVII. Ano 1913.

(124) Thomaz Pompeu Sobrinho identifica os **Xocós** com os **Xucurus**, índios que, segundo êle, eram **Tarairiús**.

Não podemos aceitar semelhante aproximação diante do que consta da «Relação das Aldeias que há no distrito dêste govêrno em Pernambuco». Naquele documento é, com efeito, atribuída a qualidade de caboclos da língua geral aos citados nativos. (Ver Thomaz Pompeu Sobrinho — «Tapuias do Nordeste» in «Rev. do Inst. do Ceará», tomo LII, 1939) o que contraria formalmente a tese do emérito indianólogo.

(125) Seriam êles os mesmos **Socós** que, em meados do século XVII, aparecem em Ilhéus e foram reduzidos à obediência pelo Pe. Gonçalo do Couto, da Companhia de Jesus. Julgamos isso pouco provável, uma vez que os **Socós** eram índios que, segundo o Pe. Serafim Leite, não falavam a língua geral.

de que são muito apaixonados e pouco mel e cêra que apanham, donde se deduz não haver vantagem alguma que os convide para aldearem-se, tendo sido estas as vistas do referido sacerdote, cuja delicadeza e prudência os contiveram, como disse, por pouco tempo reunidos na Baixa Verde. É esta a única tribo que me persuado existir nesta província e que me informam constar de 25 homens de arco, além de mulheres e meninos, bem que pela antiguidade dela e pelo exposto me inclino a crer que muito maior deve ser o seu número."

"A razão e a humanidade exigem que chamemos êstes infelizes ao seio da religião e da sociedade. Êles conhecem e vêem freqüentemente os nossos homens, êles têm idéia de um aldeamento ou de uma povoação e visto que a ingratidão dos lugares por onde erram não tolera a sua reunião e o seu repouso, e nem seja político e próprio de cristãos expeli-los com armas, como já se tem pretendido. dessa pátria agreste que não ousam trocar pelos dissabores da sociedade, seria meu entender que os acenássemos com o Evangelho, com afagos e com todos os meios possíveis para chamá-los à Vila de Jardim, onde se curasse da sua sustentação e civilização. É necessária uma missão, são necessárias despesas; mas o objetivo é tão justo, motiva tanto interêsse e simpatias que me persuado ocupará alguns instantes a vossa atenção."

"Que importa, porém, senhores, que arranquemos êstes infelizes dos sertões em que vagam, se por ventura lhes não oferecemos vantagens que os não façam arrepender da permuta? Se hão de vir entre nós passar a vida miserável que carregam os seus irmãos civilizados, os descendentes de outros índios, se hão de vir ser expectadores e vítimas do desleixo, do abandono e da pilhagem, melhor será então deixá-los entregues à sua vida selvagem, fazendo-os internarem-se por êsses extensos bosques ou tirando-lhes pela fôrça os meios de nos fazerem prejuízos."

O apêlo do Presidente Provincial em favor dos *Xocós* não foi ouvido e os índios continuaram entregues à sua miseranda sorte. Encontrando invencíveis dificuldades para se sustentar dos produtos naturais da região, furtavam gado dos moradores da vizinhança que, em revide, lançavam mão de todos os meios para destruí-los. Alguns fazendeiros iam ao ponto de organizar, com seus agregados, verdadeiras caçadas de índios. Renovam, dêsse modo, os cruéis morticínios que, em séculos anteriores, haviam feito a glória das primeiras bandeiras paulistas.

Atocaiados como feras pelos brancos, os nativos reagiam atacando casas e viajantes que, não raro, assassinavam traiçoeiramente.

Em 1843, redobrando as perseguições movidas contra êles, os *Xocós*, unidos aos *Humons* e aos *Quipapás*, de Pernambuco, inva-

roubando e incendiando fazendas, o que fizeram nas províncias vizinhas de Pernambuco e Paraíba (126).

O epílogo do terrível drama foi ainda mais comovedor.

Tendo os prejudicados feito a comunicação dos trágicos sucessos ocorridos no Jardim, às autoridades locais, saíram das três províncias assoladas a restabelecer a ordem, fortes contingentes da guarda nacional. Não obstante as ordens que levaram, para agir com prudência, êstes se houveram com a maior crueza, desbaratando completamente os nativos.

"No decurso de abertura da Assembléia Provincial dêsse ano, o Presidente falou acêrca dêstes acontecimentos, e apreciou bem exatamente o estado de cousas; declarando que — o caso ocorrido era filho de erros antigos, e que uma política semelhante à que tiveram os sábios da Companhia de Jesus, podia remediá-los."

"Em virtude disto, os Deputados restabeleceram o diretório dos índios, que fôra criado por Ato de 3 de maio de 1757, e autorizaram o Govêrno a fazer o regulamento necessário para a sua execução; assim como a alterar as disposições dêste Diretório que se achassem em antinomia com a Constituição do Império, e com as leis do Estado."

"Mas êste decreto, datado de dias do mês de agôsto, não foi cumprido porque o Govêrno-Geral tomou a seu cargo a importante incumbência, que lhe fôra cometida pela Assembléia-Geral, de catequizar e civilizar os índios."

---

(126) O Conselheiro Araripe, ocupando-se, em sua «História da Província do Ceará», das tribos indígenas, conquista e aldeamento das mesmas e seu estado presente, narra um fato semelhante ocorrido em 1814, no Govêrno de Manuel Inácio de Sampaio, que teria mandado «um destacamento que combinado com alguma tropa vinda de Pernambuco e da Paraíba os obrigou a procurar abrigo em mais remoto sertão».

Efetivamente. A 1.º de março de 1819, escrevia Manuel Inácio de Sampaio a Luís do Rêgo Barros o seguinte:

«Vários moradores do têrmo da Vila do Crato me dirigiram há pouco o requerimento da cópia inclusa, cujo narratório se acha comprovado pela informação do Ouvidor da Comarca também junta por cópia. Por falta de registos antigos nada consta nesta Secretaria a respeito do que em outras semelhantes ocasiões se tem praticado para expulsar o Gentio, de quem se queixam; mas a tradição geral combina exatamente com o que propõe o Ouvidor da Comarca na sua informação. Tenho por tanto ordenado a Gregório do Espírito Santo que passe a perseguir aquêle Gentio, prendendo os que puder colhêr, e afugentando os outros. Dignando-se V. Ex. querer concorrer para o sossêgo dos povos limítrofes das três Capitanias de Pernambuco, Paraíba e Ceará, livrando-os daquele flagelo, seria para desejar que V. Ex. ordenasse ao Oficial encarregado por V. Ex. desta comissão, que se entendesse com o sobredito Gregório do Espírito Santo, assim como também com o Oficial, que da parte da Capitania da Paraíba tiver uma semelhante ordem.» («Revista do Arquivo Público» — 1.º Semestre — Pernambuco — 1946.»)

"Foi restabelecido, pois, pelo Ministério, o Diretório, o qual foi em seguida instalado nesta Província, sendo nomeado Diretor-Geral o Capitão-Mor Joaquim José Barbosa. No Jardim foi incumbido dessa missão o maior inimigo dos índios, o Coronel Simplício, sendo, por conseguinte, bem triste a lembrança dessa nomeação, que dando-lhes antes um carrasco do que um administrador. Todavia, bem ou mau grado dêles, conseguiu reuni-los em aldeia, perto ou naquela Vila, onde se conservaram até o ano de 1846, época calamitosa em que, havendo falta absoluta de meios para sustentá-los, foram autorizados a retirarem-se para onde melhor lhes aprouvesse, a fim de proverem os meios de sustentar a sua existência, como lhes fôsse possível. Voltaram então outra vez às florestas."

"O diretório dos índios, restabelecido nesta Província, durou pouco. Não havia mais índios a aldear, senão as tribos de que já falamos."

"Os bens das antigas aldeias tinham sido invadidos por novos proprietários, que já se achavam de posse dêles de longa data; houve ainda litígios a êste respeito. mas como o Govêrno-Geral reconhecesse, por fim, a pouca conveniência dessa criação em certas províncias, revogou a lei relativamente a elas, entrando o Ceará neste número, em 1848" (Thèberge).

Em 1860, existiam ainda, no têrmo de Milagres uns trinta ou quarenta índios pertencentes à tribo dos *Xocós*. Conforme refere Thèberge em carta a João Brígido, datando daquela época e publicada na "Gazeta de Notícias", de 15 de janeiro de 1930, habitavam êles a Serra de Cachorra Morta e se achavam sob a proteção de um indivíduo chamado Manuel José.

O botânico inglês Jorge Gardner, que estêve no interior do Ceará, entre 1838 e 1839, em exploração científica, conheceu os *Humons* e *Xocós* que, cumprindo o melancólico destino dos de sua raça, encontravam-se já então reduzidos à mais negra miséria.

Eis como o sábio itinerante consigna o fato em notas de viagem: "No distrito da Barra do Jardim habitam duas pequenas tribos de índios não civilizados; o seu número, porém, vai diminuindo ràpidamente; uma delas, consistindo em uns oitenta indivíduos chamados *Xocós*, a outra, dos *Humons* constando de setenta pessoas, tem as suas habitações usuais a treze léguas ao sul. Conquanto sejam geralmente de ânimo inofensivo, pouco tempo antes tinham sido surpreendidos furtando gado nas fazendas vizinhas. Aparecem ocasionalmente na Vila e consta serem de costumes imundos, na falta de melhor alimento, a devorar a cobra cascavel e outros répteis."

GRUPOS INDÍGENAS DE EXISTÊNCIA DUVIDOSA. Habitariam, também o Ceará, de acôrdo com Nélson de Sena. os *Xorós* e, segundo

o Barão de Studart, os *Cabindas*, os *Juremas,* os *Jururus* e os *Irapuás.* Êstes demorariam nas cabeceiras do Rio Jaguaribe.

Thèberge aponta, por sua vez, os *Guaios*, os *Jaburus. Paliés, Mandavês, Naporás, Aquigirós, Inhamuns* e *Campeós.* Segundo o mencionado autor, o primeiro, dos gentios citados, empregavam flechas ervadas e os últimos cortavam a cabeça de seus inimigos e a conduziam consigo como um sangrento troféu. Semelhavam, pois, sob êste ponto de vista a tantos outros povos primitivos da América, Ásia, África e Oceania que, por terem tais hábitos, são chamados caçadores de cabeças. Paulino Nogueira, em seu Vocabulário indígena, alude também aos *Aquirás* ou *Akirás.*

Não encontramos menção de qualquer dos nomes acima relacionados em documentos que, sôbre o assunto aqui em debate, tiveram ocasião de consultar e, por isso, hesitamos em aceitar a realidade de sua existência em terras da nossa capitania.

Devemos, porém, abrir uma exceção para os *Inhamuns* que, no dizer de Thèberge, habitavam entre os *Quixelôs* e os *Jucás.*

Do registro da patente do primeiro Capitão-Mor da Vila do Icó. Bento da Silva e Oliveira, que foi depois seu Juiz Ordinário, consta ter êle sido provido àquele pôsto como recompensa dos serviços prestados durante 20 anos nas guerras contra os *Inhamuns* (Extratos).

Sustenta Catunda que os gentios dêste nome, sendo inimigos irreconciliáveis dos *Icós,* foram por êles quase aniquilados em 1726, quando mais acesa ia a luta entre Montes e Feitosas. Thèberge, que também proclama o fato, chega até a descrever o encontro dos dois grupos rivais, encontro que teria ocorrido em S. Mateus. O fato narrado não possui, todavia, como o demonstrou A. Bezerra, qualquer cunho de autenticidade.

Certo é apenas que os silvícolas apontados sofreram sérios agravos partidos da tropa de 600 homens que saiu, em 1708, a dar caça aos Tapuias *Acimis* e *Vidaes* (Carta de Soares Reimão, de 14 de fevereiro de 1708).

Barba Alardo de Menezes. em sua "Memória sôbre a Capitania do Ceará Grande", pág. 43, inclui ainda, no rol dos indígenas cearenses, os *Pergas* ou *Peigas* e os *Panatecuremas* que, em sua opinião, assistiam próximo à Fortaleza de N. S. d'Assunção (127).

---

(127) Parece haver nisso um grande equivoco do ilustre escritor e homem público. **Panaticuremas** resulta evidentemente da aglutinação do nome de duas tribos paraibanas: a dos **Panatis** e dos **Curemas**. Algumas famílias desta última tribo estabeleceram-se na aldeia dos **Panatis**, situada junto ao Rio Piancó, e foram assistidos por Teresianos; outras viviam em aldeias dirigidos por frades Capuchinhos. Daí talvez o vocábulo mencionado por Barba Alardo.

Nos anais históricos cearenses figura o nome **Panati** apenas como o de certo maioral Baiacu batido e morto em encontro com os portuguêses, ao tempo em que João Tavares de Almeida governava a Capitania. «E vindo o Rey Penaty dos gentios unido com os principais da nação dos Baquaes para destruir a campanha e matar e cativar os indios das Aldeias sujeitas dos Pes. da Companhia que nellas estavão dotrinando, lhe sahiu ao encontro com 40 soldados e 160 arcos de guerra estando o inimigo com mais dous mil arcos os destroir e desbaratar. Seguindo-lhe o alcanse mais de hua legua matando-lhe muita gente e ao mesmo Rey e hu filho seu e alguns principais que o acompanhavão ficando quieto com este sucesso aquelles moradores e indios sujeitos.» Petição de D. Joana de Mendonça, datada de 6 de maio de 1679.

Os **Pergas**, **Pebas**, **Peigas** ou **Pegas**, por sua vez, viviam no alto Piranhas, onde acabaram por constituir a aldeia chamada **Pega**, embora marcassem, não raro, com os seus rastos, os chãos orientais do Ceará. Tomaram, bem como os **Curemas**, parte ativa na guerra dos Bárbaros.

III PARTE

OS BAIACUS

A tribo que maior destaque alcançou, no cenário do Ceará colonial, por sua resistência à dominação lusitana, foi indubitàvelmente a dos *Baiacus* ou *Paiacus,* hoje chamados *Pacajus.*

O nome dêsses índios, ordinàriamente grafado *Paiacu,* comporta, aliás, numerosas variantes. Assim, no bando firmado pelo Capitão-Mor Jorge Correia da Silva, em 4 de fevereiro de 1672, surge o vocábulo alterado para *Paiagu.*

Na carta patente de nomeação de João Tavares de Almeida para Capitão-Mor do Ceará, aparece *Baiqui* e *Baquaí,* no documento, datado de 6 de maio de 1679, em que D. Joana de Mendonça pede satisfação dos serviços do marido, o citado João Tavares de Almeida.

Vimos escrito *Pacaju,* na petição de Aragiba, e *Paacu,* na certidão dada, a 2 de outubro de 1699, por Baltasar Antunes de Aguiar. Em título de igual teor, passado a 22 de outubro de 1699, Pedro Carrilho de Andrade os denomina *Piacus.* Jorge de Barros Leite, em seu edital de 30 de junho de 1703, grafa, por sua vez, *Payacu,* enquanto o "Regimento que há de seguir o ajudante cabo de infantaria desta praça, Francisco Martins", consigna o têrmo *Biacuus;* e *Paicu,* a carta que José Barbosa Leal escreveu a D. João de Lancastro, ou, ainda, *Paiaquises,* em documentos jesuíticos.

No registro da Patente de Capitão da Infantaria em que foi provido Francisco Dias Carvalho — sem dúvida o documento mais antigo em que há menção dessa gente — deparou-se nos *Bayacus,* apelativo que figura igualmente na petição dos índios de Parangaba e que é aqui adotada como designativo da tribo.

Preferimo-lo a qualquer outro por julgarmos ser êle o mais usual entre nativos. *Baiacu* é, conforme regista Martius, a palavra de que se serviam os indígenas para designar um peixe, vulgarmente conhecido por peixe sapo, cuja carne é venenosa. É certo que a etimologia do vocábulo seria, segundo alguns, *Baia,* corruptela de *pajé,* feiticeiro, e *u* comer — ou seja, comida de feiticeiro. Isso, porém, não constitui argumento bastante para nos fazer adotar o nome *Paiacu* em lugar de *Baiacu,* de vez que êste era e é o nome do peixe que lhes serviu de alcunha.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

Apesar do nome tupi, por que ficaram conhecidos, eram os *Baiacus*, na realidade, gentios de língua travada a quem os primeiros cronistas chamavam *Tapuias*. Os autores modernos passaram, depois de Batista Caetano e do desmembramento do grupo *Guck* ou *Coco*, a incluí-los no grupo *Cariri*, que se havia, em virtude disso, tornado independente. Apenas Tomás Pompeu Sobrinho, a quem cabe, entre nós, a primazia no estudo de assuntos ligados à etnografia dos indígenas cearenses, filia-os aos *Tarairiús*.

Os *Baiacus* senhoreavam a faixa costeira que, compreendendo as bacias inferiores do Açu e baixo Jaguaribe, se estendia às proximidades do Rio Choró. Em suas expedições de guerra e de saque, para o lado do poente, chegavam, porém, até perto da Fortaleza de N. S. d'Assunção, onde vinham acometer os nativos mansos que ali residiam à sombra da proteção dos lusitanos.

Prováveis sucessores dos *Potiguares* neste trecho do país, nunca fizeram boa amizade com os colonizadores luso-brasileiros, com os quais entraram em conflito desde os primórdios da conquista. Martim Soares Moreno, que tão bem sabia falar ao coração dos nativos, jamais logrou captar-lhes as boas graças ou dêles não teve conhecimento, pois a êles não alude especìficamente em suas cartas, relatórios, etc.

Durante a ocupação batava, mantiveram-se arredios ao convívio dos novos conquistadores. Depois da expulsão dêstes, continuaram a trazer em sobressalto os portuguêses sem, todavia, lhes declarar guerra aberta. Aleivosos ao extremo, assassinavam e roubavam os incautos que, desapercebidos, ousavam atravessar-lhes os domínios territoriais, mas iam todos os anos, levando o mulherio, aposentar-se junto ao forte de N. S. d'Assunção, assistindo na aldeia missionária, durante meses seguidos, como faziam outras nações amigas.

Pedro Carrilho de Andrade, para demonstrar a má-fé dos *Baiacus*, a quem considerava uma súcia de refinados malandros, cita na "Memória" que escreveu sôbre indígenas brasileiros, em desabono da conduta dêles, os fatos seguintes aqui transcritos na grafia original do documento.

"De pax com êsse protesto estavão os gentios *pyacus, E*m Yaguoarybe quando aleyvozamente matarão. Roubarão E despoyarão. A des, ou doze homens que hião a pouar aquelas terras E se fyarão delles, Como amigos, mas elles não tem fee nem lyaldade.

De pax Estavão os mesmos pyacus, quando mataram ahu Religiozo aleyvozamente no Caminho, do Apody hindo de viagem do asú para yaguaribe E o Roubarão, Eluijo se a saber o Cazo por lhe Acharem Em sua sacriligas mãos hu Calis E outras vestimentas sagrada E contra Elles ha devessas nem justisa.

Em outra ocazião, matrão, ahu moso que hija de viagem do asuo a onde chamão, as piranhas, E o Roubarão que pellos vestidos que se aharão Em suas mãos seucy asaber deyxando outros mtus que tem, aleyvozamente."

Essas afirmativas, no tocante ao proceder incorreto dos *Baiacus*, são, em parte,corroboradas pelos dizeres do "Regimento" dado ao Ajudante Filipe Coelho de Morais, em 3 de dezembro de 1666, pelo Capitão-Mor João de Melo Gusmão.

"E porquanto a nação dos *Payacus* veio o anno passado como ofazem os outros annos e retirando-se contentes, e obrigados como Traidores deslais. E faltos a fee da paz assentada encontrarão no caminho de sua retirada sete Pessoas ditas Aldeas que para ellas se vinhão, recolhendo do Rio Grande as matarão."

"E depois mandando o Pe. Pedro Fco. trez Indios de correo com cartas suas os mesmos *Pauacuz* os matarão na foz do Jaguaribe, e outros muitos agravos que nos e as ditas aldeas temos recebidos dos ditos *Payacuz* no caminho de Pernambuco em Correos, matando a hus, e roubando a outros ficando sem castigo por falta de fôrças que não temos para os buscarmos nas suas terras."

Assim agindo, tornam-se, a princípio, em um obstáculo sério ao comércio entre o Ceará e as outras Capitanias do Nordeste Oriental, e, o que é mais grave, constituem-se, depois, em um estôrvo constante ao povoamento da ribeira do Jaguaribe e terras vizinhantes.

A primeira tentativa de ataque em massa dos *Baiacus* contra os índios amigos dos portuguêses ocorreu em 1666, quando, com grande fôrça, se acercaram da Missão de Parangaba, animados da clara intenção de destruí-la. Se não lograram levar a efeito o sanguinário desígnio, foi porque os principais desta aldeia, aterrorizados diante do perigo, socorreram-se do Capitão-Mor João de Melo Gusmão, Governador da Capitania, pedindo-lhe não só os defendesse, mas igualmente os ajudasse a tirar vingança dos malefícios que tais inimigos lhes vinham causando há muito.

Convencido de que eram justificados os temores dos requerentes, acedeu o Capitão-Mor e, "por satisfazer com o serviço de Deus e de Sua Majestade e para a conservação própria e reputação das armas portuguêsas", ordenou ao ajudante Filipe Coelho de Morais, cabo da guarnição da fortaleza, fôsse, com trinta soldados e os índios das aldeias avassaladas, punir os *Baiacus*, que se achavam acastelados em atitude hostil no sítio Precabura (1).

(1) Regimento que há de guardar o ajudante Filipe Coelho de Morais na guerra que vai dar aos **Paiacus**. R. I. do Ceará. Tomo IV — Ano de 1890.

Devia, outrossim, o ajudante Coelho Morais, para prevenir novos distúrbios, matar a todos aquêles que fôssem surpreendidos de armas nas mãos.

De nada valeram, porém, as medidas violentas determinadas pelo Capitão-Mor. Frustrada a primeira tentativa contra Parangaba, os assaltantes se dispersaram para, algum tempo depois, recomeçarem suas hostilidades contra os brancos e os índios missionados.

Tornavam, dêsse modo, cada vez menos seguras as viagens terrestres para Pernambuco, que então se realizavam pelo litoral e, por isso, em agôsto de 1671, declaravam os colonizadores novamente guerra aos *Baiacus*, cabendo, desta vez, a iniciativa da medida a Jorge Correia da Silva, o sucessor de João Tavares de Almeida no govêrno do Ceará. Assim agindo, cedia igualmente às solicitações dos *Jaguaribaras* e dos principais caboclos da aldeia de Parangaba, que se diziam por êles constantemente ameaçados de morte.

É concebida nos seguintes têrmos a petição dos índios que motivou, também, em parte, a resolução do Capitão-Mor.

"Dizem os principais da aldeia de parangaba João Algodão e Francisco Aragiba e os principais dos Juguribaras Cachoe e Maxure e os mais que se não nomeão que êles representão a Vme. Em seu nome E de seus filhos as queyxas que tem dos Bayacus. A coal nação lhe tem feito grande dano em seus filhos E mulheres tirando-lhes a vida E juntamente Empedindo lhes a pasagis desta Capitania A de Pernambuco. Outro sim o Snr. Capitão maior João Tavares de Almeida lhe fez guerra aos Payacús per se justa conformados com os votos dos Reds. padres da Companhia E por cuanto queremos viver seguros e quietos Em nossas Aldeias sem cuidados de nos virem matar a nosas casas E terras pedimos a Vmc. Senhor Capitão mor nos de infanteria para que com elles todos onidos E conformes destruirmos esta nação de payacus no que se fara hum grande serviço a Deos e asua Alt. R. mere João-|-Algodão, francisco-|-Aragiba, Ca—coE, ma—xure."

Do texto do documento apontado se infere que, também, o antecessor de Jorge Correia tivera de lutar com os *Baiacus*, quando de sua primeira estada no comando da praça de Fortaleza e à frente da administração capitanial.

O fato é igualmente mencionado na carta patente de 2 de outubro de 1673 nomeando o dito João Tavares de Almeida para exercer, de nôvo, o cargo de Capitão-Mor do Ceará, agora por espaço de três anos.

A terrível missão de aniquilar os gentios pesava, desta vez, sôbre os ombros do ajudante Francisco Martins, cabo de infantaria da guarnição de fortaleza, que marchou para a zona conflagrada, levando 30 soldados e 500 guerreiros tirados das aldeias sediadas nas

zonas circunvizinhas do presídio. Da tropa fazia parte o ajudante Filipe Coelho de Morais, que tanto se distinguira nas campanhas de 1666 contra os mesmos selvagens, e cujos conselhos, lembrava o regimento, Francisco Martins devia seguir "por que êle além de soldado de valor, tinha experiências destas nações". (2)

Bem se houve o chefe da nova expedição no desempenho da árdua incumbência que lhe fôra confiada. A caravana atravessou célere os tabuleiros praianos, bateu os índios e regressou trazendo numerosos prisioneiros de tôdas as idades que foram escravizadas. Na mesma ocasião, centenas de indígenas caíram, para sempre, vítimas dêsse método de terror e pressão, usado pelos brancos.

A vitória da fôrça expedicionária e os resultados colhidos no decorrer das operaçõees militares, a que nos referimos, não satisfizeram, porém, o Capitão Jorge Correia. Temendo, com justa razão, que os *Baiacus*, escapos ao massacre, se reagrupassem e, aliados a outras tribos tapuias, viessem tomar desfôrra, assaltando os índios amigos dos portuguêses, fêz seguir, em 20 de novembro de 1671, o sargento reformado Jorge Martins com dez homens e uma peça de campanha para a aldeia de Parangaba. O comandante da fôrça levava ordem para que, "vindo os referidos inimigos, os destruísse de sorte que ficassem todos livres dêles" (3).

As providências concertadas pelo Capitão-Mor resultaram, porém, improfícuas, uma vez que os *Baiacus* não ousaram reagir. Sentindo-se, sem dúvida, muito enfraquecidos pelas perdas sofridas em suas lutas contra os colonizadores, mandaram mesmo, a 7 de janeiro de 1672, uma embaixada a pedir pazes àquela autoridade, que os atendeu. Nessa ocasião, foi firmado entre as partes contrárias um tratado de amizade que seria ratificado em 8 de fevereiro do mesmo ano.

Não permaneceram, contudo, inativos por muito tempo os nossos índios. Seu ânimo aventureiro e turbulento não se comprazia com o môrno sossêgo de prolongadas quietudes.

Rebentando no Rio Grande do Norte, em 1686, a revolta dos *Jandoins,* a ela aderiram imediatamente. A rebelião, conhecida sob o nome de "Guerra dos Bárbaros", por nela terem tomado parte grande número do tribos tapuias do Nordeste, durou vários lustros com alternativas de sucessos e reveses para as armas portuguêsas.

---

(2) Regimento que ha de seguir o Ajudante Cabo de Enfantaria desta praça Francisco Martins na guerra que vay dar nação dos **Biaquus**. R. I. do Ceará — Tomo II, ano de 1888.

(3) Regimento dado a Jorge Martins em 20 de novembro de 1671. R. I. do Ceará — Tomo IV — Ano de 1890.

Dois anos mais tarde, no govêrno do Capitão-Mor Luís da Fonseca, 1688, saiu ao encontro dos sediciosos Francisco Dias de Carvalho à frente de setecentos homens, batendo com relativa facilidade os que ousaram enfrentá-lo.

No decorrer dêste conflito armado, segundo informações por nós colhidas em documentos da época, viu-se o comandante da fôrça várias vêzes ferido, mas os indígenas foram desbaratados e perderam grande número de seus melhores arcos.

De papéis publicados na Revista Trimestral do Instituto do Ceará, pelo historiador João Perdigão Oliveira, consta que as hostilidades contra os *Baiacus* só tiveram início depois que um conselho, composto das altas autoridades da Capitania, as julgaram justas e acertadas.

Semelhante circunstância permitiu que as mulheres e crianças aprisionadas durante a expedição fôssem legalmente reduzidas à escravidão.

Não obstante o triunfo alcançado por Dias Carvalho, a capitania continuaria em estado de pânico por muito tempo ainda. Magotes de índios armados derramavam-se pela zona litorânea, causando sérios danos nos colonos que nela habitavam.

Foi precisamente por essa época que os prejudicados dirigiram-se ao Governador-Geral do Brasil, Matias da Cunha, pedindo providências contra os desatinos da bugrada, a quem ninguém conseguia domar definitivamente.

Igual solicitação fizeram os moradores do Rio Grande do Norte, em cujas terras e revolta campeava, ameaçando também, aí, a dominação portuguêsa.

Acordando com o parecer da Junta de Letrados, deliberou o Governador-Geral mandar reunir as ordenanças de Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte a fim de dar combate às tribos sublevadas. Fracassado êsse expediente, malgrado as muitas vítimas causadas pela repressão brutal e sanguinária, houve recurso aos paulistas. Requisitou-os o Arcebispo Frei Manuel da Ressurreição que, a 24 de outubro de 1688, sucedera a Matias da Cunha, no Govêrno do Estado do Brasil, por carta, de 30 de agôsto de 1689, dirigida a Tomás de Oliveira, Capitão-Mor de S. Vicente e S. Paulo.

A carta do Arcebispo Governador, depois de muitas delongas, acabou tendo boa acolhida por parte dos administradores sulinos. Em fins do mesmo ano, era mandado para o norte o Mestre-de-Campo Matias Cardoso, a quem a sobredita autoridade constituiu Governador absoluto da guerra contra os bárbaros. Após longa caminhada e uma demora de vários meses no S. Francisco, chegou êle finalmente ao Rio Grande do Norte, dando princípio a uma nova campanha de extermínio contra os rebeldes. Enquanto isso, as mili-

cias locais suportavam sòzinhas as dificuldades materiais e o pêso da crua guerra, dedicando tôdas as suas energias à defesa da vida e bens materiais dos moradores.

No propósito de obter a pacificação mesmo a custo do completo aniquilamento do adversário, Matias Cardoso destacou, para continuar a guerra no baixo Jaguaribe, fôrças sob as ordens de João Amaro Maciel Parente, filho do famigerado Estêvão Parente, já então célebre pelo ato de desumanidade que praticara contra as populações nativas de outras regiões brasileiras.

Nada sabemos acêrca das operações militares que se desenrolaram sob o comando de João Amaro. As crônicas não as descrevem nem mesmo sumàriamente; tampouco mencionam, com a necessária precisão, as realizadas nas zonas de ação do próprio Mestre-de-campo. São, outrossim, mudos nos tocantes às táticas defensivas usadas, na ocasião dêsse atrito armado. Se outro houvesse sido o modo de proceder dos nossos cronistas, teriam êles decerto incorporado ao acervo dos nossos conhecimenots etnográficos muitos dados interessantes acêrca do costumes guerreiros dos indígenas cearenses.

Como quer que seja, a observação dos fatos históricos subseqüentes nos revela que a despeito, porém, da intervenção das tropas sulinas e de seus métodos de combate, o levante dos *Baiacus* não foi dominado.

Tanto isso é verdade que, em 26 de maio de 1691, o Capitão-Mor Tomás Cabral de Olival, em desespêro de causa, publica um bando convidando o povo a munir-se de armas e marchar até o sertão a guerrear o gentio rebelado.

Dois anos mais tarde, em 1693, êles continuavam assolando as ribeiras do Açu, Jaguaribe e Banabuiú (4).

Batidos por Fernão Carrilho que, vindo nesta época substituir Tomás Cabral de Olival, obtivera do Governador Caetano de Melo de Castro a necessária licença para fazer-lhes guerra, — propuseram os *Baiacus*, pouco depois, submeter-se aos portuguêses.

Anuiu o Capitão-Mor ao pedido, mas impôs-lhes, como castigo de sua longa vida de rapinagem, a obrigação de darem sôbre os *Icós* e *Carateús* que, tendo tido larga participação no levante, não haviam ainda deposto as armas.

---

(4) «Em 1693, diz o Pe. Serafim Leite (vol. III, pág. 93), depara-se-nos a notícia de que os índios fugidos aos Paulistas se aldearam no Ceará Grande aos cuidados dos Jesuítas cujo centro de atividade era o Açu e Apodi, no Rio Grande do Norte. Os Padres sofriam moléstias incríveis dos índios **Paiaquizes** e dos vaqueiros que insolentes contra os índios não poupavam os Padres seus defensores, molestando-os. Felizmente o presídio dos Paulistas tinha vindo pôr os Padres em segurança. Aquela primeira aldeia do Jaguaribe deve-se ter desfeito logo».

Tal obrigação foi, ao que parece, aceita pelos vencidos, porquanto documentos posteriores àquela época nos informam que, de volta das operações contra seus antigos comparsas, trouxeram os *Baiacus* numerosos cativos com que resgataram filhos e parentes caídos em poder dos colonizadores.

No ano seguinte (1694) ocorreria, porém, nôvo derramamento de sangue provocado pelos *Baiacus*. Aliados aos *Icós*, a quem pouco antes haviam hostilizado, e aos *Jandoins*, levantaram-se êles ainda uma vez contra a tirania dos brancos.

A sedição de 1694 foi, em virtude de se acharem nela comprometidas várias outras tribos nativas, mais grave do que as anteriores, pois em seu transcurso os íncolas quase aniquilaram de vez os moradores das terras marginais dos Rios Jaguaribe e Banabuiú.

Resolvido a pôr fim aos constantes atentados à vida e propriedade dos colonos, despachou Fernão Carrilho contra êles, em junho de 1694, uma companhia de infantaria sob o comando do soldado Francisco Dias Carvalho, provido no pôsto de capitão.

O resultado da campanha só podia ser, como foi, desfavorável ao nativo. Muitos caíram prisioneiros da tropa e foram vendidos como escravos. Os restantes se dispersaram para voltar ao sistema de guerrilhas (5).

Tão tormentoso e difícil correu para os portuguêses o período de 1694 a 1695, em virtude da nova tática guerreira adotada pelos índios, que, doze anos depois, dêle ainda falava com indisfarçável mêdo o Desembargador Cristóvão Soares Reimão em carta dirigida ao Juiz Ordinário de Aquirás, José de Lemos (6).

Nesse fim de século as atenções dos dirigentes da Colônia se voltavam para o problema da defesa e fixação definitiva dos imigrantes recém-chegados à bacia do Jaguaribe e sertões limítrofes do Rio Grande do Norte.

Foi, visando a resolver tal problema, que o Capitão-General de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, deliberou aproveitar o curto interregno havido em 1696 e fazer construir na zona conflagrada uma casa forte. Presidiada com 20 soldados, destinava-se a manter em respeito os silvícolas e a servir de refúgio aos moradores no caso de serem por êles atacados.

Coube o comando da nova praça de guerra ao alcaide João da Mota.

---

(5) A êste documento teremos de nos referir mais adiante.

(6) Ver a carta do Governador de Pernambuco, Caetano de Melo de Castro, a S. M., datada de 13 de agôsto de 1696.

Após 30 anos de lutas incessantes, de vitórias e derrotas de ambos os partidos, foram os *Baiacus* finalmente aldeados, em 1696, pelo Pe. João da Costa, Recoleto da Congregação de S. Filipe Néri.

Para êsse feliz sucesso muito concorreu a ajuda eficiente que lhe prestou o Cel. João de Barros Braga, o futuro capitão de cavalaria das ordenanças da Ribeira do Jaguaribe e donatário da 1.ª data de sesmaria do Palhano.

O nôvo povoado recebeu o nome de aldeia de N. S. da Madre de Deus.

Pacificados os *Baiacus* do Ceará, levaram por diante as suas lutas os do Rio Grande do Norte até o ano de 1699, quando solicitaram pazes ao Mestre-de-Campo Manuel Alves de Morais Navarro, comandante do têrço de Paulistas que sucedeu ao de Matias Cardoso no Nordeste brasileiro.

Determinou-lhes, então, o chefe bandeirante, fôssem, como seus iguais do grupo chefiado pelo maioral Jenipapoaçu, morador no Ceará, dar combate aos *Icós* que não cessavam de hostilizar os brancos.

Como ocorrera ao tempo de Fernão Carrilho, os expedicionários conduziram com felicidade suas operações militares.

Por motivo ainda não perfeitamente esclarecido, malquistara-se, entanto, o Mestre-de-Campo com os índios cearenses que, pouco antes, o haviam auxiliado. Pretextando fazer nova guerra aos *Icós* e *Carateús*, penetrou êle na Ribeira do Jaguaribe, seguido de cento e trinta infantes e duzentos e tantos *Jandoins*. Chegado que foi à aldeia da Madre de Deus, mandou convidar os seus desafetos a virem com mulheres e filhos visitá-lo, prometendo-lhes os melhores benefícios.

Atraídos pela perspectiva do lucro e talvez fascinados, também, pelo desejo de levar a efeito novas façanhas bélicas, os íncolas acorreram confiadamente ao chamado do chefe paulista, iniciando, desde logo, conforme era usança, suas danças guerreiras. Morais Navarro, quando os viu descuidados e sem armas, atacou-os de surprêsa e, ajudado pelos *Jandoins*, dizimou-os quase por completo. Dos 700 homens que constituiam o rancho do principal Jenipapoaçu, apenas escaparam com vida duzentos e poucos que foram conduzidos para o arraial do Açu, centro de operações do têrço.

O doloroso e cruento episódio teve lugar a 4 de agôsto de 1699.

Contra tamanha desumanidade protestou o Pe. João da Costa, que assistia os gentios do clã de Matias Peca, outro maioral dessa nação. Fê-lo não só perante o Governador de Pernambuco como também perante o seu superior hierárquico, o Bispo Frei D. Francisco de Lima.

O Prelado, desejando resolver prontamente a difícil situação em que se encontravam os nativos, redigiu uma Pastoral ameaçando

de excomunhão o Mestre-de-Campo e mais oficiais e soldados do seu têrço se, dentro de seis dias, a contar da data da publicação do aludido documento, não restituíssem a liberdade aos cativos. Fêz mais. Em carta de junho de 1700, deu conta ao Rei do terrível morticínio dos *Baiacus*, dizendo que não tinham sido respeitados nem os índios mansos que viviam sob a proteção da Igreja.

Não se conservou também em silêncio, ante os massacres dos índios, o Capitão-Mor do Rio Grande, Bernardo Vieira de Melo, que se viu, por isso, alvo de graves acusações partidas de Morais Navarro e da gente de seu têrço.

Em favor dos direitos das vítimas levantou também a voz o vigário do Ceará, Pe. João de Matos Serra.

Da sentença da alta autoridade eclesiástica apelou, todavia, Morais Navarro, disso resultando um longo processo judicial e ser o Mestre-de-Campo prêso e remetido para Pernambuco.

Em 15 de dezembro de 1700, uma carta régia ao Ouvidor da Paraíba mandava dar liberdade aos *Baiacus* capturados no ano anterior e fazê-los regressar às suas aldeias, que estavam situadas "debaixo das armas do presídio do Jegoribe e vizinhas da povoação Ceará", conforme se vê da carta de Miguel de Carvalho, datada de 9 de novembro de 1700 (7).

Singular é que, nesta pendência, Morais Navarro teve, não obstante os atos de crueldade que praticara, defensores entre os membros do próprio clero católico.

Tomaram, com efeito, o seu partido os Pes. João Guinzel e Filipe Bourel, os quais, em depoimentos prestados, pretenderam mostrar que, atacando os *Baiacus*, êle se empenhara apenas na louvável tarefa de destruir um inimigo arrogante e ameaçador.

Notável é, também, o serem os depoentes jesuítas, os mesmos jesuítas que sempre timbraram em clamar contra a escravidão e tráfico do gentio.

Episódios como êste, fruto de desentendimentos e ciumadas reinantes entre as ordens religiosas encarregadas dos trabalhos missionários, eram comuns em nossos fastos regionais, mas não deixavam de repercutir desfavoràvelmente no campo catequista, enfraquecendo o prestígio dos defensores dos nativos.

---

(7) Consultar sôbre o assunto que é aqui tratado de maneira sumária os seguintes autores: Barão de Studart («Documentos relativos ao Mestre-de-Campo M. A. de Morais Navarro». Notícias para um capítulo nôvo da História Cearense — Rev. do Inst. do Ceará. Tomos XXX e XXXI. Anos 1916 e 1917) e Afonso de Taunay, em sua «História Geral das Bandeiras Paulistas».

Reunindo indígenas *Baiacus* do Jaguaribe, o Pe. João Guedes fundou em 1700, com a ajuda do Pe. Vicente Vieira, a aldeia de Nossa Senhora da Anunciada, cuja localização e destino final desconhecemos. Aos *Baiacus* do Rio Grande do Norte, ajuntou, também no mesmo ano, Pe. Filipe Bourel, constituindo a aldeia de São Miguel do Apodi. (S. Leite).

A aldeia de S. Miguel do Apodi, de localização indeterminada, foi, a 16 de março de 1700, atacada violentamente pelos *Jandoins,* (Idem).

Vítima de constantes hostilidades dos colonos era também a aldeia cearense do Jaguaribe.

"Para evitar as querelas e dissabores, pensou o Pe. João Guedes em se mudar em 1703 com os índios da Aldeia do Jaguaribe para a Ribeira do Choró. (7a)

Dando, porém, a conhecer o seu intento ao Capitão-Mor do Ceará, Jorge de Passos (?) Leite, dissentiu êste e se portou de modo tão desabrido para com o jesuíta que, sendo informado o Governador-Geral do Brasil, D. Rodrigo da Costa, teve de intervir repreendendo em têrmos ásperos o Capitão-Mor." (S. Leite) (8)

Os atos de violência e terror praticados por Morais Navarro não ficaram esquecidos e dêles se desagravaram os indígenas em sucessivas revoltas.

O drama de ódio em que se envolveram êstes e colonizadores desde os primórdios da ocupação da terra continuaria, pois, a desenrolar-se, encharcando de sangue o solo cearense.

(7a) Os nomes Guedes e Guinzel referem-se ao mesmo sacerdote.

(8) Carta do Governador-Geral do Brasil ao Capitão-Mor do Ceará: «O pe. Provincial do Colégio desta cidade me fêz presente uma carta, que lhe escrevera, o Pe. João Guedes, Missionário da Aldeia do Jaguaribe, na qual lhe dá conta da alteração que houve entre os curraleiros daquele distrito com os índios de mesma Aldeia: e do excesso com que V. Mercê se houvera com êle, indo a propor-lhe por parte dos ditos índios, os motivos de que procederam as queixas de uma e outra parte, e que, para as evitar, se queira mudar os índios para a Ribeira do Choró; e que sem procederem outras razões ou circunstâncias, V. Mercê se houvera com êle com tal arrôjo e sem destenção de palavras, que não posso deixar de estranhar-lhe muito, o proferi-las contra um religioso da Companhia de tanta suposição e virtude como reconhecem geralmente os que o conhecem; e me não persuadira que V. Mercê se esquecesse tanto da veneração com que devem ser tratados quaisquer religiosos, quanto mais os da Companhias a quem por tôdas as razões se devem tantos respeitos, se não fôra tão verdadeiro o testemunho, que V. Mercê tem contra si, na queixa do mesmo religioso; e não são êstes os agasalhos, e correspondências com que S. Majestade, que Deus guarde, ordena tenham os que governam, com os sujeitos, que tão grande zêlo, trabalho e perigo, se empregam em serviço de Deus, e bem das almas: e seguro a V. Mercê, que se Sua Majestade tiver

Assim, pouco depois, amotinaram-se novamente os *Baiacus*, aldeados na Ribeira do Jaguaribe, matando os colonos, roubando e destruindo os seus rebanhos.

Os moradores queixaram-se do fato ao Capitão-Mor Jorge de Barros Leite, pedindo que os amparasse e defendesse, castigando severamente os gentios rebeldes. O Capitão-Mor talvez desejasse vir em auxílio de seus governados, acabando de vez com aquêles irrequietos aborígines que, no dizer dos portuguêses, tão infensos se mostravam aos benefícios da vida civilizada. Isso seria, porém, uma brutal violação das normas legais que regulavam o assunto.

Os delinqüentes eram cristãos, residiam em aldeias e, como tal, gozavam das regalias e direitos devidos aos vassalos de Sua Majestade Católica.

Limitou-se, por isso, a mandar que, contra os acusados, procedesse o Juiz Ordinário Simplício de Moura Velho, tirando devassa e tomando conhecimento dos delitos a êles imputados.

Tendo o inquérito apurado a culpabilidade dos índios de *Araré*, foi-lhes infligida, como castigo, a pena de encarceramento e contra êles expedido o competente mandato de captura.

Não morrera, entretanto, na memória dos silvícolas, repetimos, a lembrança das crueldades de longa data, exercidas contra os de sua raça pelos invasores brancos e mestiços.

Temerosos, sem dúvida, de serem alvo de novos maltratos por parte daquela gente que vivia constantemente a molestá-los, êles resistiram pelas armas à ordem de prisão que lhes foi imposta pelo Magistrado, matando e ferindo as pessoas que o escoltavam.

A reação foi inoperante, pois não impediu a prisão dos amotinados.

---

qualquer notícia dêste sucesso, se há de dar por muito mal servido do modo com que V. Mercê nêle se houve. E porque devo evitar semelhantes desatenções: ordena a V. Mercê que se acha com o dito missionário, e com os mais, assim da Companhia como qualquer das outras religiões, com tôda a prudência, e respeito e bom tratamento que lhes é devido, não alterando coisa alguma contra os gentios, sem primeiro fazer presente aos senhores. Srs. Governadores e Bispo de Pernambuco, para resolverem na Junta das Missões o que for mais conveniente ao serviço de Deus, e de S. Majestade. E tanto que V. Mercê receber esta mandará logo restituir à Aldeia do dito missionário. João Guinzel, os índios de todos os sexos, que as tropas que V. Mercê mandou contra êles, levaram cativos; e remeterá V. Mercê certidão do religioso ou pessoa que estiver na Aldeia, porque conste ficam restituidos a ela os ditos índios.

Deus Guarde a V. Mercê
Bahia, setembro (17?) de 1705.
Dom Rodrigo da Costa.»
Doc. Histórico. Vol. XXXIX (1938) págs. 197-199.

Demais, muitos dêles sucumbiram na luta e os rapazes da aldeia foram reduzidos à servidão pelos *Jaguaribaras* e caboclos da escolta do Juiz.

Inteirado do fato, Jorge de Barros Leite determinou, em edital de 30 de junho de 1703, que os jovens silvícolas, aprisionados no decorrer desta expedição punitiva, fôssem restituídos às suas aldeias, uma vez que não podiam ser legalmente cativados. — Eram *"cristãos batizados e não tinham culpa dos delitos que seus pais haviam praticado"*.

Aquela ordem, que deveria trazer alívio ao coração torturado dos jovens prisioneiros, não foi respeitada apesar de nela se cominar a prisão na fortaleza e multa de 30$000 para quem tivesse em seu poder índios *Baiacus*.

As providências peremptórias, adotadas pelo Capitão-Mor para forçar os recalcitrantes a cumprir as leis em vigor, chocaram fundamente os moradores do Jaguaribe, pois julgavam que tal ato de justiça poderia redundar em estímulo aos indígenas para que cometessem novos atentados contra os brancos.

Em 13 de fevereiro de 1704, a câmara de Aquirás expunha diretamente ao Rei de Portugal os últimos sucessos ocorridos na Capitania e, verberando a maneira de agir de Jorge de Barros Leite, obsecrava providências imediatas.

"Os índios haviam, afirmava a representação, furtado gado, ferido ou morto com horrendas crueldades muitos moradores da vila, queimando alguns vivos, retirando-se os mais para esta fortaleza de N. S. da Assunção onde estiveram doze anos e aquêles bárbaros em cruel guerra, pondo esta Capitania em cêrco e embaraçando o caminho de Pernambuco, fazendo-se para remédio dêsses males uma paz desconveniente, pois, que debaixo da paz continuavam os bárbaros suas hostilidades; para evitar as quais fêz-se naquela ribeira uma fortaleza à custa dos moradores... à qual já foi invadida pelos índios duas vêzes."

A Câmara terminava pedindo, como medida acauteladora dos interêsses dos habitantes, fôssem êsses tapuias exterminados. Confessava serem êles missionados por Padres da Companhia de Jesus, mas dizia-os tão bárbaros e remissos que de nada lhes valia a assistência religiosa.

Houve sempre, conforme já o têm sobejamente evidenciado os nossos escritores, uma acentuada tendência do europeu para apresentar o ameríndio como um ser governado apenas por instintos primários. Os próprios dirigentes da Colônia, validando essa maneira de pensar, só lhes reconheciam defeitos. O gôsto de deprimir era tão generalizado que ninguém se pode escandalizar ao saber que as vítimas de tais preceitos sofriam as mais soezes perseguições até da parte de quem tinha o dever de protegê-las.

Em carta a Francisco de Castro Morais, datada de 18 de agôsto de 1704, determinou-lhe o Rei que "desse conta do que se obrara em virtude da ordem expedida ao Capitão-Mor do Ceará para fazer restituir a liberdade dos índios da aldeia de Araré que haviam sido presos em razão de saírem culpados nas mortes que haviam sucedido, pela devassa que se tirou, e justamente sôbre a guerra que o dito Capitão-Mor mandara dar à aldeia dos índios *Paiacus* sem dar conta nem esperar se propusesse na junta das missões".

Outro documento que faz referência ao caso é a carta, escrita pelo Ouvidor Cristóvão Soares ao Juiz Ordinário de Aquirás, José de Lemos, em 10 de março de 1707. Nela aconselha o Ouvidor a seu subordinado não prosseguir na devassa, que abrira "contra os *Paiacus* por furto de gado, porque se ela continuasse daria ocasião a que El-Rei e seus vassalos perdessem tanto ou mais fazendas, como foi na guerra passada há doze anos, além das mortes que hão de fazer; ainda quando o *Icó* e *Cariri* estão já reunidos com *Jandoin*, êsses naquela guerra despejaram o Jaguaribe, hoje despejarão os do Ceará".

As surdas divergências, reinantes entre moradores e índios do Jaguaribe, só cessaram em 1710, quando Antônio de Sousa Marinho, filho de Martins Palha, vindo com a sua companhia de presídio para fortaleza do Ceará, conseguiu aquietá-los e pô-los de acôrdo.

Essa harmonia, entretanto, durou pouco.

Exasperados contra os portuguêses em conseqüência das perseguições e logros de que costumavam ser alvo, os *Baiacus* sublevaram-se em 1713 e, unidos aos *Anacés*, *Jaguaribaras* e outros descontentes, atacaram a vila de Aquirás, levando a destruição e a morte.

Mais de duas centenas de pessoas pereceram no decorrer da cruenta investida e o resto da população da redondeza teve de se refugiar na Fortaleza de N. S. d'Assunção, a conselho do Capitão-Mor Francisco Duarte de Vasconcelos. (9)

Com certo fundamento se pretende que a fuga do povo de Aquirás e terras vizinhas para a Fortaleza de N. S. d'Assunç'ão deu lugar, uma vez conjurado o perigo, a um aumento considerável do pequeno núcleo demográfico ali existente sob a proteção de suas armas e, já então, conhecido por aldeia do Forte. Criou, assim, o predomínio desta povoação sôbre a rival, a então vila de Aquirás.

Que as autoridades se esforçavam para reter os moradores junto à Fortaleza de N. S. d'Assunção, conclui-se da leitura do texto da Carta endereçada aos oficiais do Senado da Câmara de Aquirás, pelo Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão:

---

(9) Carta do Senado da Câmara de Aquirás ao Governador Pernambucano Félix José Machado.

"... dize me umces na sua carta que na ocazião em que este jentio se alterou nesta cappitania largarão a villa dos aquirás obrigados pello capitam mayor que então Governaua fazendo os recolher as abas desta fortaleza para algum acordo que lhe fose nesesario para as disposisoiz da guerra e que com a notisia da tropa que proximamente se recolheo e podem fazer sem que lhe eu mande fabricar hú prezidio Goarnesido com trinta homens com polluora balla e armas para que vindo o dito Inimigo a reconhecer aquella campanha a ache furtificada o que tudo me parese por agora não ser nesesario porque se umces no tempo en que o Jentio se levantou e matou Jente naquella parte sendo então a ocazião de mayor perigo não largarão a uilla senão obrigados hoye se acha mais desonbrada a campanha segundo a notisia que vmces me apontão da tropa de fazer o Jentio afugentado me parese escusado o seguro do arraial que umces me pedem e bem sabem umces que estão os Indios para sahir para a campanha e perseguir o Jentio e não está otempo para deixarmos de continuar com a guerra contra o Inimigo além de que se o meu antesesor teve razão para obrigar umces a que aqui asestisem para o que lhe fose nesesario para a dispusição da guerraesta senão acha ainda acabada antes me parese estamos no principio della não deve umces duvidar careço eu tambem do conselho de umces para os asertos que com ofavor de Deus pretendemos alcançar na vitoria das nosas armas contra os nosos inimigos umces obrarão nesta materia com o aserto que custumão advirtindo que de nenhuá sorte está bem esta divizão en tempo tão ariscado e que so se deue atender a destruição do Jentio par sosego da cappitania e posta neste poderão umces seguir o que milhor estiver para conservação della tendo me a mim sempre prompto para lhe obedeser no que for a bem da Justisa e do seruiço de umces..."

Logo após o assalto, os confederados eram batidos junto do Rio Choró pelas fôrças de João de Barros Braga, depois de um dia inteiro de luta.

A 4 de novembro daquele mesmo ano, a Câmara de Aquirás informava ao Governador de Pernambuco que a tropa mandada em perseguição dos *Baiacus*, por não poder progredir, em vista das muitas doenças, regressara sem ter podido destruir o tapuia, matando-lhes apenas 28 pessoas nas duas ocasiões em que os havia encontrado; dizia mais que os gentios continuavam sendo perseguidos por uma tropa de gente do Jaguaribe, com alguns índios domésticos daquela ribeira (10).

Dois meses antes, a 29 de setembro, era passado um bando do Governador de Pernambuco, autorizando ao Capitão-Mor do Ceará,

(10) Rodolfo Garcia. «Etnografia indigena» — Rio — 1922.

em nome de Sua Majestade, a conceder perdão geral aos índios "contanto que fiquem com tôda paz, quietação, obediência e fidelidade que sempre tiveram..."

Ao que tudo leva a supor, a era de concórdia e tranqüilidade que o Governador de Pernambuco pretendia implantar na Capitania, graças a êsse seu gesto de compreensão e clemência, não foi desde logo alcançada.

No dia 2 de fevereiro de 1714, publicava, com efeito, o Capitão-Mor Plácido de Azevedo Falcão, autorizado pelo Governador Félix José Machado de Mendonça e Sá, um nôvo bando concedendo pazes aos *Baiacus*.

Assim procedia, asseverava a autoridade local, por ter sido informado pelos moradores da capitania que "... a nasam *Payacu* do rancho que he Principal Mathias Seixas na ocazião do levante não matou Pessoa nenhúa mas antes pos a todos os moradores que morava nos taboleiros e mais sircunvizinhos ajudando-os a retirar pera a Jocoara aonde se fizerão fortes athe que com a ajuda das armas desta fortaleza e dos mais moradores e Indios foram retirados postos em salvo para escaparem das tiranias dos jagoaribaras e mais nasoins e depois na campanha a mesma nasam *Payacu* se apartou das mais declaradas buscando as nosas armas para ajudarem a guerrear e estruir aos outros como se tem o visto o que obraram em companhia do capitam Paschoal Correya em outra ocazião em companhia do Cel. João de Barros Braga e agora de Prezente como o sargento mayor Domingos Ribeiro..."

E para demonstrar a sinceridade de seus propósitos de pacificação, terminava o Capitão-Mor o seu bando, com essas palavras de advertência e ameaça: "E por este meu bando confirmo as ditas pazes em nome do dito Senhor (Governador) e todo morador de qualquer calidade e condição que seja desta capitania ou Indios das Aldyas della que agravar ou matar tapuya declarados o havereis por traidor por hir contra o bando e pazes que em nome de sua Magestade fis confiscado se lhes asfazendas que se devasara judicialmente contra quem no asima incorrer ficando loguo este emcargo aos Juizes desta capitania que se publicara a som de caixas e se fícharã nos lugares que nesesario for..."

A advertência tornava-se necessária, porque os colonos nenhum esfôrço sincera e profícuo faziam para que fôsse restabelecida a tranqüilidade geral.

Êsses indígenas continuaram residindo no lugar Araré, denominado também Aldeia dos *Paiacus*, sita nas margens do Rio Choró, distrito da então vila de Aquirás. Ali, dera-lhe o govêrno uma légua de terra que foi demarcada, pelo Desembargador Cristóvão Soares Reimão, em 1707.

Em dezembro de 1741, tomaram novamente conta dela os Jesuítas. O Ir. Manuel de Macedo fêz a capela e o altar-mor da igreja, onde se colocou a imagem de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Aldeia (Notizie, em Studart).

Criada sob a invocação de N. S. da Conceição, a aldeia viu-se, em virtude da carta régia de 6 de março de 1758, "elevada apenas à categoria de lugar sob o nome de Montemor, que depois se fixou em Montemor Velho".

Mais tarde, seria crismada vila de Guarani. É hoje a cidade de Pacajus.

Quando foi entregue em 1758 ao Pe. Antônio Peres de Cardenas, contava 200 indígenas (S. Leite).

Os regulamentos pombalinos, que tantos males trouxeram aos indígenas cearenses, deram azo à transferência dos *Baiacus* de Montemor para a vila de Pôrto Alegre, no Rio Grande do Norte, o que constituiu para êles a mais triste das odisséias.

Refere o Barão de Studart que, em fins de dezembro de 1762, chegava a Montemor o diretor da vila de Pôrto Alegre, Ten.-Cel. José Góis da Silveira, com uma precatória assinada pelo Juiz Miguel Carlos Caldeira e em virtude dela conduziu consigo os índios e tudo que lhes pertencia à igreja do lugar.

A época da mudança fôra, porém, mal escolhida, pois reinava a sêca em todo o seu rigor. O tempo era quente e havia carência de tudo, até mesmo de água potável e do pasto necessário do sustento das alimárias. Disso resultou morrerem alguns silvícolas durante a travessia e se perder a maior parte do gado em retirada.

O coração de José da Silveira não se condoeu, porém, com tão acerbos sofrimentos e o êxodo prosseguiu.

Chegados que foram ao Rio Grande, em nada se modificou a situação angustiosa em que se encontravam os infelizes indígenas. As enfermidades e a fome recrudesceram, dizimando-os. Como era de esperar, declarou-se o pânico entre os sobreviventes e quase todos abandonaram a vila, indo alguns dos fugitivos para a sua antiga missão, enquanto outros buscavam refúgio nas caatingas ressequidas.

As terras dos *Baiacus*, vendidas em hasta pública em 7 de maio de 1763, perante o Ouvidor Vitoriano Soares Barbosa, passaram às mãos do Cel. João Dantas Ribeiro, que as cedeu ao reverendo Pe. Pedro de Sousa por escritura de 11 de maio do mesmo ano. Êste se retirou para Pernambuco algum tempo depois, deixando abandonada a propriedade pela qual pagara 260$000.

Segundo a opinião de Antônio José Vitoriano Borges da Fonseca, que governou o Ceará de 1765 a 1781, a transferência dos *Baiacus* foi feita apenas para atender a interêsses subalternos de

terceiros. Ventilando o assunto, em carta datada de novembro de 1766, eis como se expressa a tal respeito esta autoridade: "Hé cumúa opinião de que o desejo das terras foi quem moveu a intriga q ocasionou a mudança dos índios *Paiacus* e extinção do lugar que se a lhe avia criado, sendo q na realidade o Coronel João de Antas Ribeiro só se aproveitou da ocasião q quem moveu esta mudança foi o abuso q fez o Ten. Coronel José Gloz da Sa. da Sinceridade do juiz de fora Miguel Carlos Cald. a, valendo-se do dez. o q lhe reconheceu de querer fazer vilas populosas pa. atrair a sua de Pôrto-Alegre, que fôra a primeira das q criou este Ministro, os gados e ornamentos da Igreja dos *Paiacu* q ao longe fazião grande vulto."

Os *Baiacu* que ainda restavam em Pôrto-Alegre regressaram em março de 1767, por ordem do Conde de Vila-Flor, Governador de Pernambuco, a ocupar a sua antiga missão (João Brígido e Araripe) (11).

Os índios dessa tribo que, em 1767, andavam errantes e dispersos pelas margens do Rio Choró, foram mandados aldear na vila de Monte-Mor, o Novo d'América, conforme determinação expressa do Governador José Vitoriano Borges da Fonseca.

Por volta de 1818 residiam ainda em Montemor, o Novo d'América, atual Baturité, gentios *Baiacus* de raça pura. "Antiga missão dos índios *Canindés*, e *Jenipapos*, esta fôra inaugurada vila aos 14 de abril de 1764 pelo Dr. Vitoriano Soares Barbosa, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, juiz executor e comissários dos novos estabelecimentos dos mesmos índios."

Levantou-se o pelourinho na praça da Matriz e "neste mesmo dia marcou-se o distrito da vila e designaram-se os lugares onde se deviam edificar as novas casas e as terras onde se podiam criar gado". "Aos índios couberam as terras do lugar conhecido até 1888 por "comum" porque as terras que compreendiam pertenciam aos índios em comum."

"Apesar da denominação oficial da vila de Montemor, Nôvo da América, o povo continuou a chamá-la vila dos índios, o que contrariava a maior parte de seus moradores que, em 1829, resolveram

(11) Trágico fim aguardava os habitantes da vila de Pôrto Alegre depois que dela saíram os gentios cearenses. Durante os distúrbios, ocorridos em 1824, os índios aí estabelecidos, aproveitando a partida dos homens para os diversos corpos de tropa a que pertenciam, invadiram as casas dos moradores da circunvizinhança, matando ou violentando tôdas as mulheres brancas, roubando ou destruindo tudo quanto encontravam. Êste procedimento brutal excitou a indignação das populações ali radicadas que se reuniram e marcharam contra a vila, a qual tomaram sem custo algum e depois passaram a fio de espada todos os índios sem distinção de sexo nem idade; foi um extermínio completo e radical (Thèberge, pág. 37).

representar por intermédio da Comarca ao govêrno imperial, pedindo a mudança dos índios para Messejana. Tardando a solução dêsse negócio, o Vigário, em nome do povo, oficiou ainda ao govêrno, solicitando esclarecimentos sôbre essa denominação, que tanto os desagradava. O Presidente da Província, Marechal Manuel Joaquim Pereira da Silva, em ofício de 17 de março de 1830, respondeu que essa denominação provinha dos nativos que ainda existiam no lugar e que ela brevemente deveria desaparecer porque S. M. o Imperador havia mandado transferi-los para Messejana (12).

Os remanescentes *Baiacus* do Rio Grande do Norte foram reunidos para formar as aldeias de Guajaru e Apodi.

Não estava, porém, terminada para os gentios de Monte-Mor Velho sua vida de peregrinações e sofrimentos. No ano de 1825 foram, em grande número, puxados para Messejana a fim de se incorporarem aos índios dessa vila.

Semelhante ato de violência provocou, porém, protestos gerais. Na Câmara Baixa do país levantou a voz para defender os direitos dos nativos e verberar contra a medida adotada pelas autoridades locais o Deputado José Martiniano de Alencar que, coadjuvado por seus colegas de bancada, M. N. de Castro e Silva, F. P. Barros, Manuel Pacheco Pimentel, José Rabelo de Sousa Pereira e V. F. de Castro e Silva, apresentou em plenário a indicação seguinte:

"Os abaixo assinados, Deputados da Província do Ceará, requerem que se convide ao Govêrno a reparar a injustiça praticada com os índios da aldeia de Monte Mor Velho da mesma Província, que foram violentamente arrancados da dita aldeia e levados para a Vila de Messejana, sem utilidade alguma pública. Paço da Câmara dos Deputados, 28 de agôsto de 1830."

A Câmara, diz o próprio Alencar, em carta que dirigiu aos eleitores da Província, anuiu a esta requisição reconhecendo "o quanto em semelhante ato se tinha calcado os direitos individuais, que a Constituição outorga aos Cidadãos Brasileiros". E prossegue: "Vós o sabeis, Srs. Eleitores, não foi um indivíduo, foram famílias compostas de todo o sexo, e de tôda idade, velhos, mulheres e meninos, finalmente uma Povoação inteira quem sofreu a violência de ser arrancada de sua propriedade e degredados como se fôssem convencidos de horrorosos crimes!!! O Govêrno, pois não lhes deixará de repor êstes miseráveis na sua antiga habitação; e vós srs. Eleitores tereis a satisfação de ver que os direitos dos cidadãos ainda os mais indigentes e desamparados são lembrados, e sustentados pelos representantes da Nação."

---

(12) Ver Gil Amora, «O Município de Baturité», Rev. do Inst. do Ceará. Vol. II, 1888.

Ao que tudo indica, tais protestos não foram tomados em consideração, pois as terras de Monte-Mor passaram a próprio nacional, conforme se pode ver dos vários atos da Repartição da Fazenda, passados entre os anos de 1825 e 1835 e de que nos dá conta o historiador Antônio Bezerra.

Não obstante o cumprimento da ordem de mudança, alguns *Baiacus* mais obstinados continuaram residindo nas terras outrora pertencentes à sua antiga missão, onde arrastavam vida apagada e miserável.

Eram êles os encarregados de executar os serviços públicos da povoação, tais "como bater os caminhos e limpar as fontes; dirigiam a Capela da Padroeira, fazendo as festas dos Santos com a solenidade possível e conseguindo imagens por subscrições.

Assim lhes correu o tempo até 1908, quando nova celeuma se levantou em tôrno dêles.

Por essa época fôra nomeado vigário de Aquirás o Rev. Dr. Araripe que, julgando serem as terras onde demoravam os índios do patrimônio da igreja de N. S. da Conceição, deliberou forçá-los ao pagamento dos foros das mesmas.

Certos de que as terras lhes pertenciam e que o vigário não tinha, portanto ,semelhante direito, negaram-se terminantemente a satisfazer os insólitos propósitos do pároco.

"Caro lhe custou a recusa porque, diz-nos A. Bezerra, o Rev. vigário desenvolveu horrível perseguição àqueles miseráveis, levou-os à cadeia por muitos dias, e, vendo que não vencia pela fôrça mandou derribar as cêrcas de seus roçados, onde esplendiam viçosas plantações de legumes e mandioca, e foi dentro de pouco tempo tudo derrubado e devorado pelos animais dos potentados de Guarani."

Em desespêro de causa, os índios apelaram para o bacharel Antônio Bezerra de Menezes que, revoltado com os métodos desumanos usados pelo padre para conseguir seus objetivos, condescendeu em defendê-los.

Com a segurança própria aos que se assenhoreiam por completo de um assunto, escreveu aquêle historiador cearense vários artigos em favor de seus pupilos, êstes acabaram provocando em redor dos infelizes caboclos uma verdadeira conjuração de simpatia, da qual parece ter resultado o afastamento do Padre Araripe de suas funções vicariais.

Vencedores, os indígenas puderam terminar em paz sua existência histórica e desaparecer, incorporando-se à população local.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org

ÍNDICE

Prefácio 11

Generalidades 23

Notícias Históricas 95

Os Baiacus 163

183

CARLOS
STUDART
FILHO

Os Aborígines do Ceará

1965

CARLOS STUDART FILHO

Carlos Studart Filho nasceu a 17 de junho de 1896 em Fortaleza, Ceará. Fêz os primeiros estudos em Manaus e depois em Fortaleza e na Suíça (Colégio Auckentaller). Em 1918, formou-se em Medicina na hoje Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde sua tese de doutorando lhe valeu a láurea do Prêmio Gunning. Em 1919, ingressou por concurso no Corpo de Saúde do Exército, que deixou mais tarde para integrar o Magistério Militar.

Lecionou Geografia e História nos Colégios Militares do Ceará e Rio de Janeiro, e na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo. Por duas vêzes assumiu o Comando da Escola Preparatória de Fortaleza, a que ficou adido em 1955. Naquele ano foi reformado no pôsto de General de Divisão.

Regeu, também, interinamente, a cadeira de Geografia, da Escola Normal de Fortaleza.

Sua passagem pelo magistério, quer civil quer militar, ficou assinalada pela invulgar erudição e austeridade de que sempre se revestiu a atividade docente.

Vem colaborando há vários anos na imprensa do Ceará e do Rio, bem como em publicações especializadas como o CEARÁ MÉDICO, REVISTA DO INSTITUTO DO CEARÁ e REVISTA DA ACADEMIA CEARENSE DE LETRAS. Sua bagagem literária é avultada, contando-se por quase uma centena o número de trabalhos escritos, principalmente sôbre História, Geografia e Etnologia. A profundeza e segurança com que tem escrito acêrca dos homens e fatos da História do Ceará, já lhe asseguraram lugar de indiscutível relêvo na historiografia cearense. É, ainda, ardoroso polemista e crítico literário.

Pertence ao Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Sociedade Capistrano de Abreu, Sociedade Brasileira de Geografia, Associação Brasileira de Imprensa e Instituto de Genealogia do Ceará. É sócio honorário da Sociedade Cearense de Geografia e História e sócio correspondente da Academia Fluminense de Letras e dos Institutos Históricos e Geográficos de São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Amazonas e Minas Gerais. Faz parte do Instituto Genealógico Brasileiro na qualidade de Conselheiro.

É detentor de várias condecorações civis e militares, e Secretário Geral Perpétuo do Instituto do Ceará.

Biblioteca Digital Curt Nimuendajú - Coleção Nicolai
www.etnolinguistica.org